

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO**

**BRYAN AXT**

**DEVIRES MULTITUDINÁRIOS: A METAMORFOSE DOS SUJEITOS EM  
INSURGÊNCIAS CONTRAFARMACOPORNOGRÁFICAS**

**CURITIBA**

**2021**

**BRYAN AXT**

**DEVIRES MULTITUDINÁRIOS: A METAMORFOSE DOS SUJEITOS EM  
INSURGÊNCIAS CONTRAFARMACOPORNOGRÁFICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia, na área de concentração de Ontologia e Epistemologia, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Eládio C. P. Craia.

**CURITIBA**

**2021**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

A972d  
2021 Axt, Bryan  
Devires multitudinários : a metamorfose dos sujeitos em insurgências  
contrafarmacopornográficas / Bryan Axt ; orientador: Eladio C. P. Craia.  
– 2021.  
134 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2021  
Bibliografia: f. 124-134

1. Filosofia. 2. Multidões. 3. Preciado, Paul B. 4. Resistência. 5. Sujeito.  
I. Craia, Eladio C. P. (Eladio Constantino Pablo). II. Pontifícia Universidade  
Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDD 20. ed. – 100

## ATA N.º 198/PPGF – DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às catorze horas, realizou-se por videoconferência a sessão pública de defesa da dissertação do mestrando **Bryan Willian Axt**, intitulada *DEVIRES MULTITUDINÁRIOS: A METAMORFOSE DOS SUJEITOS EM INSURGÊNCIAS CONTRAFARMACOPORNOGRÁFICAS*. A Banca Examinadora foi composta pelos professores: Dr. Eladio Constantino Pablo Craia, Dr. Jelson de Oliveira e Dr. Martin Adrian de Mauro Rucovsky. Após a instalação dos trabalhos pelo presidente da banca, professor Eladio Constantino Pablo Craia, o candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e à defesa do candidato. Encerrada essa fase, os examinadores, em reunião reservada, apresentaram suas avaliações, tendo considerado o candidato **APROVADO** em sua defesa de dissertação conforme as notas e o conceito registrados abaixo. Após a proclamação dos resultados, o presidente da banca **OUTORGOU** ao candidato o título de Mestre em Filosofia. Encerrados os trabalhos às 17h:30. Para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora. Os avaliadores Prof. Dr. Jelson Oliveira e Prof. Dr. Martin Adrian de Mauro Rucovsky, tiveram participação na banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com as notas e conceitos descritos.

MEMBROS DA BANCA		ASSINATURA	NOTA
Prof. Dr. Eladio Constantino Pablo Craia – PUCPR (Presidente)			10
Prof. Dr. Jelson Oliveira – PUCPR			10
Prof. Dr. Martin Adrian de Mauro Rucovsky – UNC		Participação por Videoconferência	10
<b>MÉDIA FINAL</b>	10	<b>CONCEITO</b>	A

  
**Prof. Dr. Cesar Candiotta**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Filosofia – *Stricto Sensu*



À Máthima.

Cada palavra de nossa língua contém, como enrolada em si mesma, um emaranhado temporal constituído de operações históricas. Enquanto o profeta e o político se esforçam para sacralizar as palavras, ocultando sua historicidade, pertence à Filosofia e à Poesia a tarefa profana de restituir às palavras sacralizadas o uso cotidiano: desfazer os nós do tempo, arrancar as palavras dos conquistadores para recolocá-las em praça pública, onde podem ser objeto de ressignificação coletiva.

– Paul B. Preciado  
(2014c, tradução nossa).

## RESUMO

A presente dissertação tem como horizonte de pesquisa o conjunto de postulados e reflexões do filósofo espanhol Paul B. Preciado, a partir do qual este afirma que a noção de Multidão, tal como pensada por Michael Hardt e Antonio Negri, pode ser compreendida em termos de um “devir-revolucionário, multitudinário, constituído por singularidades diferenciadas”. Enquanto movimentos contraculturais, os deslocamentos subversivos onto-epístemo-políticos deflagrados pela Multidão comportam a possibilidade de promover a emancipação das singularidades que os compõem, bem como das políticas identitárias estabelecidas. Neste sentido, a pesquisa propõe investigar como ocorre este processo de emancipação das subjetividades e singularidades, de modo a compreender como de fato é mobilizado o conceito de Multidão na teoria preciadiana, primeiro como “sujeito queer” e, posteriormente, como força des-identitária, isto é, como novo “sujeito político contemporâneo”. Para tal, será necessário estabelecer e analisar como o assujeitamento e a exploração capitalística são compreendidos na atualidade. Será utilizada como ferramenta hermenêutica para tal objetivo certos aspectos do pensamento de Judith Butler que permitem elucidar a produção concreta dos sujeitos, a exigência sistemática de assujeitamento ao cis-heteropatriarcado e a vulnerabilização dos sujeitos-individuados. Além disso, serão utilizados certos aspectos da teoria hardt-negriana que permitem esclarecer quais são as origens do conceito de Multidão e como os autores propõem a completa metamorfose da democracia enquanto plataforma para políticas emancipatórias, enfatizando o poder constituinte da biopolítica afirmativa da Multidão. Esta abertura conceitual possibilita contextualizar o recorte têmico-espacial salientado por Preciado, a partir do qual fundamenta o conceito de farmacopornografia para identificar as mutações do capitalismo e seus mecanismos de exploração, como a sujeição social e a servidão maquínica. Desse modo, ao se reconhecer os mecanismos de dominação e exploração, torna-se viável a proposição de estratégias de subversão e práticas micropolíticas enquanto linhas de fuga que convergem com o conceito de Multidão, relida como insurgência contrafarmacopornográfica de desestabilização capitalística.

**Palavras-chave:** Sujeição; servidão maquínica; políticas identitárias; multidão; contrafarmacopornografia.

## ABSTRACT

The present dissertation has as its research horizon the set of postulates and reflections of the Spanish philosopher Paul B. Preciado, from which he affirms that the notion of Multitude, as thought by Michael Hardt and Antonio Negri, can be understood in terms of a “becoming-revolutionary, multitudinous, constituted by different singularities”. As countercultural movements, the subversive onto-epistemo-political displacements triggered by the Multitude include the possibility of promoting the emancipation of the singularities that compose them, as well as of the established identity policies. In this sense, the research proposes to investigate how this process of emancipation from subjectivities and singularities occurs, in order to understand how the concept of Multitude is actually mobilized in preciadian theory, first as a “queer subject” and, later, as a de-identity force, that is, as a new “contemporary political subject”. To do this, it will be necessary to establish and analyze how subjection and capitalistic exploitation are currently understood. Certain aspects of Judith Butler's thought will be used as a hermeneutic tool for this purpose, which will allow to elucidate the concrete production of the subjects, the systematic requirement of subjection to cis-heteropatriarchy and the vulnerability of the subjects-individued. In addition, certain aspects of hardt-negrian theory will be used that clarify the origins of the concept of the Multitude and how the authors propose the complete metamorphosis of democracy as a platform for emancipatory policies, emphasizing the constituent power of the Multitude's affirmative biopolitics. This conceptual opening makes it possible to contextualize the temporal-spatial approach highlighted by Preciado, from which he bases the concept of pharmacopornography to identify the mutations of capitalism and its mechanisms of exploitation, such as social subjection and machinic servitude. Thus, when recognizing the mechanisms of domination and exploitation, it becomes viable to propose subversion strategies and micropolitical practices as escape lines that converge with the concept of Multitude, reread as a counter-pharmacopornographic insurgency of capitalistic destabilization.

**Key-words:** Subjection; machinic servitude; identity politics; multitude; counter-pharmacopornography.

## RESUMEN

La presente disertación tiene como horizonte de investigación el conjunto de postulados y reflexiones del filósofo español Paul B. Preciado, a partir del cual afirma que la noción de Multitud, tal como la piensan Michael Hardt y Antonio Negri, puede entenderse en términos de un “devenir revolucionario, multitudinario, constituido por distintas singularidades”. Como movimientos contraculturales, los desplazamientos onto-epistemo-políticos subversivos desencadenados por la Multitud incluyen la posibilidad de promover la emancipación de las singularidades que las componen, así como de las políticas identitarias establecidas. En este sentido, la investigación se propone indagar cómo ocurre este proceso de emancipación de las subjetividades y singularidades, para comprender cómo el concepto de Multitud se moviliza realmente en la teoría preciada, primero como un “sujeto queer” y, posteriormente, como de desidentidad, es decir, como un nuevo “sujeto político contemporáneo”. Para tal, será necesario establecer y analizar cómo se entienden actualmente el sometimiento y la explotación capitalista. Ciertos aspectos del pensamiento de Judith Butler se utilizarán como herramienta hermenéutica para este propósito, lo que permitirá dilucidar la producción concreta de los sujetos, la exigencia sistemática de sujeción al cis-heteropatriarcado y la vulnerabilidad de los sujetos-individuados. Además, se utilizarán ciertos aspectos de la teoría hardt-negriana que aclaran los orígenes del concepto de Multitud y cómo los autores proponen la metamorfosis completa de la democracia como plataforma para políticas emancipatorias, enfatizando el poder constituyente de la biopolítica afirmativa de la Multitud. Esta apertura conceptual permite contextualizar el enfoque espacio-temporal destacado por Preciado, a partir del cual basa el concepto de farmacopornografía para identificar las mutaciones del capitalismo y sus mecanismos de explotación, como el sujeción social y la servidumbre maquínica. Así, al reconocer los mecanismos de dominación y explotación, resulta viable proponer estrategias de subversión y prácticas micropolíticas como líneas de fuga que convergen con el concepto de Multitud, releída como una insurgencia contrafarmacopornográfica de la desestabilización capitalista.

**Palabras clave:** Sujeción; servidumbre maquínica; políticas de identidad; multitud; contrafarmacopornografía.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A TEORIA DA PERFORMATIVIDADE COMO UM DESVIO NECESSÁRIO.....</b>	<b>21</b>
2.1 SUJEITO E GÊNERO .....	25
2.2 DO GÊNERO PERFORMATIVO AO PROSTÉTICO .....	33
2.3 QUIASMAS DE GÊNERO .....	38
2.4 PRECARIEDADE, APEGO APAIXONADO E O RETORNO À “SALVAGUARDA” DA HEGEMONIA CIS-HETERONORMATIVA.....	42
<b>3 OS PROCESSOS TÉCNICOS DE SUJEIÇÃO FARMACOPORNOGRÁFICA .....</b>	<b>48</b>
3.1 TECNO-BIO-CAPITALISMO FARMACOPORNOGRÁFICO.....	50
3.2 SUJEIÇÕES MICROPROSTÉTICAS E SEMIÓTICO-TÉCNICAS .....	63
3.3 <i>MODUS MOLECULARIS</i> .....	73
3.4 MICROPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA .....	77
<b>4 A METAMORFOSE DOS SUJEITOS .....</b>	<b>88</b>
4.1 A MULTIPLICIDADE E O COMUM DA MULTIDÃO .....	91
4.2 A MULTIDÃO COMO NOVO PARADIGMA DE RESISTÊNCIA.....	96
4.3 AS MULTIDÕES CONTRAFARMACOPORNOGRÁFICAS.....	102
4.4 <i>LO QUE ABYA YALA LE HIZO A PRECIADO</i> .....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Janeiro de 2021. Paul B. Preciado, em entrevista à Folha de São Paulo, afirma que atualmente o Brasil é um dos exemplos mais hiperbólicos dos regimes cis-heteropatriarcais e neocoloniais do mundo, a ponto de ser quase como uma paródia de si<sup>1</sup>. Para o autor, o arcaico pensamento do cis-heteropatriarcado converge com as novas tecnologias farmacopornográficas. A farmacopornografia<sup>2</sup>, conceito de sua autoria, é um diagnóstico do presente e um conjunto de coordenadas para se investigar as mudanças tecnológicas que converteram as subjetividades individuais e coletivas em matérias-primas, em capital. Entretanto, qual é a relação entre o Brasil atual, os regimes cis-heteropatriarcais e neocoloniais, os códigos identitários e a possibilidade de emancipação onto-epístemo-política?

Nas últimas décadas o país experienciou o ressurgimento de movimentos antidemocráticos que, embora não sejam novos, atuam de modo mais sofisticado que outrora; diferentemente do Integralismo de Plínio Salgado e das estratégias militares durante a Ditadura Cívico-Militar (1964-1985). São muitos os eventos e escândalos que levam Preciado a tal afirmação acerca do país: (i) da crescente militarização do Estado, demais instituições públicas às perseguições a ativistas e manifestantes contrários ao governo, sob alegações de “crimes contra a segurança nacional”; (ii) das más relações diplomáticas e exteriores à seletividade de meios de comunicação, com as limitações ao acesso de jornalistas e a recusa de diálogos construtivos; (iii) da ultraneoliberalização ao sucateamento das infraestruturas públicas; (iv) do pseudo-messianismo, das promessas de “unificação do povo”, dos discursos radicais nacionalistas ao fundamentalismo cristão; (v) do negacionismo à omissão frente a crise mundial causada pela COVID-19, que até janeiro de 2021 causou mais de 212.000 mortes<sup>3</sup>; (vi) das práticas anticientíficas aos ataques ao senso crítico; (vii) da negligência para com o meio ambiente e a natureza brasileira às polêmicas envolvendo a atual gestão do Ministério do Meio Ambiente; (viii) da coisificação da Educação, Ciência, das Tecnologias e Inovações ao rápido desmonte das instituições de ensino e pesquisa; (ix) da banalização à perseguição das manifestações artísticas; (x) da sistemática vulnerabilização de grupos sociais não-hegemônicos aos ataques contra os direitos humanos<sup>4</sup>; entre outros.

---

<sup>1</sup> Preciado, atualmente associado ao *Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou* (Paris), é filósofo, mestre e doutor em filosofia contemporânea, estudos de gênero e teoria da arquitetura.

<sup>2</sup> Este é um conceito-neologismo criado por Preciado para também dar nome ao novo regime pós-industrial, global, midiático e de controle tecnossemiótico.

<sup>3</sup> Cf. *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”*, de Eliane Brum (2021).

<sup>4</sup> Cf. *Bolsonaro e a pandemia: a indiferença como forma de governo*, de Jelson Oliveira (2021).

Além disso, a recente tentativa de fundar um novo partido brasileiro, a Aliança pelo Brasil, sintetiza tais ideais defendidos pelo bolsonarismo, sobretudo em torno da pauta identitária. Desse modo, se caracteriza como um modelo de governo que é ultraconservador em relação à concepção de sociedade e família. Portanto, está pautado no cis-heteropatriarcado normativo, na monogamia e defende rígidos estereótipos de gênero<sup>5</sup>, o que evidencia que, devido a isso, o Brasil se tornou um dos maiores exemplos do “projeto de contrarreforma”, respondendo sistematicamente contra os movimentos de emancipação onto-epístemo-política<sup>6</sup>.

Embora pareça que a pergunta pela identidade tenha se tornado uma obsessão, não é um problema inteiramente novo, mas que remonta ao início das colonizações e do desenvolvimento do capitalismo<sup>7</sup>. Na entrevista com a Folha de São Paulo, Preciado afirma que visualiza uma clara ruptura epistemológica em nosso presente, que já está em curso há décadas. “A epistemologia é a própria condição de um regime de representação. Nós estávamos em uma epistemologia que começou com o espaço colonial, a partir do século XV” (PRECIADO, 2021, s.p.). A partir da aceleração capitalística e das mutações neoliberais que ocorreram no decorrer da década de 1980, a produção em massa e o consumo identitário se tornaram mercadorias. Nesse processo, esclarece Preciado, estabeleceram-se claras divisões de mundo, baseadas em hierarquias do poder, ontologias, políticas, saberes e técnicas de governo. O autor complementa, afirmando que a partir dessa lógica, “a identidade fundamental e central é a identidade branca heteronormativa e é na e pela construção dessa identidade, e para sustentar e reafirmar a soberania dessa identidade, que todos os esforços institucionais, políticas e todo tipo de violência são mobilizados” (PRECIADO, 2021, s.p.). Para o autor, é necessário assumir alguns riscos ao se examinar as políticas e lutas identitárias, de modo a desmistificar a universalidade dos estratos identitários citados acima e também promover novas formações identitárias não-hegemônicas, que não sejam essencializadas e compreendam novas grades de inteligibilidade.

Preciado assinala um devir-revolucionário que já está em curso, que é contracultural, contrassexual e que, como foi descrito ao longo desta pesquisa, promove deslocamentos subversivos onto-epístemo-políticos rumo à emancipação dos sujeitos e de suas identidades. Este devir-revolucionário opera pela ordem da micropolítica, tal como teorizado por Félix Guattari e Suely Rolnik (1999), em que afirmam que a micropolítica diz respeito às formações do desejo no campo social e, como conceito, é também como uma analítica para investigar os

---

<sup>5</sup> Cf. *Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira*, assinado por André Singer, Christian Dunker, Cicero Araújo, Felipe Loureiro, Laura Carvalho, Leda Paulani, Ruy Braga e Vladimir Safatle (2020).

<sup>6</sup> Cf. *Carta de um homem trans ao antigo regime sexual*, em *Um apartamento em Urano*, de Paul B. Preciado (2019a).

<sup>7</sup> Cf. *Paul B. Preciado contro le identità imposte dal potere* (2019d).

cruzamentos quiasmáticos das diferenças sociais molares (“macropolíticas”) e moleculares (“micropolíticas”); entretanto, alertam que não há uma oposição distintiva, tampouco que não possa haver molecularidade na macropolítica ou molaridades micropolíticas. Este é um intercruzamento que chamam de “transversalidade”. Trata-se, então, de elementos, fluxos, estratos, agenciamentos que se organizam de acordo com estas duas dimensões, sendo que a ordem molar diz respeito às estratificações já sedimentadas, fixadas e rígidas na sociedade e, por outro lado, a ordem molecular diz respeito aos devires, às defasagens e variações de intensidades dos fluxos de agenciamento das subjetividades a um nível infrapessoal e infrassocial. “Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares...” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 127).

Em outras palavras, como melhor veremos a seguir, é necessário respeitar a ordem do devir-revolucionário ao se propor análises políticas acerca da ontologia, mesmo quando se trata de ontologias sociais e corporais, como defende a filósofa estadunidense Judith Butler. Ou mesmo na reelaboração conceitual da democracia como um “projeto plural de organização política” baseado na Multidão (HARDT; NEGRI, 2014, p. 411). Conceituações estas que são incorporadas às investigações de Paul B. Preciado, que tem como pano de fundo a recomposição da democracia em um formato amplo e direto. Este cuidado é imprescindível, pois, embora muito se fale no capitalismo, mesmo para anunciar o seu colapso, não é possível ter a certeza de que “estamos assistindo ao fim do capitalismo, ou ainda a uma nova mutação do capitalismo” (PRECIADO, 2021, s.p.). É um risco a se assumir, porém com responsabilidade e consciência.

Como um dos filósofos expoentes dos estudos críticos e dos saberes dissidentes, a teoria de Preciado começou a ser apresentada a partir de sua obra, *Manifesto Contrassexual*, publicada no ano de 2000, e que só foi traduzida no Brasil quatorze anos mais tarde. Como uma potente interpelação, Preciado faz uso de consagradas teorias, de autores de renome na Filosofia e demais áreas do saber, para não apenas corroborar as suas bases conceituais, mas principalmente para complementá-las a partir de uma demanda ontológica, epistemológica e política que se insere em um contexto mais contemporâneo. Com um tom muito ativista, sua obra busca denunciar a hegemonia cis-heteropatriarcal nos processos de subjetivação e produção do sexo e gênero. A sua originalidade está na extremada articulação entre a técnica e a biotecnologia em relação às já conhecidas subjetivações que, a partir dos diferentes modos de subjetivação (tais como os argumentados por Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari

e Judith Butler, por exemplo), se fixam e aparecem ao sujeito como um “eu interior”, como um sexo biologicamente ou anatomicamente determinado e identidades de gênero inflexíveis.

Entretanto, coincidimos com a comentarista argentina Mabel Alicia Campagnoli, que afirma haver uma grande combinação de elementos heterogêneos, que estão presentes em suas conceituações ao longo dos anos e de suas publicações. O que resulta em uma dificuldade de sintetizar a sua teoria, gerando com isso a necessidade de uma exposição sistemática; exposição esta que é realizada por Campagnoli em *Preciados feminismos: una lectura de Preciado para la antropología filosófica* (2018). Entretanto, mesmo em textos anteriores à sua tese Campagnoli nos auxiliou a colocar em perspectiva a proposta teórica de Preciado, que pode ser compreendida, mas não reduzida a: (i) uma dimensão política, dos feminismos e das esquerdas, por meio da qual promoveu críticas que tornaram-se expoentes do desconstrutivismo contemporâneo dessa mesma dimensão política, de modo a também atualizar as principais ferramentas conceituais que são utilizadas por pós-marxistas, pós-operaístas e pós-fordistas para caracterizar o capitalismo e suas mutações mais recentes; (ii) uma dimensão filosófica, em que propôs uma continuidade crítica dos posicionamentos de Foucault e, principalmente, de Butler (CAMPAGNOLI, 2013). A desconstrução viabilizada está relacionada diretamente às principais dicotomias presentes na tradição cultural do Ocidente, que perpassam as mais variadas áreas do conhecimento, bem como se envolvem nos processos de produção e regulação dos saberes, na fixação de “verdades” e na forjatura do “eu”, do “outro”, do “nós”. Preciado se dedica então a identificar os fenômenos de “contaminação textual” e discursiva na epistemologia ocidental, que incidem sobre o que compreendemos por *bíos* e *zoé*, vida e morte, natureza e tecnologia, corpo e alma, mente e espírito, linguagem e matéria, discurso e carne, orgânico e artificial, trans-humano e pós-humano, macho e fêmea, masculino e feminino, homem e mulher, heterossexual e homossexual, cissexual e transexual, entre outros.

É certo que ainda hoje desconhecemos toda a potencialidade de um corpo, inclusive o quão maleáveis são os seus limites, que se dilatam e se condensam de acordo com a incidência de uma multiplicidade de afecções. É no âmbito das corporalidades, da própria materialidade quiasmática do corpo em que agem os modos de subjetivação, que se inscrevem as sujeitidades, que se sedimentam identificações. Como substratos, são matérias-primas valiosas. Ignorar o alcance da potencialidade dos corpos é o mesmo que ignorar quais são as forças que nos capturam e dominam, que gerenciam a produção, reprodução e exploração, que estabelecem padrões hegemônicos nos estratos socioculturais, que atribuem ou não a densidade inteligível, que prescrevem identidades e políticas normativas, que corrompem ontologias e epistemologias

para precarizar e subalternizar, carnalizar o que despotencializa a vida, e, com isso, perpetuar o não fazer viver e deixar morrer<sup>8</sup>.

Contrariando o autoritarismo e as violências da Ditadura Cívico-Militar brasileira, já sob a onda de redemocratização, em meio a movimentos nacionais e internacionais de contracultura, desbunde geral e emancipação onto-epístemo-política, foi somente há três décadas que iniciou-se no Brasil a recepção das teorias queer. Entretanto, foi no início deste século em que se deu o marco de incorporação criativa e devoração das novas teorias-práticas de subversão e dissidência do sexo-gênero-desejo. Curiosamente, por intermédio de Guacira Lopes Louro (2001), as teorias queer chegaram ao Brasil já com um tom “pós-identitário”, primeiramente aliado ao contexto da educação, mas que rapidamente contaminou e se expandiu a outras áreas do saber. Localizamo-nos, tanto em teoria quanto em prática, em um interstício entre as disputas identitárias e pós-identitárias, entre o posicionamento assimilacionista e o antiassimilacionista, isto é, o dilema instaurado pelos modos de subjetivação que produzem sujeitos e exigem obediência. Em outras palavras, o dilema que se constitui entre aceitar a subordinação normalizante (como forma de obter reconhecimento, que é atribuído por instituições burocráticas correlatas) e insubordinar-se (ativamente lutando para reconquistar os meios de produção de reconhecimento, implodir essas velhas instituições burocráticas correlatas, bem como promover a visibilização, as liberdades públicas, a participação democrática e a justiça política em todos os âmbitos sociais)<sup>9</sup>.

Paul B. Preciado nos provoca com afirmações e reflexões sobre um novo devir-revolucionário que categoriza como “Multidões Queer”, ou melhor, a Multidão. Conceito extraído da trilogia de Michael Hardt e Antonio Negri. Tal como as insurreições que historicamente antecederam a que é mais recente, a Multidão se trata de uma resposta radical aos governos soberanos, autoritaristas e antidemocráticos. Segundo Hardt e Negri (2014, p. 412), “toda a tradição da teoria política parece concordar acerca de um princípio fundamental: somente o ‘uno’ pode governar, seja ele o monarca, o Estado, a nação, o povo ou o partido”. Entretanto, na democracia o poder é realmente do povo? Ou o poder decorrente de sua unidade (como um sujeito unificado) é transmitido ao representante, ao Estado, à Soberania? Qual corpo é considerado digno de voto?<sup>10</sup> É possível um governo do múltiplo para as e pelas multiplicidades?

---

<sup>8</sup> Cf. *Ne pas faire vivre et laisser mourir*, de Judith Revel (2018).

<sup>9</sup> Cf. *Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea*, de Richard Miskolci (2011) e *História do Movimento LGBT no Brasil*, organização de James N. Green *et al* (2018).

<sup>10</sup> Cf. *El cuerpo de la democracia*, de Paul B. Preciado (2019).

Segundo Preciado, “os templos da democracia representativa estão vazios e por isso vão se preenchendo de fascismo”, pois “o que chamamos de livre (mas escassa) participação (uma vez a cada quatro anos!) não é senão a ritualização de distintas formas de submissão: administrativa, trabalhista, racial, econômica, sexual, digital, jurídica, psiquiátrica”, de modo que, de modo a romper com esse modelo de governo baseado na submissão, deveríamos nos esforçar para construir o que Preciado chama de “democracia somatopolítica direta” (PRECIADO, 2019c, s.p., tradução nossa). Compreende-se que, para o autor, este modelo de democracia somatopolítica é baseado nos mais recentes estudos acerca da democracia, promovidos por Hardt, Negri, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Butler e Wendy Brown, por exemplo. E, além disso, que por “direta” compreende-se uma participação democrática que é ativa e responsável, mas que, no entanto, se difere do comum entendimento de “democracia direta”, como veremos no capítulo *A Metamorfose dos sujeitos*. Devido a isso, compreendemos que o caminho para responder às questões apresentadas, à luz do pensamento multitudinário de Preciado, requer não só uma topologia conceitual, mas uma topografia própria, com caminhos transversais e interseccionais.

A partir deste cenário, em que se evidencia tanto demanda quanto relevância, para começar propomos um retorno ao problema do sujeito e de sua forjatura, que por vezes é eclipsado por interpretações que recaem no assimilacionismo e/ou na fixação identitária, que interrompem os fluxos do sujeito-em-processo. Para isso, o *corpus* teórico de Judith Butler será utilizado como referência primária, conjuntamente com o *corpus* de Preciado. Butler considera que é urgente assinalar que, antes mesmo de perpassar pelo problema da identidade, a regulação normativa das subjetividades sexo-gênero-desejo dissidentes sinaliza a existência de um problema acerca da formação do sujeito, do “eu”. Neste problema encontraríamos o real obstáculo para a materialização de uma emancipação ontopolítica efetiva, tal como almejada por Preciado: faz-se necessário investigar a forjatura dos sujeitos e a contemporânea exploração capitalística antidemocrática, para então tornar-se possível o desmonte do hegemônico cis-heteropatriarcado compulsório, que ainda hoje permanece ornamentado por seus privilégios.

Assim, o nosso problema filosófico desponta a partir das disputas socio-político-culturais como uma interrogação acerca da produção ontológica dos sujeitos, mas também das insurgências subversivas que, a partir do cerne dos regimes de controle, assemblam um novo sujeito político na contemporaneidade. Este problema está demarcado em espacialidade e temporalidade: a da mais recente Revolução Industrial, a partir da qual “o corpo e a sexualidade ocupam o lugar que a fábrica ocupou no século XIX”, sendo uma mutação que “é marcada pela engenharia genética, pela nanotecnologia, pelas tecnologias de comunicação, pela farmacologia

e pela inteligência artificial” (PRECIADO, 2019b). Se trata de uma temporalidade marcada pela gestão farmacopornográfica da vida, isto é, da mais recente mutação do capitalismo neoliberal que produz uma distinção ontológico-política nos processos culturais de subjetivação, sujeição e individuação, mas também nos processos de resistência e emancipação dos diferentes sujeitos, sujeitidades<sup>11</sup> e processos de identificação (PRECIADO, 2018a, p. 139).

Efetivamente, propomos a problematização do postulado realizado por Preciado no ano de 2003, em *Multidões Queer* (2011), no qual argumenta que a Multidão é como uma singularidade que emerge do cerne do regime de controle e dominação da biopolítica negativa, com o intuito de colocar em perspectiva as influências que remontam a sua afirmação e, se há, quais são as suas implicações. Portanto, como Preciado, em sua tese, mobiliza a categoria Multidão como sujeito queer e, a partir disso, como é possível subsumir a Multidão como o novo sujeito político contemporâneo? Com efeito, a presente dissertação parte da hipótese de que para teorizar o sujeito político da contemporaneidade, Preciado recorre a distintos elementos como o biopoder e os dispositivos da sexualidade segundo Michel Foucault, a teoria da sujeição heteronormativa segundo Monique Wittig, a sujeição performativa segundo Judith Butler, bem como às vertentes pós-marxistas e pós-operaístas segundo Deleuze e Guattari, Hardt e Negri para articulá-las sob a forma de um novo regime de poder, a farmacopornografia, isto é, um governo biotecnológico e semiótico-técnico de subjetivação, de territorialização e produção de desejos, corpos, gêneros e sexos.

Quanto aos procedimentos metodológicos aplicados, as principais abordagens utilizadas na presente dissertação foram embasadas na investigação qualitativa, com objetivos tanto exploratórios quanto explicativos, por meio da pesquisa bibliográfica. Em primeiro lugar, dividimos as referências selecionadas para compor esta dissertação em três categorias, quais sejam: referências primárias, secundárias e terciárias. Em segundo lugar, recorreremos a diferentes plataformas bibliográficas, tanto físicas quanto digitais<sup>12</sup>, o que inclui livros, artigos científicos, dissertações e teses. Em terceiro, nos valem das edições publicadas na língua brasileira, em castelhano, inglês estadunidense e francês, com intuito comparativo e complementar, pois, no caso das edições em inglês estadunidense, as obras de Preciado

---

<sup>11</sup> Para Sara Salih (2017, p. 11), o conceito de sujeitidade [*subjecthood*] é complementar ao de identidade. Compreende-se que segue a teoria butleriana, distinguindo os processos de atribuição identitária que se dão na categoria sujeito e os processos de continuidade performativa, regulação e correção da coerência sexo-gênero-desejo que se dão na categoria indivíduo. A sujeitidade é, então, o conjunto de processos de identificação em um processo de devir, por meio do qual se torna possível assumir, repetir ou romper com os códigos identitários que são atribuídos ao sujeito.

<sup>12</sup> Alguns dos livros utilizados são editados no formato digital para dispositivos Kindle e, quanto às citações destas obras, elas aparecerão no texto seguidas da indicação “posição Kindle” e a numeração correspondente à localização dos trechos selecionados como referência.

ganharam revisões, ampliações, prefácios e novas introduções, o que resulta em pequenas e/ou significantes implicações teóricas que são assinaladas ao longo da presente dissertação. Complementar às obras de Preciado, recorreremos a sua tese, capítulos em outros livros, prefácios e posfácios, artigos, crônicas, seminários transcritos e entrevistas, tanto em castelhano, quanto em inglês estadunidense e francês. Por último, traduzimos para a língua brasileira todos os excertos utilizados, que originalmente são escritos nos idiomas indicados acima, e, quanto às traduções nossas, somos inteiramente responsáveis.

Ainda acerca das abordagens utilizadas, é importante esclarecer que o elemento estilístico das (os) autoras (es) também é levado em consideração, uma vez que propomos uma investigação da teoria preciadiana a partir de um fundamento teórico butleriano. A filósofa Judith Butler, com obras já consagradas, tem como estilo uma escrita inimitável e exigente, correspondente ao cânon filosófico, com textos altamente densos, marcados também por sua formação e atuação como professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Berkeley. Já o estilo marcante de Preciado, embora também filosófico, distancia-se das convenções acadêmicas mais comumente aceitas, fazendo da escrita uma ferramenta de si, que está sempre aliada à análise política e certamente contém pitadas de poesia, que são expressas por meio dos estilos manifesto, monográfico e autobiográfico. O que, aliás, o levou a ser finalista do *Premio Anagrama de Ensayo* em 2010 e laureado do *Prix Sade* em 2011, na França, por sua terceira obra publicada, *Pornotopía*.

Recentemente, a obra *Um apartamento em Urano* marcou o uso da crônica como forma de contraprodução, reunindo as crônicas previamente publicadas no jornal francês *Libération* entre o período de 2010 e os primeiros meses de 2018; embora Preciado continue publicando crônicas no presente. Compreende-se que Preciado utiliza da crônica como uma ferramenta de produção de saberes situados, subversivos, da resistência cotidiana, que flui “da poesia da imaginação para a prosa do pensamento”<sup>13</sup>. Algo que é complementado com outro procedimento metodológico muito presente em sua escrita, a cartografia ou uma escrita multicartográfica. Com isso, questiona se a cartografia poderia atuar como uma máquina de transformação política, das práticas e representações dissidentes. Para o autor (2017b), o cartógrafo ideal é um etnógrafo desencarnado, despido de suas subjetividades identitárias, para tornar-se capaz de registrar os diferentes fluxos e devires identitários na história, nos mais diversos campos fenomênicos, como uma topologia das insurgências revolucionárias.

---

<sup>13</sup> Referência a Hegel, presente no primeiro volume de seus cursos de estética (1975), realizada por Michael Hardt e Antonio Negri em entrevista concedida a Nicholas Brown e Imre Szeman (2006, p. 93).

Sem dúvida, Judith Butler e Paul B. Preciado compartilham uma estilística queer, entretanto, diferem em estilos de escrita, de modo que, ao longo da presente dissertação buscou-se manter um fio condutor para as influências monográficas e ensaísticas das (os) autoras (es), sempre respeitando o reflexo dos estilos em suas teorias. A exemplo, para Preciado (2018a, p. 13) a escrita é uma das formas de insurreição onto-epístemo-política, como ilustra a partir do excerto do escritor e fotógrafo francês Hervé Guibert: “na escritura, sou sempre ao mesmo tempo o cientista e o rato que ele destripa para estudar” (2018a, p. 59). Preciado investe no ensaio como forma e também conteúdo, tal como o ensaísta Raúl Rodríguez Freire<sup>14</sup>, para registrar a sua autoexperimentação de modo oposto às formas do pensamento crítico produzido pelos meios acadêmicos. “Como se a escritura pudesse ser a única testemunha confiável desse processo [de travessia entre-matrizes]. [...] A escrita é o lugar em que habita meu vício secreto e, ao mesmo tempo, o cenário em que meu vício sela um pacto com a multidão” (PRECIADO, 2018a, p. 60). Assim, Preciado faz da escrita sua auto-bio-biblio-grafia, uma autoetnografia em que uma nova epistemologia surge sob a forma subjetiva e experimental, tão científica quanto artística, tão poética quanto monográfica, performativa<sup>15</sup>.

A escrita como resistência (e aqui se incluem os estilos de escrita de Preciado), esclarecem Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020, p. 2), se soma às críticas a partir das perspectivas interseccional, decolonial, transativista e transfeminista, reivindicando transformações em todas as instâncias. O que inclui novas ontologias, novas políticas, novas epistemologias e saberes, parâmetros e métodos, novas organizações sociais e, principalmente, um novo presente e novos futuros possíveis. Estas são linhas de fuga bastante utilizadas no pensamento *queer/cuir*, mas que não se limitam a esses moldes, tratando-se também da “subversão dos métodos, da reapropriação dos termos, do roubo criativo de ideias e da extrema antropofagia” enquanto um “pensamento Travesti”, dizem as autoras em *Manifestações textuais (insubmissas) travesti*. Esta “performolecularidade” que atravessa os manifestos, que se dissemina com a escrita e se soma aos ativismos corporais, se constitui como a linha de fuga, deslocante e ressignificante, que orienta as muitas formas de resistir e contraproduzir, no entanto, sem necessariamente ser causa de assimilação entre-matrizes, como entre a homossexual e a heterossexual ou entre a travesti e a cissexual. Neste caso, não se trata de produzir “decalques” de uma matriz hegemônica ou de enquadrar uma

---

<sup>14</sup> Cf. *La forma como ensayo*, de Raúl Rodríguez Freire (2020).

<sup>15</sup> Cf. *El género narrativo de Testo Yonqui. Aproximación a la deriva ensayística de Paul B. Preciado*, de Pau Conde Arroyo (2019) para um estudo minucioso acerca da auto-bio-biblio-grafia em Preciado.

matriz não-hegemônica nos moldes de outra, mas de ativamente materializar novas formas de existir, agir e bem-viver.

Além disso, o método expositivo empregado na presente dissertação, além das peculiaridades próprias ao pensamento preciadiano, soma-se ao método utilizado por Hardt e Negri em *Multidão* que, por sua vez, foi inspirado pela exposição de Karl Marx, no prefácio do primeiro volume de *O Capital*. Hardt e Negri (2004, p. 98) afirmam que, tal como Marx, que inicia a sua investigação pelo capital e o mundo das mercadorias para depois expandir suas análises, ao se falar em resistência é preciso, antes, questionar: resistir a que? Nesse caso, sobretudo, ao movimento de contrarreforma iniciado pelo cis-heteropatriarcado neocolonial como resposta às frentes de emancipação onto-epístemo-política. Começaremos pelas origens da dominação farmacopornográfica, para então rumar às formas de resisti-la!

Dito isso, o transcorrido teórico realizado nesta pesquisa para compreender o cenário visualizado por Hardt e Negri, Butler e Preciado pode ser descrito da seguinte maneira: no primeiro capítulo, buscou-se identificar os principais conceitos e elementos da teoria butleriana, que são incorporados à teoria preciadiana, seja como crítica ou influência. Noções como performatividade, identidade, identidade de gênero, as distinções entre sujeito e indivíduo, bem como a estrutura de exploração capitalística cis-heteropatriarcal serão recorrentes. Compreender as bases da sujeição contemporânea, isto é, a feitura mesma dos sujeitos e a exigência sistemática de assujeitamento ao cis-heteropatriarcado possibilita também a compreensão da vulnerabilização dos sujeitos já individuados e esta é a abertura conceitual necessária para se pensar as táticas, a ética e as políticas de não-violência propostas por Butler<sup>16</sup>.

Na continuidade, após estabelecermos o referencial teórico necessário, em um primeiro momento buscou-se contextualizar o recorte têmporo-espacial do presente, no qual Preciado identifica o regime de dominação farmacopornográfico, com fortes vínculos performativos e seus desdobramentos prostéticos, conforme as mutações do capitalismo. Ao longo da exposição realizada, os contornos da *Multidão* são desenhados por Preciado e torna-se possível correlacionar a feitura dos sujeitos, com os processos de individuação, que produzem sujeitos-individuados. Esta análise é fundamental para compreensão dos mais recentes mecanismos de exploração capitalística dos indivíduos, de suas bases ontológicas, perpassando por seus desejos, angústias, até as suas ações políticas em âmbito público e privado. Em um segundo momento, neste capítulo observam-se as possibilidades mesmas de resistência segundo a teoria preciadiana, o que para o autor só é possível após a extensa investigação dos meios de controle

---

<sup>16</sup> Cf. *The Force of Nonviolence: an ethico-political bind* (2020a) e a entrevista *A força da não-violência: Judith Butler quer que reformulemos a nossa raiva*, traduzida por Sara Wagner York (2020b).

e assujeitamento. A lógica é implodir o sistema a partir de seu cerne. Dessa maneira, analisa-se também as históricas resistências, insurgências sexo-gênero dissidentes e as suas invenções de práticas micropolíticas de subversão. Este é o ponto de convergência com a Multidão hardt-negriana, em que linhas de fuga<sup>17</sup> do Império e do regime de dominação farmacopornográfico se cruzam.

Enfim, reserva-se ao terceiro e último capítulo uma investigação própria acerca do conceito de Multidão, considerando as suas dimensões ontológica, social e política segundo a trilogia de Michael Hardt e Antonio Negri, qual seja, *Império* (2001), *Multidão* (2005) e *Bem-estar comum* (2016). Neste capítulo, buscou-se analisar a Multidão tal como é assinalada por Hardt e Negri, observando como a Multidão, como um novo modelo de organização onto-epístemo-política, tornou-se paradigma de desestabilização capitalística em resposta aos governos bio e necropolíticos, autoritaristas e antidemocráticos. Compreender a Multidão é fundamental para a compreensão do postulado de Preciado acerca da possibilidade das Multidões Queer. Aqui, inter cruzam-se novamente as linhas de fuga, que não só convergem com as táticas, ética e políticas de não-violência propostas por Butler, como encontram na teoria hardt-negriana um solo fértil para se prosperar teorias-práticas do bem-estar comum e na teoria preciadiana a coragem de se propor como um *comunismo tecnossomático planetário*<sup>18</sup>; como uma nova gramática onto-epístemo-política de “ser, se mover e mudar que reside na capacidade de ‘cuidar e proliferar, conectar e multiplicar’”<sup>19</sup>, em que o sujeito não é assujeitado, mas produzido multitudinariamente<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> À luz dos *Diálogos* (1998, pp. 145-146) de Gilles Deleuze, compreendemos “linhas de fuga”, de agora em diante, por linhas, caminhos, fluxos rumo ao não-previsível, ao novo, que “potencializam a potência” das multiplicidades, que não são necessariamente lineares, que desterritorializam e dessujeitam.

<sup>18</sup> Hardt e Negri falam em “comum” e em “bem-estar comum” baseados na expressão *commonism*, cunhada por Nick Dyer-Witherford, que designa a sociedade baseada no comum e no bem-estar comum (2016, posição Kindle 7.992). Compreendemos que Preciado inspira-se na teoria hardt-negriana ou vale-se da mesma fonte para desenvolver o conceito de comunismo tecnossomático.

<sup>19</sup> Cf. Os novos prefácio e introdução em *Countersexual Manifesto*, de Paul B. Preciado (2018b).

<sup>20</sup> Cf. *We don't have bodies yet*, de Paul B. Preciado (2020c).

## 2 A TEORIA DA PERFORMATIVIDADE COMO UM DESVIO NECESSÁRIO

Todos os termos estão carregados politicamente e, diante a um incipiente processo de institucionalização, são selecionados aqueles que portam "boa presença", ou seja, categorias que provoquem menos colisões, disputas e confrontos às práticas institucionais. A incorporação desses sujeitos – nós – nos termos mais aceitáveis para a normalização institucional supõe um processo de tradução de nossas subjetividades a dados funcionais para o Estado, e o estabelecimento de especialistas e profissionais que esquematizarão o *corpus* para nos tornar legíveis e legítimos mediante a retirada e apagamento dos tons mais destoantes. Será esse o preço que devemos pagar para ser governadas (os) dessa maneira em troca de nosso reconhecimento ou esse é unicamente o modo pelo qual podemos ser reconhecidas (os) como sujeitas (os) pelo Estado?

– valeria flores, *Interruções*  
(2017, tradução nossa).

Ao se propor a teoria da performatividade de Judith Butler como um desvio necessário, buscamos estabelecer uma sólida base teórica a partir da qual se pode fundamentar as arguições acerca das formações ontológicas e políticas dos sujeitos da contemporaneidade. Como expoente desde a década de 1990, as análises de Butler sobre a categoria “sujeito” têm sido um ponto de convergência, dialogando com outras (os) autoras (es) da Filosofia que seguem nutrindo este debate. No caso da presente dissertação, ao tomar as teses de Butler como ponto de partida, esperamos também nutrir comentários acerca do sujeito, do assujeitamento e modos de subjetivação, mas principalmente sobre como incidem sobre a linguagem e a matéria, o discurso e o corpo como elementos ontológicos que orientam a ação e permeiam as práticas políticas. Esse ruído gerado pelo interstício ontológico-político interfere em nossas vidas e formas de vida, nos desejos, afetos e repulsas, excitações e frustrações, sexos, gêneros e diferentes corporalidades.

Como contraponto, que não necessariamente gera contradição, mas sim complementaridade, as escolhas metodológicas que tanto aproximam quanto distanciam a teoria de Paul B. Preciado da de Butler geram um campo fértil a partir do qual é possível sustentar uma continuidade na subversão ontológica, epistemológica e política. Com isso, mais

aproximando-se do que afastando-se, é nesta interseção em que instalamo-nos ao problematizar a sujeição contemporânea e suas frentes de resistência.

Ainda que tenha se tornado expoente das teorias queer e dos estudos críticos de gênero, a teoria da performatividade postula a feitura e a continuidade performativa dos sujeitos, tendo como principal elemento o gênero, que a gênese da dominação ontológica e política, esta que contamina toda a produção de saberes e, portanto, é corroborada epistemologicamente. Compreendemos que um bom meio de iniciar esse retorno à performatividade é observar que, para compreender o performativo, não basta a leitura de suas obras produzidas na década de 1990. Se torna fundacional recorrer às publicações da década anterior, nas quais Butler apresenta um esboço de sua teoria performativa do gênero, na mesma medida em que dialoga com outras (os) interlocutoras (es). É com a sua tese – *Subjects of Desire: Hegelian Reflections In Twentieth-Century France* (1987) – que Butler inaugura a sua teorização sobre o sujeito, os poderes que colocam em curso os processos de sujeição e as ambiguidades que se apresentam em alguns destes conceitos. Nesse período, Butler estuda as teorias de Hegel, Nietzsche, Marx, Heidegger, Kierkegaard, Merleau-Ponty, teóricos da Escola de Frankfurt, bem como a recepção francesa da teoria hegeliana por Kojève e Hyppolite. Ainda, posteriormente, as teorias de Sartre, Lacan, Derrida, Foucault e Deleuze. Embora possa causar estranhamento às (aos) leitoras (es) de *Problemas de Gênero*, é na obra resultante de sua tese que se torna evidente o peso da teoria hegeliana na formulação da teoria da performatividade, sendo a chave de leitura utilizada por Butler para abordar os conceitos de sujeito, alteridade e desejo.

Crítico da teoria da performatividade de gênero de Butler, compreendemos que Preciado não descarta a teoria da performatividade, mesmo em suas críticas mais ácidas. Veremos ao longo do capítulo como Preciado mais aproxima-se do que se afasta de Butler, sobretudo em sua obra inaugural *Manifesto Contrassexual* (2014a). No marco da publicação de seu *Manifesto*, as críticas arguidas pelo filósofo espanhol tornaram-se rapidamente disseminadas em razão do uso da filosofia política e dos próprios estudos críticos da sociedade, como os feminismos, as teorias queer e de gênero como uma plataforma de interpelação e denúncia de problemas que ainda persistem, mesmo após anos de produção teórico-prática acerca da materialidade dos corpos e da subjetivação sexo-generizada. Aliando-se a essas correntes críticas, Preciado desenvolveu um trabalho que ainda hoje pode ser considerado radical, antagônico até mesmo para as alas mais progressistas da academia. Isso devido às suas desconstruções relativas às principais dicotomias presentes na tradição cultural do ocidente, que atravessam as mais variadas áreas do conhecimento, produzindo e regulando saberes, fixando verdades, um “eu” estável e unitário, o “outro”, “um nós” e as relações de poder a estes relacionadas.

Ao evitar falar a partir da academia, o *Manifesto* é enunciado a partir de um posicionamento de “jubilante e aparentemente anticientífica afirmação da multiplicidade irreduzível dos sexos, gêneros e sexualidades”, de modo que, embora utilize-se de ferramentas conceituais *ditas acadêmicas*, é escrito com uma gramática não-identitária, que busca promover a não-exclusão e convocar a “cuidar e proliferar, se conectar e multiplicar”, pois, como interpelação ou apelo, não indica uma revolução porvir, “mas a compreensão que somos a revolução que já está ocorrendo” (PRECIADO, 2018b, pp. 3-4, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Por certo, uma das críticas que Preciado direciona a Butler em *Manifesto Contrassexual*, e que deveríamos manter em mente ao longo do presente capítulo, diz respeito à performatividade. Para o autor, a teoria da performatividade teria se tornado defasada com a chegada dos anos 2000, demonstrando-se insuficiente em si mesma para dar conta dos mais recentes modos de subjetivação, colocados em andamento por uma das formas de ação do biopoder, a que chama de sexopolítica. Como ponto nodal e eixo constituinte do biopoder, a sexopolítica está voltada às regulações e produções de hegemonia, como um padrão para as corporalidades, sexos, gêneros e desejos na contemporaneidade. Em seu livro (2014a, p. 29), afirma que o gênero, então, não poderia ser simplesmente performativo senão prostético, indicando que, antes de tudo, é na materialidade dos corpos e em suas carnalidades que os gêneros são construídos.

A alta plasticidade carnal, hoje possível devido aos avanços técnicos e científicos, causa uma grande ruptura entre um enunciado discursivo de verdade e como este enunciado discursivo é, de fato, representado como verdade. Constatação que só é possível ao voltar-se às comunidades transexuais e transgênero que de fato colocam em evidência as transformações físicas, sexuais, sociais e políticas dos corpos, gêneros e sexos, demonstrando na prática que não há um palco de gêneros para performá-los, mas sim técnicas e tecnologias precisas de transincorporação: “clitóris que crescerão até se transformarem em órgãos sexuais externos, corpos que mudarão ao ritmo de doses hormonais, úteros que não procriarão, próstatas que não produzirão sêmen, vozes que mudarão de tom” (2014a, pp. 93-94), entre outras, como veremos. Portanto, quando afirma que o gênero é prostético, afirma também que há neste interstício um

---

<sup>21</sup> Sob o marco da publicação da primeira edição estadunidense de *Manifesto Contrassexual – Countersexual Manifesto* (2018b) –, a obra ganha um prefácio escrito por Jack Halberstam e uma nova introdução, escrita por Preciado. Nela, o autor apresenta o caminho que o levou a investigar a materialidade das tecnologias de gênero, a sua própria experiência de travessia entre-matrizes de gênero, influências acadêmicas e teóricas que o auxiliaram a compreender, a partir da arquitetura, de sua história e design, como os corpos, sexos, gêneros e sexualidades também são efeitos de construção ou materialização a partir de técnicas visuais, materiais e semióticas. Complementarmente, na nova introdução Preciado traz elementos teórico-práticos já consolidados em suas outras obras, *Testo Junkie* (2018) e *Pornotopia* (2010), analisando as próprias provocações contidas em *Manifesto Contrassexual*.

ou mais problemas latentes acerca de como o gênero, como um produto da sexopolítica e das tecnologias de fabricação dos corpos sexuais altera, inclusive, como são produzidos os sujeitos, os processos pelos quais são assujeitados e explorados enquanto indivíduos na sociedade.

É nesse contexto que o “contrassexual” em seu manifesto remete à contraconduta foucaultiana, assinalando que hoje, mais do que nunca, é preciso aceitar a urgência de desontologização e desnaturalização, finalizando um longo período histórico de dominação baseada no pressuposto ontológico e natural como legitimação para a sujeição de uns sobre os outros. A contrassexualidade se trata de *uma profunda análise da sociedade, de um colocar-se no mundo a contraproduzir a natureza enquanto uma ordem simbólica ou substancia universal transcultural*. Trata-se de deslocar a natureza como um ordenador metafísico para o corpo, o gênero e o sexo para ressituar os limites entre o natural e o artificial, se é que estes limites existem e se sustentam. Desse modo, ao contrário de negar a natureza ou considerá-la como sempre artificial, trata-se de compreender que os próprios critérios que definem o que é “natural” e “artificial” estão em disputa. Compreende-se que, para o autor, a contrassexualidade é como uma ferramenta sociopolítica e filosófica que deveria ser utilizada para investigar os regimes de poder, as técnicas de dominação e a produção de diferença com o objetivo de desmitificar as noções tradicionais de corpo, sexo e gênero, cerceadas por determinações anátomo-biológicas e políticas, mas, também, de sujeito, indivíduo, moral e quaisquer formas de supremacia social, sobretudo e mais especificamente, as que privilegiam o sistema cis, heterossocial e heterossexual.

Indo além, compreende-se que, para o autor, mais do que uma ferramenta sociopolítica e filosófica, a contrassexualidade seja como *uma contratecnologia material de produção da consciência*, como um *animalismo* não antropocêntrico, que rompe radicalmente com o humanismo “que inventou o que chamamos de corpo humano – a própria humanidade como a conhecemos –, fixando-lhe um modelo que é reproduzido até então como contraparte exigida para a atribuição de inteligibilidade”, isto é, “um corpo soberano, branco, heterossexual, saudável, seminal, um corpo estratificado, pleno de órgãos [e de membros] e capital” (2014b). Uma mudança que pode soar como impossível ou inimaginável, mas que pode ser capaz de produzir uma nova expressão consciencial<sup>22</sup>.

O que Preciado busca colocar em evidência por meio da contrassexualidade é que não há uma verdade pré-discursiva, embora existam ficções políticas de alcance ontológico que atuam como uma paródia ou pastiche, isto é, imitando ou simulando a heterossexualidade como

---

<sup>22</sup> Agradeço a Alexis K. Santos pela muito bem-vinda contribuição.

um referente puro, mesmo quando a própria heterossexualidade é uma repetição e, portanto, uma imitação de atos, gestos, performances e signos muito específicos<sup>23</sup>. Paradoxalmente, assim como o próprio processo de sujeição, a repetição e a reiteração da heterossexualidade é, em um só tempo, a plataforma de formação compulsiva do sujeito e o espaço em que ocorre a subversão dessas formações. Dessa forma, a contrassexualidade promove as práticas de subversão a partir das “falhas da estrutura do texto (corpos intersexuais, hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, sapas, fanchas, *butchs*, históricas, saídas ou frígida, *hermafrodykes...*)”, reforçando “o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocentrado” (PRECIADO, 2014a, p. 27). São as vidas, experiências, tradições, corporalidades e práticas que revelam a paródia disciplinar, performativa e plástica das identidades de gênero, assim como as primeiras insurreições contrassexuais que escancaram a artificialidade do sistema sexo/gênero dominante.

## 2.1 SUJEITO E GÊNERO

Para Judith Butler, é fundamental considerarmos uma distinção entre *sujeito* e *indivíduo*. Em *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição* (2017), Butler preocupa-se em abordar não apenas os elementos discursivos da feitura dos sujeitos, mas também as suas dimensões materiais e carnis enquanto sujeitos-em-processo. Devido a isso, primeiramente, propõe que o sujeito não seja identificado estritamente com o indivíduo, tampouco confundido como indivíduo. No lugar, deveríamos interpretar o sujeito referente ao político e o indivíduo referente à política, uma vez que, para a autora (2017a, p. 19), (i) o sujeito é uma categoria linguística e uma estrutura sempre em formação, como uma instância intersubjetiva na qual ocorrem as disputas de poder que simultaneamente o produz e o assujeita; (ii) o indivíduo é produto do processo de assujeitamento e dos modos de individuação, isto é, os meios pelos quais um sujeito-em-processo adquire inteligibilidade de ordem política, atribuindo-se de poder jurídico e gozando dos direitos e deveres a ele relacionados. Dessa forma, “o sujeito é a ocasião linguística para o indivíduo atingir e reproduzir a inteligibilidade, a condição linguística de sua existência e ação” (2017a, pp. 19-20).

Como um dos diálogos possíveis entre as teorias de Butler e as da cientista política belga Chantal Mouffe, sobretudo se observarmos a publicação de Mouffe de título *Sobre o político* (2015), torna-se possível identificar uma correlação entre o *político* e a esfera do *sujeito*, bem como entre a *política* e a esfera do *indivíduo* na teoria de Butler. Segundo Mouffe (2015,

---

<sup>23</sup> Cf. O conceito de “paródia de gênero” em *Problemas de Gênero*, de Judith Butler (2016).

posição Kindle 349-579), há uma crescente moralização do político na atualidade, o que pode levar a uma sedimentação entre aquilo que é considerado como “verdadeiro” ou “falso”, “certo” ou “errado”. Este é um fenômeno que pode ser mais bem analisado ao se observar “o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada”, diz Mouffe, o que pode ser complementado com a teoria butleriana acerca da forjatura dos sujeitos por meio da instância infrassocial, que é composta por estas instituições e mediada por estas práticas, sobretudo ao considerar a dimensão antagonista e a possibilidade de produzir sujeitidades e identificações com base na diferença. Este é um terreno fértil para investigar a produção de diferenças, a relacionalidade entre sujeitos e em como tais marcadores identitários orientam suas posições e ações políticas enquanto indivíduos em âmbitos democráticos.

Esta distinção butleriana orientará a formulação da teoria da performatividade em suas diferentes versões ou “tempos”. Para a comentarista brasileira Carla Rodrigues (2019, posição Kindle 442), é possível ler a teoria da performatividade da seguinte forma: a performatividade e a linguagem; a performatividade de gênero e a performatividade dos corpos e sua potência de resistência. Rodrigues destaca ainda que, embora falemos em três tempos, eles “não são cronológicos, mas temáticos, e que estão articulados entre si: atos de fala performativos são performativos corporais que também são performativos de gênero” (2019, posição Kindle 630). Vale pontuar que, de modo complementar, Rucovsky (2016; 2019) e Campagnoli (2013; 2018) também compreendem a teoria da performatividade em três versões, a saber: a teatral-dramatúrgica-fenomenológica, a performatividade quiasmática e a do “giro ético”, que mobiliza conceitos que expandem a teoria da performatividade.

Nos textos iniciais da teoria da performatividade, nos quais Butler apresenta um protótipo conceitual, já é possível compreender que a pergunta pela identidade e a pergunta pelo sujeito estão amplamente relacionadas, sem que possamos desconsiderar uma à outra ao tratar sobre um dos temas. Observemos: se considerarmos que o gênero é uma construção, então quem constrói o gênero? Quem, ou mais precisamente o que constrói quem constrói os gêneros? Quem reconhece a experiência do gênero, atribuindo-lhe significado?

Nos artigos da década de 1980, especialmente em *Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault* (1991, originalmente publicado em 1982) e em *Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista* (2019a, originalmente publicado em 1988), é possível encontrar algumas das abordagens iniciais acerca do sistema sexo-gênero. Destacamos estes artigos, pois neles Butler realiza uma releitura da filosofia existencialista e fenomenológica de Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty, contrastando-as com as teorias em alta de Simone de Beauvoir, Monique Wittig e Michel

Foucault. Para Rucovsky (2016, pp. 40-41), são textos fundantes da primeira versão da teoria da performatividade, a teatral-dramatúrgica, que também é ritual e fenomenológica da performance com uma “dimensão cênica” própria, por meio da qual Butler situa não apenas a constituição do sexo-gênero, mas também da própria materialidade dos corpos enquanto dramatização, que requer ensaio e repetição sistemática dos gestos para se fazer carne<sup>24</sup>.

Em *Variações sobre Sexo e Gênero*, Butler se dedica a refletir acerca da célebre afirmação de Simone de Beauvoir, presente no segundo volume de *O Segundo Sexo* (1967): “não se nasce, mas torna-se mulher”. De acordo com a sua análise (1991, pp. 139-140), o verbo “tornar”, como em tornar-se homem ou tornar-se mulher, coloca em evidência que “não só somos culturalmente construídos como, em certo sentido, construímo-nos a nós mesmos”. Sobretudo a partir de atos propositais, apropriativos e da aquisição gradual de uma postura ou estilo corporal, ao se assumir atos culturalmente construídos e orientados e, supostamente, intencionalmente encarnados. Supostamente, pois se considerarmos que há intenção ao incorporar tais gestos, deveríamos considerar também o ato de escolha como um problema, uma vez que, como pode o gênero ser, em um só tempo, questão de escolha e “construção social”?

Para a autora, embora seja possível escolher subverter o gênero, o gênero atribuído ao nascimento não se trata de uma escolha e, enquanto sujeito-em-processo de atribuição de gênero, ao longo da infância, adolescência e vida adulta esta escolha não se apresenta como totalmente consciente, a ponto de haver uma operação ontológica entre o agente optante e o gênero que se escolhe. Está mais para uma “escolha que fazemos e só mais tarde entendemos que fizemos” (1991, pp. 142-144). Entretanto, de qualquer forma, não há como escolher um gênero de um momento para outro, como se troca de roupa. Escolher, assim como tornar-se, significa compreender o corpo e o gênero como situação, isto é, interpretar as normas de gênero que estão presentes em um recorte espaço-temporal de determinada cultura com o objetivo de reorganizar tais normas e prescrições do sexo-gênero-desejo.

---

<sup>24</sup> É importante esclarecer que ao longo deste capítulo vamos falar em “repetição” ou em “reiteração” das normas que produzem o gênero, o que é analisado por Judith Butler tanto em *Atos performáticos* (2019a), a partir dos rituais sociais dramáticos de Victor Turner, quanto em *Corpos que Importam* (2020), com uma crítica à teoria de John Austin, relido por Jacques Derrida. Em *Corpos que Importam*, é possível observar a influência dos conceitos de iterabilidade e citacionalidade que significam, respectivamente, “a propriedade do signo de ser sempre outro na sua mesmidade, a repetição na alteração; a propriedade do signo de ser retirado de seu contexto ‘original’ e deslocado para outro, produzindo, por isso mesmo, significado” (PINTO, 2014). Adicionalmente, Derrida reformula a compreensão do conceito de atos de fala performativos, também encontrados em John Austin. Para Derrida, de acordo com Rodrigues (2012, p. 152), “os atos de fala performativos são atos de fala que, por não descreverem nem relatarem, não estão submetidos ao regime de verificação da verdade. [...] Derrida vai se interessar pelo caráter performativo da linguagem e pelo fato de que o performativo não tem o seu referente fora de si (como o significante, cujo referente é o significado), nem descreve qualquer coisa fora ou antes da linguagem”.

No artigo intitulado *Atos performáticos e a formação dos gêneros...* (2019a), Butler busca explicar como os dispositivos socioculturais formam uma realidade por meio da linguagem, mas, mais que isso, forjam sujeitos e indivíduos a partir da reificação e naturalização destas repetições performáticas. Como em *Variações de Sexo e Gênero*, em *Atos performáticos* Butler argumenta que a repetição das normas produz uma ilusão de essência, de um “eu” que é atribuído de gênero como desde o princípio, imemorial (2019a, p. 214). Em seguida, Butler defende que as teorias fenomenológicas sobre a formação do sujeito necessitam expandir os limites da tradicional visão sobre a ação, de modo a considerar que todo ato produz e performa diferentes significados.

“As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos”, diz Butler (2019a, p. 216), em observação à teoria de Merleau-Ponty. A autora se refere à carga de historicidade atribuída a um corpo como sendo também determinante da feitura do sujeito, de modo a pensar o corpo enquanto situação, isto é, de acordo com as suas relações com o mundo, com a concretude da própria historicidade. Desse modo, fala-se aqui de uma incessante materialização de gestos e dramatizações. Porém, não há lugar para confusão, pois, segundo Butler (2019a, p. 216), “ter que dizer que existe um ‘nós’ ou um ‘eu’ que faz seu corpo” não passa de uma infelicidade gramatical, pois não há um agente desincorporado, que anteceda o corpo ou o “eu”, uma vez que o “eu”, “ao mesmo tempo que é o seu próprio corpo, é também, necessariamente, um modo de incorporação – onde aquilo que é incorporado são possibilidades”.

Não havendo agente por trás do ato, que em sua performance revele o seu “verdadeiro eu”, uma identidade ou gênero pré-determinados, compreende-se que a feitura do sujeito e o modo como um “eu” aparece à consciência perpassa pela atribuição de um gênero como marcador de interioridade. Desse modo, antes mesmo da atribuição de um sexo, o gênero ou os gêneros (que não são performances ou papéis interpretados pelo eu) são conjuntos de atos performativos que constroem a ficção social, a psicologia interior, com isso fabricando a ilusão de essências e sancionando regulações. Estes atos, ao se sedimentarem na cultura e na sociedade, disfarçam um sistema de controle, produção e coerção de sujeitos, subjetividades e identidades. Similar à abordagem de Foucault sobre o sexo em sua *História da Sexualidade*, isto é, como uma unidade artificial que se fixou como um princípio causal, Butler reafirma o sexo (junto das categorias de gênero e da heterossexualidade) como produto histórico sociocultural, colocando-o distante de uma determinação natural ou essencial. Para a autora, é importante ressaltar que estes atos performativos são significações culturais e não atos individuais, de modo que “os atos que fazemos, os atos que performamos são, de certa maneira, atos que existem desde antes de nós existirmos” (2019a, p. 222), de tal modo que a performance

explicita tais leis e ações sociais, coletivas e compartilhadas, que legitimam não apenas corpos individuais, mas também as convenções de caráter público.

A organização dos gêneros de modo binário serve ao essencialismo estratégico, que produz o efeito de interioridade e anterioridade do “eu”, das subjetividades, identidades e diferentes gêneros não-normativos, demonstrando não apenas a insuficiência ontopolítica, mas como uma metafísica do gênero é de maneira alguma ontologicamente necessária (BUTLER, 2019a, p. 226). Portanto, é certo afirmar que “a teoria da formação do sujeito de Butler é uma teoria da formação da identidade” (MARTÍNEZ, 2014, p. 70), pois, talvez o melhor caminho para compreender as formações identitárias, inclusive as de gênero, é buscar compreender como as práticas políticas adquirem alcance ontológico, influenciando as *feituas* dos sujeitos e controlando precisamente como os sujeitos serão atravessados pelos processos de fixação identitária.

Para compreendemos como estas “metafísicas das substâncias” são organizadas e exercidas biopoliticamente produzindo efeitos dissimulados de uma verdade anterior, em *Problemas de Gênero* (2016) Butler introduz a noção de matriz de inteligibilidade como um elemento conceitual que tem como função estabelecer um marco ou um espaço virtual de subjetividades em que se convergem, centralizam e se ordenam os mais diversos elementos para se produzir sentido. Por meio da noção de matriz, é possível realizar uma operação genealógica para investigar como se atribui sentido a uma realidade e toda a sua complexidade. Também referida pela autora como “matriz heterossexual”, a matriz é produzida discursivamente e é também um dos determinantes culturais. Por meio desta, se torna possível identificar e analisar os processos de formação das sujeitidades, a formação e a organização das identidades, dos corpos, gêneros e práticas sexuais<sup>25</sup>.

Na prática, a matriz atua como um modelo a ser reproduzido. Como uma grande representação que deverá ser difundida hegemonicamente, que modula e distribui a

---

<sup>25</sup> Em sua obra *Frames of War: When Is Life Grievable?* (publicada originalmente no ano de 2009), Butler complementa a noção de matriz de inteligibilidade com a noção de *frame*. Entretanto, a edição brasileira – intitulada *Quadros de Guerra* (2015) – foi adaptada ao invés de traduzida literalmente, de modo a considerar a tradução canônica da “teoria do enquadramento”, de Erving Goffman. Em nota da editora, se esclarece: “‘Quadros’ amplia a proposta do texto: trabalhar com molduras que restringem e ao mesmo tempo configuram o olhar”. Com *frame*, quadro ou enquadramento, Butler afirma que já nos produzimos enquanto sujeitos inseridos em um ideal normativo ou em um marco. Na edição castelhana, *enmarcar el marco* ou na brasileira, enquadrar ou enquadramento, significa captar e investigar os meios pelos quais atribuímos uns aos outros a condição de ser reconhecidos. “Enquadrar o enquadramento” equivale, segundo Butler (2015, pp. 19-24), a “questionar a moldura”, “mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha a ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa, o que vemos, pensamos, reconhecemos e aprendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas”, algo que se distingue do que nos foi levado a reconhecer.

inteligibilidade em maior ou em menor grau, fazendo com que qualquer indivíduo que, não estando em conformidade, seja inevitavelmente destituído de inteligibilidade nas dimensões ontológica, social, cultural, política e econômica. Em nota de rodapé, Butler esclarece: “uso o termo matriz heterossexual ao longo de todo o texto para designar a grade de inteligibilidade cultural por meio do qual, corpos, gêneros e desejos são naturalizados”. É um “modelo discursivo/epistemológico hegemônico de inteligibilidade de gênero” e que é “definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2016, p. 258).

A matriz de inteligibilidade heterossexual ou cis-heteronormativa é inspirada nas teorias de Adrienne Rich (1980) e Monique Wittig (2006), que postulam a heterossexualidade não como uma ingênua “orientação sexual”, mas como um sistema de obrigações que gerencia, organiza e se mantém por meio de imposições coercitivas que forçam a repetição compulsória dos atos e gestos de gênero em uma lógica binária. A lógica binária aqui tem como função a hierarquização entre sexos, gêneros e discursos, estando intimamente relacionada ao sistema patriarcal e sexista. Para Wittig (2006), as diferenças sexuais estão sempre acompanhadas por um ou mais status, implicados internamente à ordem econômica, política e ideológica, de modo a assegurar um sistema de dominação estritamente masculino.

Se a matriz de inteligibilidade heterossexual é um regime ordenador de sentido, para revelar a sua artificialidade é necessário buscar os fundamentos históricos constitutivos a eles relacionados, o que só é possível por meio de uma política de interpretação da produção de sentidos, tal como uma exegese político-hermenêutica (RUCOVSKY, 2016, p. 49) dos textos e das redes hipertextuais componentes da matriz de inteligibilidade em vigência. Algo que Wittig considera um desafio, pois, precisamente como regime ordenador de sentido, a matriz de inteligibilidade heterossexual “possui nossos espíritos de tal maneira que não podemos pensar fora dela” (2006, p. 28), implicando uma dominação ontológica, epistemológica, política, econômica que se projeta em todas as instâncias da vida. Devido a isso, uma nova linguagem, assim como novos métodos e abordagens são necessários para ir além destes discursos, para ampliar as ferramentas dentro da própria linguagem, dessa maneira nos possibilitando realizar um giro sobre esse pensamento, modificando como conduzimos essas discussões em nosso cotidiano, que “são desenroladas sem referência qualquer à heterossexualidade compulsória como um fenômeno, sem dizer como uma ideologia” (RICH, 2012, p. 23).

“O mundo inteiro é apenas um grande registro no qual se inscrevem as linguagens mais diversas”, linguagens enquanto discursos que “se interpenetram, se suportam, se reforçam, se

auto engendram e engendram outros”, constituindo um estruturalismo que simula uma “confusa cortina de fumaça” que nos faz perder de vista a “causa discursivo-material das opressões que sofremos cotidianamente e que ainda caracteriza a relação dominante/dominado como um vazio ahistórico” (WITTIG, 2006, p. 46) que produz uma versão da “verdade” sobre as categorias “humanidade”, “homem”, “mulher”, “hétero”, “homo”, “natureza”.

Os discursos que nos oprimem, particularmente os que oprimem as lésbicas, mulheres e aos homens homossexuais, dão por verdade que o que funda a sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Estes discursos falam de nós e pretendem dizer a verdade em um espaço apolítico, como se este espaço pudesse escapar do político neste momento da história. [...] Estes discursos de heterossexualidade nos oprimem na medida em que nos negam toda possibilidade de falar, se não for em seus próprios termos (WITTIG, 2006, p. 49, tradução nossa).

Com efetividade, os processos inconscientes (como a dupla valência do assujeitamento) que se seguem a esse regime acabam se tornando imperativos da existência, assumindo um caráter repetitivo em razão da imposição universal da “ordem simbólica” da heterossexualidade, de modo que “você-será-heterossexual-ou-não-será” (WITTIG, 2006, p. 52). Ou você será heterossexual ou não será nada. Ou você terá inteligibilidade ou não terá nada. Ou você irá deter poder ou não deterá nada. Ou você será homem ou não será nada. Ou você terá privilégios ou não terá nada. Ou você terá seus direitos garantidos ou não terá nada.

Ao considerar a heterossexualidade compulsória como o regime ordenador de sentido da atual matriz de inteligibilidade, Butler vincula à matriz o processo de feitura dos sujeitos aos processos de subjetivação sexo-generizada. Uma matriz de inteligibilidade, como a heterossexual, por exemplo, “exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam existir”, de modo que, observando a lógica de produção de sentidos por meio da matriz, “certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural”, levando à deslegitimação e ao apagamento sistemático em resposta às “matrizes rivais e subversivas” de desordem entre sujeito-sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2016, p. 44). De tal modo, que “não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo [seja como] perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada”, diz Butler (2016, p. 139). Um gênero “inteligível”, então, é um gênero que foi instituído por e que é mantido por relações de coerência e continuidade, tendo como modelo ou base as configurações normativas constituintes da grade de inteligibilidade cultural em que está inserido. Com efeito, pode-se afirmar que, para se produzir um sujeito, é necessário que haja previamente uma série de normas instituídas, tanto discursivas quanto positivas e/ou jurídicas.

Alertando-nos, Butler aponta para um erro possível de se evitar ao realizar uma investigação genealógica da heterossexualização dos sujeitos. Ao se estabelecer que o sujeito e o indivíduo são ficções ontológicas e políticas, seria um erro presumir que a heterossexualidade é primitiva ou simplesmente que tenha sempre existido: não deveríamos despender esforços procurando pelo princípio da heterossexualidade, mas, ao contrário, fazer o necessário para expor os meios artificiais pelos quais a heterossexualidade foi assumida como natural, substancial ou anterior, junto de todos os demais conceitos ditos primitivos e igualmente fictícios que podem e integram a constituição do eu psíquico, de modo que, à luz de Wittig, em *The Mark of Gender*, Butler (2016, p. 50) reproduz uma de suas afirmações: “o gênero parece pertencer primariamente à filosofia”.

Uma coisa é dizer que o gênero é atuação (*performed*) e outra que o gênero é performativo (*performative*). Quando dizemos que é performance, pressupomos que assumimos um papel, que atuamos em algum sentido e que esta atuação (ou *role playing*) é crucial para o gênero que somos e para o que apresentamos ao mundo. Dizer que o gênero é performativo é algo diferente porque para que algo seja performativo tem que produzir uma série de efeitos (BUTLER, 2011, tradução nossa).

Segundo Martín de Mauro Rucovsky (2016, pp. 97-98, tradução nossa), a distinção acima realizada por Butler é fundamental para a compreensão de que “os atos ou enunciados performativos produzem realidade e não são nem falsos, nem verdadeiros, mas bem-sucedidos ou falidos”, o que será definido pela capacidade de interpelação performativa (como quando o obstetra, em seu discurso investido de autoridade institucional, declara o sexo da criança recém-nascida).

Embora Butler, assim como Foucault, acredite que não podemos estar “fora” do poder, da linguagem ou da lei (tanto proibitiva e reguladora, quanto “inintencionalmente generativas”), a própria performatividade evidencia consigo a possibilidade de subversão das normatividades. A subversão da matriz de inteligibilidade, por exemplo, como resposta às coerções disciplinares e performativas do sistema sexo-gênero-desejo, coloca em cena a possibilidade de feitura de novas sujeitidades e de uma multiplicidade de identificações que possam atravessar, expandir e ultrapassar as fronteiras da inteligibilidade cultural.

Para isso, é claro, são necessárias investigações genealógicas que revelem a naturalização das sujeitidades e identidades. Da cultura às subjetividades, do sujeito ao indivíduo, da linguagem à materialidade, dos discursos aos corpos, das expressões de gênero às práticas sexuais. A tarefa a se assumir é “acrescida de mostrar como a própria noção de sujeito, só inteligível por meio de sua aparência de gênero, admite possibilidades excluídas à força pelas várias reificações do gênero constitutivas de suas ontologias contingentes” (BUTLER, 2016, p.

70). Em outras palavras, o sistema sexo-gênero-desejo se apresenta na atualidade como um conjunto de tecnologias e dispositivos que formam parte de um regime de poder maior (biopoder e necropoder). Em que o corpo – espaço em que se tensionam a linguagem e a materialidade, os discursos e a carne –, não é mais uma superfície passiva, mas uma plataforma *high-tech*, de alta plasticidade; multiconectada, em que incidem as normas, mas também os “jogos subversivos do gênero” (BUTLER, 2016, p. 70).

Este é um dos muitos pontos de convergência entre as teorias de Judith Butler e Paul B. Preciado, em que a subversão representa uma ruptura com qualquer determinismo substancial ou concepção unitária do sistema sexo-gênero-desejo. Embora ambas as caixas de ferramentas se difiram, isto é, as teorias e elementos conceituais acionados enquanto instrumentos de investigação, pensamos que é seguro afirmar que, talvez ao contrário do que desejaria Preciado, a teoria da performatividade formulada por Butler é, de fato, um de seus cenários principais, ponto de partida para sua própria tese complementar, qual seja, em que o gênero é, antes de tudo, prostético.

## 2.2 DO GÊNERO PERFORMATIVO AO PROSTÉTICO

Como esclarece Rucovsky (2016, p. 120), suscitar o gênero como, antes de tudo, prostético, é o caminho encontrado por Preciado para orientar uma investigação maior acerca da relação entre a tecnologia e os corpos; algo que, por estratégia ou metodologia, tem origem com uma crítica à teoria da performatividade de gênero, armando-a como parcialmente causadora de um “construtivismo discursivo de gênero”. Ao se propor analisar qual é a capacidade de incidência da tecnologia no mundo, nos corpos e nos processos de atribuição de sexo-gênero-desejo, Preciado dá início a uma investigação das consequências ontológicas e normativas da “produção técnica da natureza”, que “institui mundos de sentido” e os modos específicos de “produção tecnológica da carne”.

A partir de uma caixa de ferramentas conceituais composta pelas teorias de Donna Haraway, Karen Barad e Bruno Latour, os problemas postulados em *Manifesto Contrassexual* vão além da “teoria de gênero”, buscando respostas para questões caras à contemporaneidade, acerca das fronteiras entre espécies e de seus limites; do humano e do não-humano, entre o humano e o tecnológico, bem como pelos mecanismos por meio dos quais a tecnologia se passa por natural.

Ao agregar as teorias do ator-rede de Bruno Latour e do ciborgue de Donna Haraway, Preciado teoriza o que Cabral (2007, p. 96) e Rucovsky (2016, p. 124) chamaram de *matriz*

*contínua de hibridização*, isto é, por meio da qual as subjetividades – como a sujeitidade, identidade, o sexo e o gênero – se corporificam através *costuras carnis*. Vejamos, então, alguns destaques do pensamento de Donna Haraway. O seu *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* (2019), ocupa uma posição estratégica na teoria de Paul B. Preciado, tendo grande peso em suas críticas acerca do dualismo entre natureza-tecnologia, da hibridização do corpo e das próteses cibernéticas. De modo a formular a ficção científica dos ciborgues, Haraway busca estabelecer no texto três rupturas ou marcos cruciais: o primeiro diz respeito à cultura científica estadunidense do final do século XX, que desestabiliza as distinções entre o humano e o animal; o segundo diz respeito às distinções entre o animal-humano (organismo) e a máquina; já o terceiro diz respeito à imprecisão das fronteiras entre o físico e o não físico.

É a partir desses marcos que Haraway realiza suas críticas ao sujeito e à fixação identitária, às informáticas da dominação enquanto “uma intensificação massiva da insegurança e do empobrecimento cultural, com um fracasso generalizado das redes de subsistência para os mais vulneráveis” (2019, p. 189), às demais tecnologias, tanto *low-tech* quanto *high-tech*, como o próprio ciborgue. A grande blasfêmia e ironia da teoria dos ciborgues está no fato de que há um completo esvaziamento das narrativas de origem ou de um estado original. Nas palavras de Haraway, os ciborgues são organismos cibernéticos, híbridos de máquina e organismo, em um só tempo como criaturas de realidade social e de ficção. Por sua vez, essa “realidade social” significa uma “ficção capaz de mudar o mundo” (2019, pp. 157-158).

Para Haraway, o ciborgue também não almeja alcançar um estado final, em que finalmente estará “pronto”. Pelo contrário, embora tenha dimensões ontológicas e políticas (hibridizadas, quiméricas), o ciborgue é pensado por Haraway como um *telos* apocalíptico (2019, p. 159), que surge para dar um fim ao ideal de plenitude. Com isso, a contribuição de Haraway para a filosofia e para antropologia filosófica se estende às raízes do pensamento ocidental, contaminando os principais conceitos e problemas filosóficos, a começar pela ontologia e por seus tentáculos políticos. Haraway também compreende o ciborgue como uma criatura de um mundo pós-gênero, sem qualquer compromisso ou fascínio pelos determinismos do sistema sexo-gênero-desejo.

Embora Haraway ainda não fale em “teoria queer”, está preocupada em dar conta da dominação patriarcal e masculinista em relação às mulheres. Mesmo assim, dada a crescente importância de suas teorias, Haraway é considerada como uma das pensadoras a auxiliar na fundamentação dos estudos de gênero, com ênfase nas vertentes da teoria queer. Nesse contexto de construção coletiva de uma nova ficção política, Haraway afirma que é necessário superar

limites e obliterar fronteiras, isto é, descaracterizar toda carga metafísica para desvelar sua historicidade (2019, p. 196). É também na teoria de Haraway, ao comentar o final do século XX, que a noção de prótese passa a se delinear: a “prótese torna-se uma categoria fundamental para a compreensão de nossa vida mais íntima. Prótese é semiose, a construção de significados e corpos, não para transcendência, mas para a comunicação carregada de poder” (HARAWAY, 2009, p. 18)<sup>26</sup>.

Também à luz de Haraway, em *Manifesto Contrassexual* Preciado pensa o “tecnobiopoder”, isto é, o conjunto das biotecnologias como produtos da conjunção simbiótica entre a ciência clássica e o desenvolvimento tecnológico motivado pelos contextos de guerra, por exemplo. “A partir deste ângulo, Preciado ilustra o processo que vai dos limites impensados do humano-híbrido (a princípio, a robótica) à administração molecular e à produção biotecnológica das próteses incorporadas” (RUCOVSKY, 2016, p. 125). E, para descrever os processos por meio dos quais se dá a *matriz contínua de hibridização*, Preciado recorre a eventos históricos como avanços paradigmáticos da tecnociência e a sua capacidade de produção da realidade. Por exemplo, Preciado resgata as noções de robô e autômato – originalmente formuladas pelo escritor tcheco Karel Čapek (1890-1938) – e as produções literárias e cinematográficas, como *Metropolis* (1927, de Fritz Lang), que marcaram suas épocas ao capturar o imaginário popular coletivo, ampliando os sonhos e a potencialidade de torná-los tangíveis. Resgata, inclusive e necessariamente, as clássicas interpretações etimológicas de *techné*, *ergon* e *organon* de Aristóteles para sublinhar que a técnica, a tecnologia e a arte sempre estiveram inseridas em um contexto instrumental, de processos regulados:

Esta acepção é, além disso, a dos títulos dos tratados de lógica aristotélica nos quais figura o termo. *Organon* tem, portanto, o sentido de ser um método de representação, um instrumento de saber, um conjunto de normas e de regras racionais graças às quais podemos compreender a realidade. Um *organon*, tal como o compreendia Aristóteles, é algo que hoje poderíamos denominar uma tecnologia textual de codificação-decodificação. O *organon* é também um aparelho ou um dispositivo que facilita uma atividade particular, da mesma maneira que o martelo prolonga a mão ou o telescópio aproxima o olho de um ponto distante no espaço. Como se fosse o membro vivo, mas a prótese (uma noção contemporânea sobre o surgimento da filosofia moderna, mas que aparece em torno de 1553 para se referir tanto ao suplemento de uma palavra, como um prefixo, quanto à reconstrução de um corpo graças a um membro artificial) que se escondia desde sempre por trás da noção de *organon* (PRECIADO, 2014a, pp. 159-160).

---

<sup>26</sup> Para saber mais, cf. *Filosofia Ciborgue: pensar contra os dualismos*, de Thierry Hoquet (2019).

O modelo de robô, a partir desta leitura preciadiana (2014a, p. 160), centraliza e catalisa as contradições da metafísica moderna, pois se torna o paradoxo entre a natureza e a cultura, entre o divino e o humano, entre a alma e o corpo, o macho e a fêmea. Ainda assim o robô está submetido às leis parodisíacas e miméticas da performatividade butleriana e, logo, diz Preciado, na mesma obra e página: “se o século XVIII havia pensado o corpo humano como uma máquina, o século XIX e o XX acabarão sonhando com máquinas que se comportam como seres humanos”. Em outras palavras, o robô representa uma via dupla na qual, às vezes, um corpo orgânico utiliza algum instrumento artificial junto de sua estrutura orgânica (como prótese) e, noutras vezes, é a tecnologia utiliza do corpo orgânico para se corporificar.

Preciado se vale desse processo de transição do robô para sua versão mais aprimorada, o ciborgue, para dar maior amplitude às formulações de Haraway, sobretudo na compreensão de que o ciborgue é concebido de um corpo orgânico ao qual se incorporam conexões cibernéticas que interagem com a organicidade, como as substâncias endógenas e exógenas. Como em um sistema de troca de informação, o ciborgue funciona de modo vivo e aberto, conectado às redes online, de maneira em que uma prótese possa acessar as outras próteses e, logo, o conjunto prostético possa se tornar um sistema ultraconectado, de próteses pensantes, afinal “o movimento mais sofisticado de tecnologia consiste em se apresentar como ‘natureza’” (PRECIADO, 2014a, p. 168).

Preciado segue exemplificando a evolução das próteses através de Jules Amar, que foi o diretor de um laboratório de próteses militares: o trabalho de Amar era, precisamente, desenhar uma série de próteses de braços e pernas com o objetivo de, pela primeira vez, em 1916, substituir membros mutilados durante a guerra, de reconstruir o corpo – e devolver a sua utilidade, como uma totalidade de próteses mecânicas integradas aos corpos orgânicos:

Os operários e os soldados prostéticos de Jules Amar mostraram que a masculinidade é tecnologicamente construída. Se a reconstrução do corpo masculino inválido era efetuada com a ajuda de uma prótese mecânica, é porque o corpo masculino do operário já havia sido pensado sob a metáfora do “robô”. No âmbito da gestão tayloriana e racional do trabalho (seja na indústria em tempos de paz, seja nas indústrias de destruição em massa da guerra), o “corpo masculino” já constituía em si a prótese orgânica a serviço de um mecanismo mais amplo (PRECIADO, 2014a, p. 162).

Estes membros sintéticos, artificiais e instrumentais, quando incorporados, era do desejo da época que fossem capazes também de desenvolver uma memória característica do corpo, “muscular”, de sentir e de agir por si mesmos. Não é à toa que, não muito tarde, a tecnologia buscará o aperfeiçoamento mecânico dessas próteses para que tenham uma maior autonomia, para que estejam interconectadas com os demais membros, que decodifiquem os sinais enviados

pelos nervos, que sejam construídas com músculos artificiais e que tudo responda às vontades do cérebro.

Como exemplo de tecnologia capaz de indicar a plasticidade próstética dos corpos, da própria carne, Preciado cita o *dildo* como um símbolo da ruptura epistemossexual, mas também hermenêutica, a partir da qual torna-se central na subversão das representações e produções de sentidos acerca do sexo-gênero-desejo. Ao romper com a ordem cis-heteronormativa, revela consigo a imperfeição e a performatividade do sexo-gênero-desejo, e, por isso, o *dildo* é como um modulador de gêneros, pois deixa à mostra a construção cultural, social e histórica da masculinidade. Como rigorosa tecnologia do biopoder, a lógica da heterossexualidade que instaura a diferença sexual é a mesma que “recorta” e “extrai” do corpo um “órgão” que supostamente deve instituir no corpo algo como uma masculinidade natural. É com o *dildo* que a “produção próstética de gênero” (2014a, p. 154) passa a se delinear na teoria de Paul B. Preciado, isto é, os processos que buscam ir além das transformações de gênero, mas operam a fixação das diferenças orgânicas.

Tendo grande influência derridiana em sua formação, na teoria preciadiana o próstético (aqui representado pelo *dildo*) não se trata de um mero suplemento, tampouco tende a apenas hibridizar os corpos. Os usos do próstético surgem no contexto suplementar, relacionado às guerras, nas técnicas de reconstrução de membros e/ou órgãos disfuncionais, seja por sequelas diversas ou por nascimento. Contudo, o próstético desconfigura os códigos e saberes sobre os órgãos, se justapõe com o orgânico, formando parte da estrutura corporal, diluindo-se em suas moléculas, integrando-se à genética do DNA e RNA, enfim convertendo-se em corpo. As próteses estão constantemente reinventando a si mesmas, sempre sujeitas à sofisticação; inteligentes, multiconectadas, exemplos da alta tecnologia, de modo a rapidamente adquirir potência para superar até mesmo o corpo e sua organicidade, tornando-se *tecnovivas*.

Devido a isso, o gênero se mantém performativo em uma de suas dimensões, mas é ampliado, ganhando uma dimensão próstética, que compõe o gênero tanto a partir dos códigos semióticos, quanto a partir da *matriz contínua de hibridização*, que produz materialmente e tecnocientificamente os corpos, órgãos, sexos e gêneros, atribuindo múltiplas identificações sexopolíticas. É na própria produção de diferença que reside a fixação próstética, estando diretamente relacionado à técnica e à tecnologia enquanto “um dispositivo complexo de poder e de saber que integra os instrumentos e os textos, os discursos e os regimes do corpo, as leis e as regras para a maximização da vida, os prazeres do corpo e a regulação dos enunciados de verdade”, pois “as técnicas disciplinadoras da sexualidade não são um mecanismo repressivo,

e sim estruturas reprodutoras, assim como técnicas de desejo e de saber que geram as diferentes posições de sujeito de saber-prazer” (PRECIADO, 2014a, pp. 154-156).

Algo que dificulta a compreensão da simbiose gerada entre o orgânico e o artificial nos corpos, pois o desenvolvimento e o constante uso de recursos como os cyber-implantes, hormônios, transplantes de órgãos, a gestão do sistema imunológico humano e etc. apenas aproximam mais e mais um do outro, gerando um efeito híbrido de corpos prostéticos. Para compreender os limites e esclarecer a relação entre a organicidade e tecnologia na contemporaneidade, Preciado afirma que é preciso “estudar as próteses, especificamente as próteses de gênero”, pois com isso estudaremos quais são os mecanismos específicos de incorporação prostética, da própria tecnologia em nossos corpos e subjetividades, o que, em outras palavras, trata-se de investigar como a prótese “se faz corpo” (PRECIADO, 2014a, p. 158). Em outras palavras, a cada nova necessidade de remediar as incapacidades humanas (como uma função orgânica que se torna obsoleta), ocorre também uma nova redefinição dos limites da natureza e do corpo, que já não começam, nem terminam na pele (RUCOVSKY, 2016, p. 135).

### 2.3 QUIASMAS DE GÊNERO

Agora, localizando-nos em uma das interseções possíveis entre a produção teórica de Judith Butler e as críticas de Paul B. Preciado ao suposto “construtivismo discursivo de gênero”, não podemos deixar de pontuar que, em certa medida, nos parecem críticas injustas as que Preciado articula em seu *Manifesto Contrassexual* que, lembremos, foi publicado originalmente em 2000 (edição francesa). Assim pensamos, pois, de 1987 a 2000, Butler realiza uma série de publicações, com denso conteúdo filosófico e diversas análises das teorias da linguagem e do discurso, bem como da relação intrínseca entre linguagem e matéria (ou materialidade da linguagem).

A saber, as publicações são: *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France* (1987), *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da Identidade* (1990), *Corpos que Importam: os limites discursivos do “sexo”* (1993), *Excitable Speech: A Politics of the Performative* (1997), *A Vida Psíquica do Poder: teorias da sujeição* (1997), e, então, *Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death* (2000). Ao todo, são treze anos e ao menos seis livros publicados por Butler e, como veremos à luz de Martín de Mauro Rucovsky (2016), Preciado deixa de citar e considerar em suas análises alguns destes livros, o que nos leva a perguntar: são claras omissões ou algum tipo de estratégia? Um questionamento que se agrava

uma vez que, embora não a mencione (nem mesmo em *Testo Junkie*), Preciado e Javier Sáez traduzem ao castelhano e prefaciam a obra *Excitable Speech*, traduzida como *Lenguaje, poder e Identidad* (Madrid: Síntesis, 2004).

A teoria da performance, apesar da repetitiva insistência de Preciado, hierarquiza os processos de generização discursiva, as políticas de reconhecimento e nomeação sobre a materialidade da carne ou sobre os efeitos performativos do sexo. A blasfêmia de Preciado se mede em seu mesmíssimo paradoxo: a obra que Preciado traduz de Butler (mas não inclui em sua crítica) é aquela mesma na que a pensadora norte-americana explora de modo mais sistemático a relação entre atos de fala e corpo. Relação a princípio complexa, pois materialidade e linguagem não são a mesma coisa, mas mantêm laços de interdependência mútua. Butler mantém uma posição austera, talvez mais cautelosa, frente às afirmações de Preciado. Sem afirmar a completa identidade nem a completa diferença ou oposição de ambos os termos, a autora de *Lenguaje, poder e identidad* enfatiza o caráter definitivamente irresolúvel da relação entre corpo e discurso (RUCOVSKY, 2016, p. 105, tradução nossa e itálicos do autor).

Com isso, evidencia-se que, apesar de Butler em suas obras formular uma teoria da linguagem, que está atravessada por análises do discursos, inclusive das suas implicações na carne do mundo<sup>27</sup> e na materialidade (dos corpos, dos gêneros etc.), Preciado, diante do repertório publicado entre 1987 e 2000 (mesmo considerando seus comentários posteriores à obra *Undoing Gender*, originalmente publicada em 2004 e traduzida como *Deshacer el género*, em 2006), injustamente reduz a produção teórica e conceitual de Judith Butler à teoria da performatividade de gênero, e, para sermos mais específicos, a uma versão baseada em *Problemas de Género* e em *Corpos que Importam*.

Injustamente, pois ainda em *Corpos que Importam* há uma reformulação da teoria da performatividade de modo a dar conta da materialidade, tanto da linguagem, quanto dos discursos, corpos, sexos e gêneros. Vemos que é preciso *repensar os inter cruzamentos dos problemas*, as “materialidades” que pertencem ao corpo, “as quais são significadas pelos domínios da biologia, anatomia, fisiologia, por composição hormonal e química, doenças, idade, peso, metabolismo, vida e morte (2019c, p. 122).

De todo modo, é evidente que Butler já estava ciente do problema em torno do inter cruzamento entre linguagem e materialidade, pois não só reflete acerca dos efeitos materiais gerados pelo exercício do poder, como também compreende que há um problema por trás da noção de “construção” do corpo, do sexo e do gênero. Com isso, Butler inclui a categoria “sexo” no rol de categorias regidas pelas normas culturais de materialização dos corpos. É

---

<sup>27</sup> Cf. *O visível e o invisível* (2014, p. 136), em que Maurice Merleau-Ponty afirma: “a carne não é matéria, não é espírito, não é substância. Seria preciso, para designá-la, o velho termo ‘elemento’, no sentido em que era empregado para falar-se da água, do ar, da terra e do fogo, isto é, no sentido de uma coisa geral, meio caminho entre o indivíduo espaço-temporal e a ideia, espécie de princípio encarnado que importa um estilo de ser em todos os lugares onde se encontra uma parcela sua. Neste sentido, a carne é um ‘elemento’ do Ser”.

também em *Corpos que Importam* que aprofunda sua preocupação com o processo de “assumir um sexo” em detrimento de outras identificações sexuais, devido à abjeção, forclusão<sup>28</sup> e negação de outras possibilidades (2019c, p. 17-18).

Butler nos leva a considerar o próprio “sexo” enquanto uma construção e não mais valores da associação entre sexo/natureza e gênero/construção. Ao se postular o “sexo” como anterior ao gênero é equivalente a uma construção do sexo enquanto um dado anterior à linguagem. Seja como um local pré-linguístico ou como um ficção, o sexo é absorvido pelo gênero e, como um campo fantasmático, o “sexo” é, de acordo com esta análise, uma categoria que só emerge na própria produção de gênero, por meio da qual é naturalizado, nem antes e nem depois, mas performativamente. Butler chega até a afirmar que “a matriz das relações de gênero é anterior ao surgimento do ‘humano’” (2019c, p. 25), pois é precisamente por meio desse processo performativo que as disposições prévias de existência do sujeito e do indivíduo se tornam possíveis. Com isso, propõe que, ao invés de “construção” passemos a utilizar a expressão “materialização” para nos referirmos ao “processo de reiteração através do qual emergem tanto os ‘sujeitos’ como seus ‘atos’” (2019c, p. 28).

Em *Corpos que Importam*, fica claro que será um erro postular uma materialidade que esteja fora da linguagem, bem como considerar a linguagem incapaz de causar efeitos materiais. Para Butler, o corpo “carrega a língua o tempo todo” (2019c, p. 124) e em entrevista afirma que “discursos, na verdade, habitam corpos”, que “os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER, 2002, p. 163). Dessa forma, não deveríamos postular referentes puros para a linguagem e a materialidade, mas, sim, uma relação de não oposição entre ambas, pois a linguagem é e se refere ao material (lembrando que, por exemplo, para falar utilizamos os sistemas articulatório, fonatório e respiratório do corpo), assim como o que é material não escapa completamente dos processos de significação, indicando, portanto, que ambas estão “desde sempre implicadas de forma mútua, desde sempre excedendo-se de forma recíproca, linguagem e materialidade nunca são de todo idênticas nem de todo distintas” (2019c, p. 125).

Por influência de Maurice Merleau-Ponty, em *Corpos que Importam* é proposta por Butler uma relação quiasmática entre linguagem e materialidade, isto é, uma figura retórica

---

<sup>28</sup> Sobre as noções de *abjeção* e *forclusão*: “Enquanto a noção psicanalítica de *Verwerfung*, traduzida como ‘forclusão’, produz a sociabilidade por meio do repúdio de um significante primário que produz o inconsciente ou, na teoria de Lacan, o registro do real, a noção de *abjeção* designa um estado degradado ou excluído dentro dos termos da sociabilidade. De fato, aquilo que é forcluído ou repudiado nos termos psicanalíticos é precisamente o que não pode retornar ao campo do social sem provocar a ameaça da psicose, isto é, a dissolução do próprio sujeito” (BUTLER, 2019c, p. 18, nota de rodapé 2).

para dar conta da materialidade do mundo, baseada no conceito de “carne do mundo”. No entanto, é só em *Lenguaje, poder e Identidad* (2004) e em *Deshacer el Género* (2006, p. 281) que, de fato, Butler utiliza o conceito de “quiasma”. Segundo Butler (2004, pp. 231-251, tradução nossa), “o ato de fala é um ato corporal e a força do performativo nunca se pode separar completamente da força corporal: nisso consiste o quiasma da ‘ameaça’ como um ato de fala ao mesmo tempo corporal e linguístico”, o que, mais adiante em *Lenguaje, poder e identidad*, Butler complementa ao afirmar que “o fato de que o ato de fala seja um ato corporal não significa que o corpo está totalmente presente em sua fala” e precisamente por isso se trata de um quiasma, sendo jamais a linguagem redutível à materialidade ou vice-versa.

Em *Figuraciones del cuerpo con género. Paralelismo y quiasmo* (2011, pp. 36-42, tradução nossa), Nayla Vacarezza esclarece que “o quiasma é uma figura retórica que assinala uma disposição cruzada, em forma de X”, como em sua palavra grega correspondente: “χιάζω”. Esta forma paradoxal marca, ao mesmo tempo, um ponto de intercruzamento e de interrupção de sentidos, o que abre a possibilidade de uma nova significação.

Este intercruzamento entre linguagem e materialidade, discurso e corpo, ganha dimensões mais evidentes na medida em que se lê a produção do sujeito a partir deste conceito chave (CAMPAGNOLI, 2017; 2018), principalmente como resposta à acusação de que Butler se desfaz prematuramente do corpo, de sua materialidade e carnalidade.

Diante desse transcorrido teórico, é certo afirmar que Butler desarma o argumento de Preciado, apresentado em *Manifiesto Contrassexual*. Todos estes recursos conceituais são omitidos da teoria preciadiana e, mesmo que não seja possível identificar com certeza as razões que o motivaram à omissão, sabe-se que é também sob esse marco que Preciado articula a sua própria noção de *prótese* e *próteses de gênero*. Para Martín de Mauro Rucovsky (2016, p. 179, tradução nossa), “a relação quiasmática corpo-linguagem habilita atender a materialidade em todas suas implicações biotecnológicas, ou seja, inclusive os usos do corpo interferido e produzido pela medicina e pelo âmbito jurídico”. Com isso, é possível afirmar que, primeiro, Preciado realiza um movimento estratégico e metodológico de afastamento da teoria butleriana, com o intuito de fundar o seu próprio marco teórico, sua tese. Segundo, que mesmo após tal afastamento, conserva mais aproximações que distanciamentos reais, promovendo uma continuidade à teoria da performatividade de gênero, entretanto, com ênfase nos códigos de gênero prostéticos.

## 2.4 PRECARIEDADE, APEGO APAIXONADO E O RETORNO À “SALVAGUARDA” DA HEGEMONIA CIS-HETERONORMATIVA

Enfim, próximos de concluir o desvio necessário pela teoria da performatividade, nos interessa destacar uma particular análise realizada por Butler ao tensionar as teorias da sujeição com a *importância* das sujeitidades, identidades e corpos. Sob o marco da inquietude geral de *Corpos que Importam*, veremos em *Vida Precária* (2019b) e *Quadros de Guerra* (2015) a mobilização de conceitos como precariedade (*precariousness*) e precaridade (*precarity*), isto é, de um lado uma condição constitutiva ontológica e do outro uma prática sistemática de vulnerabilização. Além de permitir repensar a esfera ontológica, que em Butler é de caráter social, relacional e antagônica da existência, – constitutiva dos sujeitos –, tais noções propiciam mobilizar produções que deem conta de suas implicações políticas; de efeito imediato, que se localizam no contexto do exercício do poder, tanto por outros sujeitos, quanto por instituições sociais enquanto demarcadores de diferenças e pluralidades<sup>29</sup>.

Utilizaremos dessa constelação conceitual, intimamente relacionada às suas formulações conseguintes, que são voltadas a analisar as formas psíquicas resultantes da ambivalência do assujeitamento, para sublinhar como o processo de feitura e subordinação dos sujeitos está também atravessado pelo desejo de sobrevivência.

Ao recorrer à psicanálise, Butler pontua que, mesmo quando interpelado por práticas de resistência e subversão normativa, o sujeito experiencia o medo da abjeção. No que se refere à matriz de inteligibilidade cis-heteronormativa, este processo se dá na medida em que a

---

<sup>29</sup> Embora seja um problema transversal ao da presente dissertação – inclusive por sua complexidade –, consideramos importante pontuar as análises publicadas sob o título *Los usos de la igualdad*, a partir do compilado de correspondências entre Butler e Ernesto Laclau, que se deu entre os meses de maio e junho de 1995, com o pretexto de estabelecer um diálogo filosófico acerca da noção problemática de "igualdade". Considerando as críticas pós-estruturalistas, a performatividade de gênero e dos corpos, bem como o projeto de democracia radical, como tem sido tratados os conceitos de “diferença” e “igualdade”? De que modo se relacionam os processos de diferenciação e identificação no contexto do uso da igualdade? Tem sido uma estratégia efetiva na produção de políticas públicas ou tem causado um desfundamento e um apagamento das diferenças constitutivas das sujeitidades e identidades, portanto fechando novamente as disputas pelo sujeito e pela identidade em um modelo hegemônico em detrimento do caráter conflitivo dos processos sociais? Em tempos em que vivenciamos uma rápida articulação neoliberal e a expansão do alcance do capital, o debate entre Butler e Laclau nos coloca a todas (os) em uma posição de constrangimento epistemológico ao nos indicar que falar de “inclusividade” ou “igualdade” é uma grande contradição no contexto de qualquer luta pela emancipação, de defesa à diferença. No que concerne ao que está precisamente entre as esferas do político e da política, isto é, da materialização das disputas entre hegemonias, o uso da "igualdade", em outras palavras, passa a operar como uma organização e redistribuição das diferenças nos espaços públicos e privados, muito rentável à biopolítica e necropolítica do Estado. A ponto de que, demandar a "igualdade" pode rapidamente se converter em uma demanda pela exclusão das multiplicidades de sujeitidades e identidades. O que torna ainda mais evidente que todo processo de inclusividade pressupõe que algo ou alguém estará excluído, abjeto. Nas palavras de Butler: “quem está incluído entre os que podem exigir a igualdade? Que tipo de assuntos minam a possibilidade mesma de que alguns grupos a exijam? [...] As exclusões devem sempre ser superadas, e existem certos tipos de exclusões sem as quais nenhuma política pode prosseguir?” (BUTLER; LACLAU, 1995, p. 119, tradução nossa).

identidade pessoal do “eu” é constituída em detrimento da identidade pessoal do “outro” e, nessa cisão diferencial, toda sujeitidade e identidade não normativa e coerente com a matriz de inteligibilidade heterossexual é destituída de densidade, de importância. O medo da abjeção, na perspectiva do “eu” normatizado, é o de ser destituído de sua validade, de sua inteligibilidade tal como o “outro”. De perder seus direitos e ser tão-vulnerável à precarização quanto o “outro” abjeto, de ser degradado em seu campo social de feitura, algo que é percebido pelo sujeito como uma ameaça, capaz de colapsar suas estruturas e até mesmo a sua própria existência. O que, como veremos, causa o efeito de um *apego apaixonado* à subordinação, isto é, um processo que se desdobra na disputa pela permanência e continuidade da subordinação ao assujeitamento, na qual o sujeito retorna à matriz hegemônica de dominação como uma tentativa de manter sua inteligibilidade cultural e, portanto, sobreviver.

Em primeiro lugar, “como transitar de uma teoria da performatividade de gênero para uma consideração sobre as vidas precárias?” (BUTLER, 2018, posição Kindle 492). Como transitar entre o performativo-quiasmático-prostético para o precário? Para Butler, a vivência em sociedade e, logo, o viver-junto, não só revela que compartilhamos uma precariedade constitutiva, mas que também somos atravessados por uma série de disputas de poder que nos colocam em posições de vulnerabilidade, mesmo que aparentemente não tenhamos muito em comum. Se todas (os) estamos performativamente nos produzindo enquanto sujeitos, experienciando diferentes processos de fixação identitária, tendo subjetividades culturalmente hegemônicas sedimentadas como parte de nosso eu, de um “nós”, o viver junto se torna um imperativo ético e político.

Ora, as noções de precariedade e precaridade não se afastam da performatividade, mas carregam a teoria de realidade, enfatizando que a continuidade performativa dos sujeitos é marcada pela vulnerabilidade constitutiva e pela condição precária de viabilidade social de existência. De acordo Butler (2009, p. 222, tradução nossa), “enquanto a performatividade era, em realidade, uma explicação da agência, a precariedade parece mais centrar-se naquelas condições que ameaçam a vida e fazem a vida escapar de nosso próprio controle”. Tanto a precariedade quanto a precaridade, portanto, respectivamente, dizem respeito a (i) uma condição constitutiva primária dos sujeitos e (ii) à sistemática exposição às ameaças que por si ressignificam – para não dizer coisificam – o próprio entendimento de “vida”. Uma vez que “viver é sempre viver uma vida que é vulnerável desde o início e que pode ser colocada em risco ou eliminada de uma hora para a outra” (BUTLER, 2015, p. 52). Nesse cenário, não haveria como pensar a vida como não precária.

A continuidade performativa do sujeito, das sujeitidades, identidades e práticas sexogenerizadas enfrenta desafios em todos os âmbitos da vida em sociedade devido à indução política à danabilidade, que se trata da “exposição que sofrem as populações que estão arbitrariamente sujeitas à violência do Estado, assim como a outras formas de agressão não provocadas pelos Estados, mas contra as quais estes não oferecem a proteção adequada” (BUTLER, 2009, p. 323, tradução nossa). Complementar à condição precária ou simplesmente precariedade, o conceito de *desposseção* é referente às muitas lesões decorrentes da cisão entre o eu e o outro e de suas continuidades performativas:

Ser despossuído refere-se aos processos e ideologias através dos quais as pessoas são repudiadas e rejeitadas pelos poderes normativos e normalizadores que definem a inteligibilidade cultural e que regulam a distribuição da vulnerabilidade: perda de terra e comunidade; pertencimento do corpo por outra pessoa, como ocorre nas histórias de escravidão; sujeição à violência militar, imperial e econômica; pobreza, regimes securitários, subjetivação biopolítica, individualismo liberal possessivo, governamentalidade neoliberal e precarização (BUTLER, ATHANASIOU, 2017b, p. 16, tradução e negrito nosso).

À luz de Gabriel Giorgi (2017, pp. 8-9, tradução nossa), esses conceitos surgem a partir do desmantelamento neoliberal dos direitos dos cidadãos e a conseqüente intensificação da violência, que evidencia a cada vez mais a condição vulnerável que todas (os) nós compartilhamos. O precarizado e despossuído, com efeito, é aquele que não pode nunca ser o “dono de si mesmo”, levando a uma crescente vulnerabilização dos sujeitos nas dimensões ontológica, política, social, econômica, biológica, ecológica.

Em segundo lugar, o engajamento cultural e psíquico de Butler, nem tanto compromissado com a psicologia e a psicanálise, mas ao mesmo tempo mantendo uma relação de proximidade com ambas (BUTLER, 2017a, p. 146), tem sua potencialidade maximizada por inter-relacionar as teorias do poder com as teorias da psiquê. Como ao observar na psicologia e psicanálise quais são os processos da vida psíquica que são responsáveis por internalizar a identidade como um “eu”; como na filosofia, com a dimensão ontológica e constitutiva da precariedade, que evidencia a vulnerabilidade a qual nos torna a todos em sujeitos exploráveis; como também na política, através dos requisitos exigidos pelo Estado liberal ao reconhecer ou não as sujeitidades e identidades, afirmando ou não direitos legais, o que torna o Estado em um grande “aparelho jurídico” que define quais são os sujeitos políticos possíveis, sustentando assim o círculo vicioso da sujeição.

Em *A Vida Psíquica do Poder* (2017a), ao comentar a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel acerca da dominação, escravidão e consciência infeliz, também inspirada pelo ensaio *Wounded Attachments*, de Wendy Brown, Butler afirma que o *apego apaixonado* à

subordinação é como uma sorte de dependência que nunca é possível enxergar totalmente pelo próprio sujeito: “se o sujeito jamais se forma sem o apego apaixonado a quem o subordina, significa que a subordinação é fundamental para o vir a ser do sujeito” (2017a, p. 16). Que é a possibilidade e condição em que o sujeito se separa e se diferencia, para que possa persistir em sua própria existência enquanto sujeito.

Butler utiliza como exemplo a fórmula “eu prefiro existir na subordinação a não existir” (2017a, p. 16), mesmo em situações em que há risco de morte, para evidenciar como o desejo de existir e de sobreviver leva à forclusão da dependência primária, para que o “eu” possa surgir a partir da negação e persistir como si mesmo; algo que, ao ser questionado, pode gerar a sensação de ameaça, de disrupção das bases constituintes do sujeito, de modo que o sujeito se apega à subordinação e às repetições neuróticas que remontam aos cenários primários de sua sujeição.

O anseio pela existência por meio do reconhecimento de suas categorias sociais, que garantem uma existência duradoura, faz com que o sujeito em algum momento prefira aceitar tais categorias, mesmo que estas signifiquem subordinação e dependência, a ser abjeto e não ter reconhecimento jurídico-social algum:

O desejo de persistir no próprio ser exige a submissão a um mundo de outros que fundamentalmente não é nosso (uma submissão que não ocorre posteriormente, mas que enquadra e possibilita o desejo de ser). Somente ao persistir na alteridade é que se persiste em seu “próprio” ser. Vulnerável a termos que jamais criou, o sujeito sempre persiste, até certo ponto, por meio de categorias, nomes, termos e classificações que assinalam uma alienação primária e inauguradora na sociabilidade. Se esses termos instituem uma subordinação primária ou, aliás, uma violência primária, isso quer dizer que o sujeito surge contra si mesmo para, paradoxalmente, ser para si (BUTLER, 2017a, p. 37).

Na mesma obra, ao acionar as teorias de Foucault e Freud, dentre outras (os), Butler busca argumentar acerca da proibição da sexualidade enquanto uma produtiva contribuição e da relação entre o apego apaixonado e a melancolia. Para a autora, a proibição é fundadora, pois ao proibir determinado desejo, torna-se alvo do desejo, de modo que “o sujeito se forma através da proibição da sexualidade, uma proibição que, ao mesmo tempo, forma essa sexualidade e o sujeito que a assume” (2017a, p. 111).

Baseando-se em Freud, afirma também que a melancolia se trata “tanto a recusa do luto quanto a incorporação da perda, uma imitação da morte que ela não pode prantear (2017a, p. 151), algo que está na base da estabilização da heterossexualidade enquanto uma matriz política, normativa e totalizadora de sentido. E que, quando esta estabilidade é ameaçada ou

comprometida em alguma medida, é percebida pelo sujeito como uma angústia de gênero, em que o medo do desejo pode induzir ao pânico:

Por conseguinte, o medo do desejo homossexual na mulher pode induzir o pânico de que ela está perdendo sua feminilidade, de que não é mulher, de que não é mais uma mulher propriamente dita, de que se ela não é exatamente um homem, é como se fosse um, e, por isso, é monstruosa de alguma maneira. No homem, o terror do desejo homossexual pode levar ao terror de que ele seja visto como feminino, feminizado, de não ser mais propriamente um homem, de ser um homem “falho” ou de ser, em certo sentido, uma figura de monstruosidade ou abjeção (BUTLER, 2017a, pp. 144-145).

Dito isso, para que haja a realização ontopolítica do sujeito enquanto ser-heterossexual, é necessário que haja um apego à subordinação primária, a proibição do desejo homossexual e o medo da abjeção/forclusão da existência social. É este medo da perda de inteligibilidade ontológica, da vulnerabilização política, da destituição de seus privilégios que não só impele o sujeito a manter a coerência como forma de continuidade performativa, como também o leva a retornar à salvaguarda da hegemonia cis-heteronormativa, de um dever-ser condicionado a todos estes complexos mecanismos que vimos até aqui.

Para a autora, a identidade heterossexual só é adquirida através da incorporação melancólica do apego renegado: “o homem que insiste na coerência de sua heterossexualidade dirá que nunca amou outro homem, por isso jamais perdeu outro homem”, de modo que “sua identidade se baseia na recusa de reconhecer um apego e, por conseguinte, na recusa de prantear” (BUTLER, 2017a, p. 148). Dessa forma, a heteronormatividade não apenas agencia o desejo do indivíduo, fixando-lhe uma “orientação sexual”, mas lhe é totalizadora de sentidos e quando comprometida, não será percebida pelo indivíduo heterossexual tão apenas como uma “aventura sexual” (como beijar ou mesmo ter relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo), mas será desestabilizadora de toda a sua densidade ontopolítica. E, devido a isso, a esse efeito dissimulado de anterior, natural ou essencial, não só pode levar o tempo de uma vida para que o sujeito questione as regulações a qual está assujeitado e os apegos que têm renegado, mas também pode e geralmente o leva a retornar à falsa estabilidade heteronormativa em troca de reconhecimento ontopolítico e jurídico-social, mesmo que interpelado por discursos e práticas subversivas.

É possível que, para finalizar, alguns questionamentos tragam ainda mais esclarecimento sem esgotar os problemas. Ao pensar o *bios-precário* e a vida sensível (2020), Martín de Mauro Rucovsky questiona-se: como produzir sentido a partir da precariedade? Talvez possamos nos perguntar o mesmo acerca da subversão da heteronormatividade, observando que, por mais inquebrantáveis possam parecer os grilhões forjados pelo

assujeitamento à matriz de inteligibilidade heterossexual, sempre há possibilidade de subversão. Como a dominação, a subversão deve ser de expressão cotidiana e, claro, performativo-prostética.

Para o autor, compreender que compartilhamos uma dimensão constitutiva de precariedade e que somos constantemente expostos às precarizações é como apropriar-se da “potência virtual e compositiva que é a capacidade de modificar a nós mesmos”, pois “*bios* é transplante, incorporação prostética e enxerto porque destrói as fronteiras da propriedade pessoal, a dimensão do interior e do exterior, do natural e do artificial” (2020, p. 41). Se trata de reconhecer esta dimensão frágil e a necessária interdependência, na mesma medida em que ativamente se demanda condições melhores.

Para que cada um encontre a possibilidade de se reinventar e com isso, reinventar também “os modos de configurar subjetivações – de classe, raciais, de gênero, sexuais – e o umbral mesmo entre o humano e o vivente em geral” (CANSECO; DAHBAR; SONG, 2017, p. 13). Ímpeto que se encontra também em *Performatividade contra a Precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler*, em que Felipe Demetri e Maria Toneli (2017, p. 325) afirmam que colocar-se nas ruas contra a precariedade é já questionar ativamente os processos de vulnerabilização e as exposições à danabilidade, a ponto de causar o tensionamento necessário da esfera pública, reivindicando assim políticas públicas para “alargar o escopo de reconhecimento da massa de precários, imigrantes, refugiados, pobres, sem-emprego [e] LGBTs”. Sem dúvida, é também colocar-se contra as inúmeras violências cotidianas motivadas contra sujeitidades, identidades, sexos e gêneros, desejos e formas de existência não normativas, de modo a exclamar: “nós estamos aqui, nós existimos, e nós demandamos”.

### 3 OS PROCESSOS TÉCNICOS DE SUJEIÇÃO FARMACOPORNOGRÁFICA

Em nosso papel de sujeitos sexuais, habitamos parques de diversões biocapitalistas. Somos homens e mulheres de laboratório, efeitos de uma espécie de bioplatonismo político-científico. Somos estranhas ficções biopolíticas porque estamos vivos: somos simultaneamente o efeito do regime de poder farmacopornográfico (*biopoder*) e o potencial para seu fracasso (*bioempoderamento*).

– Paul B. Preciado,  
*Testo Junkie* (2018a).

No transcorrido apresentado no capítulo anterior, buscamos observar como Judith Butler articula o conceito de performatividade e, a partir do performativo, denuncia o assujeitamento e a continuidade performativa da hegemonia cis-hetero-sócio-sexual. Tendo agora identificado os principais elementos da teoria butleriana, incorporados por Preciado em suas considerações acerca dos sujeitos na contemporaneidade, observaremos como Preciado formula o seu recorte têmporo-espaçial do presente, no qual se insere tanto a performatividade quanto a subjetivação e a produção prostética dos sujeitos, sexos e gêneros.

Preciado preocupa-se com as transformações que ocorrem “fora de cena”, na vida cotidiana, com os processos técnicos de controle, produção e reprodução do modelo hegemônico do sujeito. Veremos que há ao menos duas categorias sendo analisadas: (i) o assujeitamento tal como Butler nos apresenta, em que o sujeito é inaugurado na medida em que consente em ser subjugado pelo poder, quase que desejando a sujeição para que possa existir, conjuntamente com seus desdobramentos mais contemporâneos; e (ii) a ruptura da continuidade do assujeitamento, que, tal como a teoria da performatividade afirma, viabiliza a subversão da obediência e das práticas, levando ao deslocamento subversivo e à emancipação onto-epístemo-política.

Compreendemos que a estrutura conceitual da farmacopornografia emerge a partir de um projeto integrado que Preciado desenvolve em três diferentes investigações: (i) a primeira diz respeito a uma atualização do vocabulário neomarxista e pós-fordista, utilizado para abordar o capitalismo na contemporaneidade; (ii) a segunda diz respeito a uma investigação genealógica, que relaciona o capitalismo, o biopoder e a sexopolítica, com o intuito de compreender como incidem sobre sujeitos, indivíduos, em suas continuidades performativo-prostéticas, na fixação de suas psiquês, desejos, apegos e repulsas, identidades, sexos, gêneros

e sexualidades, corpos, discursos e práticas sexuais; (iii) e a terceira, que diz respeito a fomentar a criação coletiva de práticas subversivas de resistência e revolução somática, cotidiana, com o intuito de desestabilizar o sistema farmacopornográfico.

Em *Multidões Queer* (2011), texto publicado após *Manifesto Contrassexual*, Preciado começa a delinear um recorte têmporo-espacial do presente ao indicar que estamos experienciando a justaposição de regimes de poder, tais como o soberano e o disciplinar, que se remodelam frente aos avanços sociais, científicos e tecnológicos, apresentando-se como um regime de controle mais do que “temporalizador”, tal como foi considerado por Foucault. Preciado propõe a categoria “Império Sexual” para apontar a associação em curso entre o avanço do capitalismo e o agenciamento<sup>30</sup> das sexualidades pelo Capital, de modo que os fluxos de sexualização (normas, regulações, silicone, hormônios, textos, discursos, representações, técnicas cirúrgicas; as matérias-primas dos sexos e gêneros) têm se tornado em um *capitalismo sexual* e em uma sorte de *sexo do capitalismo*, de modo a assegurar sob a lógica do capital um triplo imperativo para a produção hegemônica de sujeitidades, identidades, corpos e órgãos: diferenciar, incorporar e administrar.

Conjuntamente com *Multidões Queer*, no artigo *Saberes\_Vampiros@War* (2006, s.p.), fazendo uso da teoria de Sloterdijk<sup>31</sup>, Preciado afirma compreender que atualmente o modelo de sujeito tem se almejado como revolucionário, quando de fato converte-se subjugado a uma sorte de internacionalismo-cosmopolita pária-sexual, a partir do qual não vê necessidade em alianças políticas, mas, em lugar, de estratégias de comunicação, como um fiel consumidor de tecnologias de representação e visibilidade. Nesse artigo, também, já encontram-se bem

---

<sup>30</sup> De agora em diante, ao falarmos de *agenciamento*, nos referimos ao conceito reformulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Reformulado, pois, conforme esclarece Pellejero (2010, p. 13), Michel Foucault fala em “agenciamento”, como em agenciamento panóptico ou agenciamento político da vida, mas, como sinônimo de “dispositivo”. Para o comentarista, conforme as teorizações de Deleuze e Guattari, o agenciamento é, em realidade, “uma alternativa conceitual ao sujeito e à estrutura”, que tem como intuito eliminar qualquer traço representativo da expressão e contornar a teoria da linguagem e dos signos de Saussure. Dessa forma, os agenciamentos funcionam “relacionando os fluxos semióticos com os fluxos extra-semióticos e as práticas extra-discursivas, para além das relações de significante e significado, de representante e representado: trata-se de uma relação de implicação recíproca entre a forma do conteúdo (regime de corpos ou maquínico) e a forma da expressão (regime de signos ou de enunciação)” (2010, p. 14). Ainda mais especificamente, com agenciamento, nos referimos à produção de subjetividades, o que é esclarecido por Guattari e Rolnik (1999, p. 31): “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e produção de ideia, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.)”.

<sup>31</sup> Cf. *Esferas I: bolhas*, de Peter Sloterdijk (2016).

formulados os dois pilares que, segundo Preciado, sustentam o exercício de poder e o regime de dominação do supercapitalismo contemporâneo: a indústria farmacêutica e a indústria audiovisual. Dos pilares, surge o neologismo que nomeia o conceito de farmacopornografia, isto é, um novo regime pós-industrial, global e midiático, de nível glo(c)al<sup>32</sup>, que se estabelece a partir do governo biomolecular (*fármaco-*), semiótico-técnico das subjetividades (*-porno-*) e de seus ciclos de inscrição e reinscrição discursiva e carnal (*-grafia*).

Segundo Preciado (2006, s.p., tradução nossa), no contexto do “supercapitalismo” farmacopornográfico há práticas muito precisas que formam parte do trabalho tecno-discursivo das ciências e que são responsáveis por reproduzir a materialidade do vivente no circuito que chama de “Sexo-Capital”. Algumas destas práticas são apontadas por Preciado, como por exemplo, as exercidas pelas indústrias culturais e midiáticas, em conjunto com as companhias médico-farmacêuticas que, embora sejam bem diferentes entre si, compartilham a gestão da produção de diferenças, dos códigos de gênero, identidades e práticas sexuais, das morfologias corporais, da conversão dos sujeitos-indivíduos em *entrepreneurs d'eux-mêmes*, dos testes hormonais e de suas restrições, dos protocolos de atribuição e redesignação de sexo, entre outros.

### 3.1 TECNO-BIO-CAPITALISMO FARMACOPORNOGRÁFICO

Paul B. Preciado defende que um novo governo dos seres vivos se delineou das ruínas da Segunda Guerra Mundial e do declínio dos modelos de administração e produção industrial em massa. Embora o fordismo e o taylorismo tenham introduzido novos modos de consumo e temporalização da vida, a transição para um novo tipo de capitalismo, o terceiro, sucessor dos regimes escravista e industrial, instala-se como alternativa à crise dos anos 1970, trazendo consigo uma completa transformação do Capitalismo de acordo com novos mecanismos de gestão da vida. Em *Testo Junkie* (2018a, p. 28), Preciado afirma que considera filosoficamente relevante analisar como o capitalismo se expandiu de modo a incluir a gestão política e técnica dos corpos, sexos, gêneros e desejos com base nas suas novas dinâmicas: as mídias globais e as biotecnologias, sustentadas pelas indústrias pornográficas (de representação, semiótica, comunicação, informática, culturais etc.) e as indústrias bioquímicas.

---

<sup>32</sup> Atribuído ao sociólogo Roland Robertson, este adjetivo sugere a interrelação entre processos globais e locais de modo que se torne possível compreender “as maneiras pelas quais o global e o local interagem entre si para produzir uma ‘cultura global’” (CAMPAGNOLI, 2018, p. 14, nota de rodapé 2), o que está implicado tanto nos regimes de dominação, quanto nas frentes de resistência, subversão e emancipação.

Embora o terceiro tipo do capitalismo, pós-fordista, ao qual Preciado denomina farmacopornográfico só tenha se tornado explícito no século XX, consolidando-se no século XXI, as suas raízes remetem às origens do capitalismo moderno, ou seja, a um capitalismo primitivo, medieval, que só mais tarde na história ocuparia o lugar das economias industriais e coloniais, transformando as ficções biopolíticas da soberania, dos Estados-nação e as transformações próprias da epistemologia tecno-científica. Em *Testo Junkie*, alguns dos esforços de Preciado estão centrados em apresentar os eventos históricos, somatopolíticos que corroboram a sua tese acerca do que podemos compreender como apenas um dos tipos de regime de dominação do capitalismo contemporâneo: o agenciamento capitalístico da produção de subjetividades sexo-generizadas que causam excitação e frustração aos novos sujeitos e indivíduos.

Em alguma medida coincidindo com a filósofa Silvia Federici, em seu *Calibã e a Bruxa* (2019), que investiga as fundações do capitalismo e da exploração de gênero, e, tendo em vista este recorte têmporo-espacial, Preciado busca remontar ao período em que o capitalismo se esboçava. O que, para o autor, coincide não apenas com a colonização das Américas pela Europa, mas também com o início do tráfico de escravos, com a demonização dos saberes e práticas das mulheres curandeiras, acusadas de bruxaria por catalogar recursos naturais e valerem-se desses mesmos recursos. Além disso, afirma que somente mais tarde seria possível identificar a relação entre tais eventos, como o processo de delimitação das terras, as expropriações coloniais e a gradual transformação dos recursos naturais (antes proibidos) em patentes farmacêuticas, acompanhada da institucionalização médico-jurídica dos experimentos e tratamentos (PRECIADO, 2018a, pp. 157-159).

De modo a crer que:

Tudo isso estava conectado: a emergência do capitalismo protoindustrial e suas formas científicas de produção e transmissão de conhecimento; o extermínio de uma parte da população que possuía saberes farmacológicos; o uso dos saberes raciais como argumentos religiosos e biológicos para justificar a escravidão e a opressão; o surgimento de novos modos de segmentar, demarcar e cercar a terra; a criação de gado que vai sustentar a futura indústria têxtil, a expansão colonial na América, África, Índia e Extremo Oriente; e a invenção, na Europa, de modelos de trabalho servis e pró-escravistas (PRECIADO, 2018a, p. 163).

Sem dúvida, ao falar em capitalismo protoindustrial, Preciado demarca a sua interpretação acerca das dinâmicas capitalistas, e, tal como Facundo Nahuel Martín afirma (2018), são análises inspiradas em boa medida na leitura pós-operaísta<sup>33</sup> de Marx e da

---

<sup>33</sup> Cf. *Operaísmo e pós-operaísmo*, de Sandro Mezzadra (2014).

transposição das linhas de produção industriais em direção ao corpo social, agenciando afetos, desejos, a vida cotidiana, *o poder de agir e a própria força de existir*, colocando essas categorias subjetivas em função da exploração capitalista. Como consequência, Nahuel Martín (2018, p. 173) afirma que a corrente de leitura de Preciado em *Testo Junkie* é centrada em analisar a travessia entre o capitalismo pós-fordista, as subjetividades e as sexualidades, de modo a colocar para trabalhar a *dynamis* para técnico-cientificamente produzi-las fora dos limites da fábrica<sup>34</sup>. O marco interpretativo de Preciado acerca do que denomina farmacopornografia é, então, inspirado nas teorias do pós-fordismo, mas com um viés pós-orgânico e pós-humanista.

A pesquisa de Nahuel Martín colabora com um resgate ainda maior, retornando a Karl Marx, nos manuscritos *Grundrisse* (1857-1858), questionando-se a possibilidade de reler Marx depois de Preciado, de modo a evidenciar como Marx já observava uma relação entre capitalismo, agenciamentos maquímicos e técnico-científicos para explorar as forças sociais. Para o comentarista (2018, pp. 185-186, tradução nossa), este é um processo que se trata da “universalização real-objeto que se dá nas transformações da produção e o consumo na modernidade do capital”, que gera “indivíduos radicalmente socializados” de acordo com as transformações materiais em suas vidas, dinamizados a uma forma de existência que tem como objetivo a abstração de valor. Nesse contexto se plasma o conceito de “General Intellect”<sup>35</sup>, esta dimensão social e coletiva de produção e trabalho imaterial, intelectual. Com isso, a diversificação e a multiplicidade das necessidades sociais e das capacidades produtivas se expandem exponencialmente, levando a uma universalização ou globalização dos processos culturais, das formas de consumo e das formas de produção.

Certamente, Marx e Preciado partem de diferentes posicionamentos em relação ao recorte têmporo-espacial e cultural, o que faz com que, em um caso, Marx teorize “um conceito global da sociedade capitalista que busca reconstruir suas possibilidades libertadoras em sentido de totalidade”, enquanto, no outro caso, Preciado teorize “um conceito descentrado das tecnologias de subjetivação de clara influência foucaultiana” (NAHUEL MARTÍN, 2018, p. 192, tradução nossa). Apesar da influência foucaultiana, Preciado atualiza a noção de biopoder,

---

<sup>34</sup> Nesse parágrafo, fazemos menção às teorias de Baruch de Spinoza, pois o conceito de *dynamis* como “poder de agir” e “força de existir” é apropriado por Preciado, sendo mobilizado conjuntamente com a noção marxista de “força de trabalho”, como veremos nas próximas páginas.

<sup>35</sup> De acordo com Paolo Virno (2003, p. 37, tradução nossa, itálico do autor), tendo como base o *Fragmento das máquinas*, presente nos *Grundrisse* de Karl Marx, o conceito “General Intellect” pode ter diversas derivações: “talvez seja uma réplica polêmica à “vontade geral” de Rousseau – não a vontade, senão o intelecto, é aquele que une a todos os produtores, segundo Marx –; ou, talvez, o “intelecto geral” seja a reformulação materialista do conceito aristotélico de *nous poietikos* – o intelecto produtivo, poietico. Mas aqui não importa a filologia. Importa o caráter exterior, social, coletivo que compete à atividade intelectual uma vez que ela devém, segundo Marx, a verdadeira fonte da produção da riqueza”.

ampliando o seu alcance ao contexto mais recente de controle da vida, das formas de vida e das subjetividades sexo-generizadas. A atualiza, pois sem desconsiderá-la por completo, a lê sob o marco deleuze-guattariano da sociedade de controle<sup>36</sup>, qual seja, em que o domínio das subjetividades, do próprio sujeito, não mais se dá em um espaço delimitado, sob um período determinado de tempo, mas, ao invés, os dispositivos de vigilância se dilatam, tornando-se flexibilizados, plásticos e maleáveis, operando o encarceramento das sujeitidades e subjetividades em um controle que é aberto e contínuo, tão interiorizado quanto externo.

Agora, tendo em vista este contexto, em *Multidões queer* (2011), ao formular a sua concepção de capitalismo, Preciado leva em consideração os escritos de Félix Guattari e os de Michael Hardt e Antonio Negri. Críticos do *modus operandi* do Capital e dos modos capitalísticos de subjetivação, cunham conceitos como os de *Capitalismo Mundial Integrado* – de Guattari – e de *Império* – de Hardt e Negri – que influenciam como Preciado conceitua o capitalismo farmacopornográfico. Vejamos, então, como estes conceitos são formulados pelos autores para que se evidencie como são mobilizados a formar parte do repertório filosófico de Preciado.

Para Guattari, o capitalismo contemporâneo é mundial e integrado, pois potencialmente já colonizou todo o planeta, expandindo-se para além de suas colônias, tornando-se simbiótico com os Estados-nação, com todos os indivíduos e suas atividades, de modo que nada fuja de seu controle (GUATTARI, 1985, p. 211). Guattari argumenta que o capital não deveria ser considerado como uma categoria abstrata, pois se trata de um operador semiótico que coloca em curso (e a seu próprio serviço) determinadas formações sociais, precisamente com o intuito de registrá-las, regulá-las e sobrecodificá-las de acordo com o poder do capitalismo, característico das sociedades industriais já desenvolvidas, a favor do fluxo econômico do planeta (1985, p. 191). De seus escritos, entende-se que Guattari também considera importante levar em consideração como o Capital agencia componentes extremamente diversificados, relativos às prestações monetarizadas e às transações internacionais, a partir de políticas e economias estratégicas, como os de ordem sexual e doméstica, por exemplo; que se infiltram na vida cotidiana, de ordem mais simplificada possível, levando os indivíduos a comportarem-se como vigias e reguladores de si mesmos.

A partir disso, Guattari define quatro componentes fundantes do capitalismo mundial integrado, que são irreduzíveis entre si e atuam simultaneamente:

---

<sup>36</sup> Cf. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, de Gilles Deleuze (1992).

- 1) *as formações de poder capitalistas*, que realizam um capital de manutenção da ordem, garantem a propriedade, as estratificações sociais, a repartição de bens materiais e sociais... Sendo o valor de um bem, qualquer que seja ele, inseparável da credibilidade dos equipamentos repressivos de direito, de polícia... e, também, da existência de um certo grau de consenso popular a favor da ordem estabelecida;
- 2) *os agenciamentos maquínicos* relativos às forças produtivas, constitutivas do capital fixo (máquina, fábrica, transporte, reserva de matérias-primas, capital de conhecimentos tecno-científicos, técnicas de servomecanismos maquínicos, instrumentos de formação, laboratórios, etc. Aqui, estamos no campo clássico das forças produtivas;
- 3) *a força coletiva de trabalho e o conjunto das relações sociais sujeitadas pelo poder capitalista*: aqui, a força coletiva de trabalho não é mais considerada em sua face de servomecanismo maquínicos, mas sim de alienação social. Ela é sujeitada às burguesias e burocracias, ao mesmo tempo que é fator de sujeição de outras categorias sociais (as mulheres, as crianças, os imigrantes, as minorias sexuais, etc.). Estamos aqui no campo clássico das relações de produção e das relações sociais;
- 4) *a rede de equipamentos, dos aparelhos de poder estatal e paraestatal e os meios de comunicação de massa*: esta rede, ramificada tanto na escala microssocial quanto na escala planetária, tornou-se peça essencial do capital. É através dela que ele extrai e integra as capitalizações setoriais de poder relativas às três componentes precedentes (GUATTARI, 1985, p. 200, itálicos do autor).

Como uma operação de poder antes de qualquer operação de lucro, Guattari compreende o Capital como uma articulação do político, do social e do técnico-científico, que visa não só apoderar-se dos indivíduos por dentro, por meio da carga de desejo que trazem dentro de si, mas também do controle planetário; algo que só poderia ocorrer com a sua completa reformulação, expandindo seu domínio para além de suas colônias, proliferando-se por meio de artifícios semiótico-técnicos de miniaturização para se infiltrar nas sujeitidades, subjetividades, atividades, pensamentos, sentimentos, desejos, afetos, processos cognitivos e linguísticos; desterritorializando-se e se fazendo implacavelmente presente, “invisível” (1985, pp. 205-207).

Complementar às críticas de Félix Guattari, os autores Michael Hardt e Antonio Negri postulam o conceito de *Império*, em obra homônima (2001), na qual afirmam que a globalização já havia atingido o ponto de irreversibilidade, inevitabilidade e de altíssimo fascínio, tanto individual quanto coletivo. “O Império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo”, dizem Hardt e Negri (2001, p. 11). Os autores partem da hipótese de que o poder soberano já está completamente reconfigurado, sob nova forma, que é mundial e integrada tal como descreve Guattari, diferindo-se assim do imperialismo dos Estados-nação tal como o conhecíamos. O poder supremo, agora o Capital, articula-se de modo difuso, desterritorializado e descentralizado de qualquer instituição, caracterizando o que os autores denominaram *Império*, isto é, um regime capitalístico de poder que busca não apenas o acúmulo de valores e a concentração de capital, como também a servidão da/pela desigualdade, das estratificações históricas e culturais, subjetividades, das mentes e intelectos, de suas criatividades, saberes localizados, conhecimentos gerais e

especialistas, das relações intrapessoais e coletivas, dos desejos e repulsas, afetos e inimizades, identidades, sexos e gêneros.

O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. Antes e acima de tudo, portanto, o conceito de Império postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo “civilizado”. Nenhuma fronteira territorial confina o seu reinado. Em segundo lugar, o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente. Do ponto de vista do Império, é assim que as coisas serão hoje e sempre – e assim sempre deveriam ter sido. Dito de outra forma, o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História. Em terceiro lugar, o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. O Império não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto de seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder (HARDT; NEGRI, 2001, pp. 14-15).

O Império, que é minuciosamente articulado jurídica e constitucionalmente como uma ordem mundial, só é possível pela trajetória de gradual ascensão do capitalismo, não como apenas um sistema econômico e social; mas como o próprio Estado, referência globalizada e interconectada para todas as instâncias da existência individual e coletiva. “É este, na realidade, o ponto de partida do nosso estudo do Império: uma nova noção de direito, ou melhor, um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 27). A subsunção de atemporalização do Império busca universalizar o seu poder, a sua dominação sobre tudo e todos, sedimentando-se como eterno e necessário; imposição esta que faz com que, na ameaça ou ausência de sua soberania imperial, tudo desmorone sem a presença de um regime ordenador de sentido.

No Império, a ontologia e a política são simbióticas, inseparáveis, pois acionam umas às outras de modo a favorecer as transformações do capitalismo; a produzir diferenças e multiplicidades enquanto mercadorias. Para os autores (2001, pp. 168), as diferenças e multiplicidades são incorporadas pelo Império, que funda a sua própria política da diferença, na qual arregimenta a produção de diferenças e multiplicidades ontopolíticas de acordo com a estrutura de sua própria rede global de poder. Para o marketing do Império, “toda diferença é uma oportunidade” (2001, p. 170) para dinamizar a existência, de acordo com as ontopolíticas capitalísticas e conforme o triplo imperativo de diferenciar, incorporar e administrar:

O essencial para a administração pós-moderna é que as organizações sejam móveis, flexíveis e capazes de lidar com a diferença. Aqui teorias pós-modernistas

pavimentam o caminho para a transformação das estruturas internas de organizações capitalistas. [...] Os gurus contemporâneos da cultura corporativa, contratados pela administração como consultores e planejadores de estratégias, pregam a eficiência e a lucratividade da diversidade e do multiculturalismo dentro das corporações. Quando se examina mais de perto a ideologia dos Estados Unidos corporativos (e, num grau menor, mas ainda significativo, a prática dos Estados Unidos corporativos), fica claro que as corporações não operam simplesmente excluindo o Outro racializado e/ou masculinizado-feminilizado. Na realidade, as velhas formas modernistas de teoria racista e sexista são inimigas explícitas dessa nova cultura corporativa. As corporações procuram incluir a diferença dentro de seus domínios, e com isso visam maximizar a criatividade, a liberdade de ação e a diversidade no local de trabalho (HARDT; NEGRI, 2001, pp. 170-171).

Segundo a investigação de Laureano (2011), na filosofia da imanência articulada por Deleuze e Guattari, encontra-se uma ontologia que pensa a imediata relação entre subjetividade e política, o que nos possibilita compreender a diferença e as práticas de diferenciação; a incorporação das multiplicidades que insurgem da resistência ao biopoder capitalístico, mundial e integrado tal como o Império. Mercantilizar a diferença, as subjetividades, os estratos multiculturais, as outridades como sujeitidades e identidades não-hegemônicas, os afetos, desejos, prazeres foi o êxito da transformação do capitalismo, que agora administra a diferença e as subjetividades (controla, incorpora, produz, reproduz, distribui, vigia, disciplina, corrige, corrompe, destrói) a seu próprio favor<sup>37</sup>.

A proposta de Preciado é ampliar ainda mais o conceito de Império, para que a sexopolítica seja também considerada como uma das formas de ação política e mais, como captura de subjetividades, sujeitidades e dos processos de identificação pelos agenciamentos maquínicos. Tais agenciamentos, relativos às forças produtivas, convertem os fluidos subjetivos, tais como sujeitidades, posições de sujeitos e enunciação, identidades, corporalidades, sexos e práticas sexuais, gêneros e suas expressões em matérias-primas que

---

<sup>37</sup> Seguindo a tradição deleuziana, em *A técnica como fenômeno ontológico e político: uma articulação entre Heidegger, Feenberg e Deleuze* (2015, p. 81), Eladio Craia afirma que a ontologia na filosofia de Gilles Deleuze é composta por uma tríade conceitual fundamental: a diferença, a univocidade e a imanência. Já em *A técnica reconsiderada: do meta-discurso epistemológico à questão ontológica* (2006, p. 16, itálicos do autor), Craia esclarece que, “de acordo com uma perspectiva mais geral, poder-se-ia afirmar que, para Deleuze, enquanto unívoco, o Ser é Diferença pura, primeira, e sua dinâmica implica uma expressão na esfera dos entes, segundo a ordem da imanência. A Diferença deve ser primeira, porém ela mesma irreconhecível, porquanto sempre remetida a seu próprio diferencial. Uma diferença que *vai diferindo, um devir*, segundo o expressa o próprio Deleuze. Sendo assim, esta poderia ser, resumidamente, a definição do ser unívoco como diferença primeira: *o unívoco, o comum de tudo que é, é que tudo é diferença, porém como tal, ela mesma inassinalável e inobjetivável*. No entanto, é preciso agregar outra condição: aquilo que, em última instância, define a univocidade é o fato de o Ser unívoco se dizer em um só sentido de todos *seus modos diferenciados*. Porém, estes modos, eles mesmos, variam e escamoteiam sua própria identidade enquanto singularidades intensivas cuja atualização não determina nem permite predicados assinaláveis. Portanto, *o ser se diz em um só sentido de tudo aquilo que não possui um sentido fixo e determinável*. O ser unívoco é o “mesmo” daquilo que nunca é o mesmo, isto é, as multiplicidades, (quaisquer que possamos imaginar). É como dizer que o idêntico daquilo que sempre difere é, justamente, diferir. Ora, *somente aquilo que primeiramente é diferença pode ser dito do diferente sem perder nem sua unidade nem seu sentido*”.

constituem o capital fixo. A servidão e os servomecanismos maquínicos, pensados por Guattari, conjuntamente com o Império enquanto laboratório soberano, são noções intercruzadas por Preciado para fazer surgir o que chamou de *Império Sexual*, no qual se dinamizam a potência – poder de agir e força de existir –, a força produtiva, as novas matérias-primas do capital, a força coletiva de trabalho e as inter-relações sociais enquanto servas do poder capitalista. Quando as vidas e suas formas de existir e a própria potência de agir são capitalizadas, é quando o fator de sujeição se vale da desigualdade, da precariedade e da precaridade, da guerra e da ultrassubjetivação para explorar as categorias sociais e as dissidências de sexo-gênero.

Poderíamos denominar de “Império Sexual” (se pudermos nos permitir sexualizar a casta expressão de Hardt e Negri) esse regime biopolítico que usa o sexo, a sexualidade e a identidade sexual como centro somático-político para produção e governo da subjetividade. A sexopolítica disciplinadora ocidental do final do século XIX e durante boa parte do século XX resume-se a uma regulação das condições de reprodução da vida ou aos processos biológicos que “dizem respeito à população”. Para a sexopolítica do século XIX, o corpo heterossexual é o artefato que vai alicerçar o maior sucesso do governo (PRECIADO, 2018a, pp. 77-78).

A sexopolítica do Império Sexual não só produz normalidade sexo-generizada, mas também o delineado, a territorialização, os limites e recortes dos corpos, a partir dos quais extrai os sexos e gêneros, fabricando-os na mesma medida que os atribui de naturalidade conforme a hierarquia binária do sexo e gênero. Com o Império Sexual, Preciado intercruza dois projetos que fundamentam o conceito de farmacopornografia: a reinterpretação do capitalismo e a investigação genealógica do biopoder e do gênero. Assim acrescentando às teorias pós-fordistas um componente material, carnal e biomolecular da produção, enfatizando que apenas o trabalho imaterial (General Intellect) e a cooperação social produtiva são insuficientes para explicar as biopolíticas contemporâneas. Pode-se afirmar que, tal como no Império de Hardt e Negri, o Império Sexual, por meio do qual a farmacopornografia emerge, se trata de um regime de dominação em que o tecnobiopoder não apenas regula as interações humanas, mas ativamente produz a natureza, a humanidade, seus corpos, suas subjetividades em uma dinâmica que excede quaisquer limites territoriais, mas ao mesmo tempo mantém as fronteiras identitárias, normalizantes, como forma de controle descentralizado.

Vejamos agora alguns dos eventos somatopolíticos que materializam o Império Sexual, farmacopornográfico, que são destacados por Preciado (2018a, pp. 27-35) e a partir dos quais o autor dá seguimento em suas análises: a invenção da noção de hormônios por volta de 1941; a criação da Pílula contraceptiva em 1946; a fundação da *Playboy* por Hugh Hefner em 1953; a sistematização do uso clínico de moléculas hormonais nos procedimentos de “mudança de sexo”, bem como a introdução do termo “transexualismo” a partir do trabalho do sexólogo

Harry Benjamin em 1954; as pesquisas do psiquiatra Robert Stoller voltadas à correção da coerência entre sexo-gênero-desejo em pessoas intersexuais; e do pedopsiquiatra John Money, que em 1957 cunhou o termo “gênero”, diferenciando-o do termo “sexo”, bem como afirmava poder mudar o gênero de crianças intersexo até os dezoito meses de vida; a invenção da pílula anticoncepcional e a sua comercialização a partir de 1957; a comercialização da molécula de Sildenafil pela empresa Pfizer, em 1988, levando a ser o medicamento mais indicado contra a disfunção erétil; as técnicas de reconstrução da pele, técnicas cirúrgicas (faloplastia e vulvoplastia), de *lifting*; o crescente uso dos materiais orgânicos poliméricos sintéticos e dos elementos transurânicos, entre outros.

Como resultado do progresso tecnocientífico, tais eventos somatopolíticos colocam em evidência que, mais do que uma cooperação meramente intelectual, o Império Sexual articula uma cooperação corporal que, por um lado, se registra em uma biopolítica negativa, de indução ao controle, autodisciplina e ao desejo de consumos politoxicomânicos<sup>38</sup> e, por outro, se registra em uma biopolítica positiva, por meio da qual produz sujeitos, indivíduos, suas subjetividades, identidades e corporalidades. As subjetividades politoxicomânicas não apenas induzem ao consumo, mas, por meio deste, orientam as ações dos sujeitos e os transformam em agentes do próprio capital. Consumir as próteses farmacopornográficas, então, é consumir “realidades tangíveis”, em que as substâncias químicas e moléculas comercializáveis, junto das

---

<sup>38</sup> Como resultado da incidência farmacopolítica nos sujeitos somáticos, a politoxicomania caracteriza a adicção e o consumo compulsivo e crescente de múltiplas substâncias, causando dependência física e psíquica. Em *Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização* (1997), Suely Rolnik problematiza os efeitos da globalização e a incidência das novas tecnologias nos processos de subjetivação e atribuição identitária. Segundo a psicanalista, a tendência cada vez maior é a de produzir *identidades globalizadas flexíveis* sob a lógica *prêt-à-porter*, isto é, “prontas para vestir”, o que, em outras palavras, significa produzir subjetividades e identidades em grandes escalas, sob medida, que possam ser obtidas e incorporadas ao sujeito em seus processos de identificação, tão simples quanto a lógica do *plug & play*, a partir da qual as subjetividades e identidades *prêt-à-porter* são reconhecidas e se moldam automaticamente, independente do sujeito a qual se instalam. Segundo Rolnik (1997, p. 2), esta flexibilização das subjetividades e das identidades como requerimento para gravitar as órbitas do mercado é geradora de um esvaziamento da própria subjetividade. “Tais experiências tendem então a ser aterrorizadoras: as subjetividades são tomadas pela sensação de ameaça de fracasso, despersonalização, enlouquecimento ou até de morte. As forças, ao invés de serem produtivas, ganham um caráter diabólico; o desassossego trazido pela desestabilização torna-se traumático. Para proteger-se da proliferação das forças e impedir que abalem a ilusão identitária, breca-se o processo, anestesiando a vibratibilidade do corpo ao mundo e, portanto, seus afetos” (1997, p. 2). E aí, então, a demanda de ilusão, de conforto e anestesia produz a toxicomania generalizada, o consumo compulsório de substâncias farmacológicas, mas também das próprias subjetividades, com o pressuposto de preencher o vazio ou a falta de uma identidade consolidada. “Identidades *prêt-à-porter*, figuras glamourizadas imunes aos estremecimentos das forças. Mas quando estas são consumidas como próteses de identidade, seu efeito dura pouco, pois os indivíduos-clones que então se produzem, com seus falsos-self estereotipados, são vulneráveis a qualquer ventania de forças um pouco mais intensa. Os viciados nesta droga vivem dispostos a mitificar e consumir toda imagem que se apresente de uma forma minimamente sedutora, na esperança de assegurar seu reconhecimento em alguma órbita do mercado” (1997, p. 3). A própria simbiose entre o corpo e a substância, ou as subjetividades *prêt-à-porter* e a instância intersubjetiva dos sujeitos e indivíduos se torna uma droga, a partir da qual “o outro torna-se um corpo-prótese que substitui as funções do corpo próprio, caso sua organicidade venha a faltar, dilacerada pelas forças enfurecidas” (1997, p. 4).

representações pornográficas do tecno-bio-capitalismo produzem ideias, conceitos, desejos, reações químicas, inventando sujeitos e os reproduzindo a níveis locais e, principalmente, planetários. Com isso, em célebres excertos, Preciado afirma que o sucesso da farmacopornografia reside na capacidade de miniaturizar as subjetividades em substâncias microprostéticas comercializáveis:

A tecnociência estabeleceu sua autoridade material transformando os conceitos de psiquismo, libido, consciência, feminilidade, masculinidade, heterossexualidade, homossexualidade, intersexualidade e transexualidade em realidades tangíveis, que se manifestam em substâncias químicas e moléculas comercializáveis em corpos, em biótipos humanos, em bens tecnológicos geridos pelas multinacionais farmacêuticas. O sucesso da indústria tecnocientífica contemporânea consiste em transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade ou esterilidade em Pílula, nossa AIDS em triterapia, sem que seja possível saber quem vem antes: a depressão ou o Prozac, o Viagra ou a ereção, a testosterona ou a masculinidade, a Pílula ou a maternidade, a triterapia ou a AIDS. Esse feedback performativo é um dos mecanismos do regime farmacopornográfico (PRECIADO, 2018a, p. 37).

[...]

Assim, nós falaremos de sujeitos-Prozac, sujeitos-cannabis, sujeitos-cocaína, sujeitos-álcool, sujeitos-ritalina, sujeitos-cortisona, sujeitos-silicone, sujeitos heterovaginais, sujeitos-dupla-penetração, sujeitos-Viagra, sujeitos-dinheiro” (PRECIADO, 2018a, p. 38).

Como desdobramento das suas críticas ao pós-fordismo, das formulações do Império Sexual e das análises acerca da autoridade material da tecnociência, que miniaturiza as nossas subjetividades, Preciado formula mais uma hipótese, a partir da qual afirma que, enquanto o General Intellect diz respeito ao trabalho imaterial, o General Sex diz respeito ao trabalho sexual. Segundo Campagnoli (2018, p. 254, tradução nossa), “esta análise permite considerar que uma das dimensões do Império Sexual é pornô, o que leva a visualizar um regime de pornopoder em que há múltiplos modos de produção e de sujeição corporal”. Preciado questiona-se: “e se a cooperação fosse uma ‘cooperação masturbatória’ e não uma simples cooperação de cérebros?” (2018a, p. 40) e, para responder, postula que, precisamente, as matérias-primas do processo produtivo do capitalismo farmacopornográfico são: a excitação, o prazer, a autossatisfação. “O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade” (2018a, p. 42), afirma, de modo que os produtos de maior sucesso são, em realidade, “a cortisona, o tecnoesperma, os antibióticos, o estradiol, o tecnoleite, o álcool e o tabaco, a morfina, a insulina, a cocaína, os óvulos vivos, o citrato de sildenafil (Viagra)” (2018a, p. 42).

Compreende-se então que o assujeitamento farmacopornográfico perpassa por um complexo discursivo, semiótico-técnico e virtual, mas também material, carnal e bioquímico, por meio do qual o sujeito é inaugurado em um corpo já viciado nos ciclos de excitação-frustração-excitação que caracterizam a politoxicomania, na qual todos os estados mentais e psicossomáticos tornam o sujeito adicto, que deseja a própria sujeição virtual e material, sendo este o principal recurso do capitalismo que, tão diferente do postulado pelos pós-fordistas, Preciado propõe uma distinção:

Se a era denominada pela economia automobilística denominou-se “fordismo”, chamaremos *farmacopornismo* a esta nova economia denominada pela indústria da pílula, pela lógica masturbatória da pornografia e pela cadeia de excitação-frustração em que se baseia. A indústria farmacopornográfica é o ouro branco e viscoso, o pó cristalino do capitalismo biopolítico (PRECIADO, 2018a, p. 43, itálico do autor).

No tempo do *farmacopornismo*, sob a lógica da cooperação agora *masturbatória*, os afetos narcossexuais se disseminam na economia política mundial e a produção farmacopornográfica da sexualidade se torna correlata à *práxis* trabalhista, na qual a produção é inseparável do ato de produzir, caracterizando-se por um processo performativo e prostético de materialização do sujeito, do indivíduo e de suas subjetividades. O trabalho sexual, afirma (PRECIADO, 2018a, p. 321), é pensado como uma *poiesis* farmacopornográfica, associando-se ao trabalho servil, tal como postula Marx, em que o trabalho é sempre vivo e corporal, sempre havendo necessidade de um espaço de representação, de visibilidade ou audiência:

É uma relação espetacular, de representação e comunicação mais que de consumo. O cliente não consome nada (não há objeto ou resultado) senão uma fantasia que o trabalhador ou trabalhadora encarna física ou virtualmente por meio do que Annie Sprinkle denomina “performance”, uma teatralização da sexualidade cuja meta é estimular o ciclo excitação-frustração. Poderíamos dizer, seguindo Roland Barthes em sua leitura de Sade, *Loyola et Fourier*, que os pornógrafos são “cenógrafos”, fabricantes de um contexto público, um *décor* teatral onde acontece o ritual de excitação-frustração; um dispositivo técnico de publicação da sexualidade que conecta os corpos às tecnologias audiovisuais e de telecomunicação. Em uma situação deste tipo, não deveríamos falar tanto de “cooperação intelectual”, mas de *cooperação masturbatória* (PRECIADO, 2018a, pp. 321-322, itálicos do autor).

Segundo Campagnoli (2018, p. 257, tradução nossa), é deste contexto em que Preciado “infiere que a cooperação masturbatória implica a coletivização de um trabalho que tem características sexuais em termos de procedimentos de excitação e consumação da energia corporal”, algo que Preciado difere também da leitura clássica de força de trabalho, propondo um conceito equivalente, mas de domínio farmacopornográfico: a *potentia gaudendi* ou “força orgásmica”. Este conceito surge de um interstício entre a noção de “poder de agir ou força de existir”, elaborada por Spinoza com base na *dynamis* grega (PRECIADO, 2018a, p. 44, nota de

rodapé 35), entre a pulsão de vida segundo Freud e entre a força de trabalho, segundo Marx. Para Preciado (2018c, pp. 19-20), uma vez que o capitalismo mundial integrado devastou os planetas e suas forças materiais, agora, sob o marco do Império Sexual, da sexopolítica e do domínio farmacopornográfico o que está sendo expropriado são os recursos do inconsciente e da subjetividade, quais sejam, a pulsão vital, a linguagem, o desejo, a imaginação, o afeto...

Defino a noção de *potentia gaudendi*, ou “força orgásmica”, como a potência (presencial ou virtual) de excitação (total) de um corpo. Esta potência é uma capacidade indeterminada: não tem gênero, não é nem feminina nem masculina, nem humana nem animal, nem viva nem inanimada. Sua orientação não se dirige ao feminino nem ao masculino nem conhece diferenças ou fronteiras entre heterossexualidade e homossexualidade ou entre objeto e sujeito; esta potência também não sabe a diferença entre ser excitado, excitar ou excitar-se com (PRECIADO, 2018a, pp. 44-45, itálico do autor).

Ao postular a excitação a um nível de satisfação com a atualização da cooperação como cooperação masturbatória, Preciado afirma que a fonte do trabalho sexual não poderia ser a “força de trabalho”, mas sim a “força orgásmica”, isto é, o que denomina como *potentia gaudendi*, que é expropriada e colocada para trabalhar em função do capitalismo. Para o autor (2018a, pp. 45-46), seja relacionado ao farmacopoder (“uma molécula consumível e um agente material que vai operar dentro do corpo da pessoa que a está absorvendo”), ao pornopoder (“um signo semiótico-técnico que pode ser convertido em dado numérico ou transferido para mídia digital, televisiva ou telefônica”) ou ao serviço sexual, a *potentia gaudendi* é a “soma da potencialidade de excitação inerente a cada molécula material”, na qual “reúne ao mesmo tempo todas as forças somáticas e psíquicas, e reivindica todos os recursos bioquímicos e estruturas da mente”, tornando-se a mais abstrata e mais material das forças de trabalho:

A realidade biotecnológica desprovida de toda condição cívica (o corpo do migrante, do deportado, do colonizado, da atriz ou do ator pornô, do trabalhador do sexo, do animal de laboratório etc.) se torna a do *corpus* (já não *homo*) *pornograficus* cuja vida (condição técnica mais do que puramente biológica), carente de direitos de cidadania, autoria e ao trabalho, é construída por e sujeita a midiatização global e autovigilância (PRECIADO, 2018a, p. 53, itálicos do autor).

O sujeito que emerge como subproduto da têmporo-espacialidade farmacopornográfica é um corpo. E este corpo, hoje, tem funcionado mais como uma extensão das tecnologias globais farmacopornográficas do que as utilizado em seu favor; a favor de sua própria emancipação onto-epístemo-política. O que, como constata Preciado, significa que “tanto a biopolítica (política de controle e produção da vida) como a necropolítica (política de controle e produção da morte) funcionam como farmacopornopolíticas, gestões planetárias da *potentia gaudendi*” (2018a, p. 48). Longe de valer-se das tecnologias e das políticas globais em favor da

multiplicidade e da dissidência sexo-generizada, das corporalidades não hegemônicas, este sujeito, que é um corpo, é codificado conforme a matriz de inteligibilidade cultural em vigência que, como vimos, é cis-heteronormativa, que privilegia os corpos masculinos, brancos e heterossexuais em detrimento dos que não estejam em coerência performativa com estes códigos identitários. “Trata-se, em todo caso, de um corpo sempre farmacopornográfico, um sistema tecnovivo que é efeito de um mecanismo de representação e produção cultural muito difundido” (2018a, p. 51).

Preciado dedica poucas páginas de *Testo Junkie* à concepção da *potentia gaudendi*, apesar de ser um conceito-chave para traçar conexões entre as suas inspirações e aportes conceituais. Tal como indica Campagnoli (2018, p. 263), a própria definição de *potentia gaudendi* denota uma dimensão ontológica que não condiz com a dimensão política e militante presente no restante de suas obras, que se pretendem fortemente pós-estruturalistas. É um posicionamento que se distancia das influências foucaultiana e materialista. No entanto, parece-nos que o movimento realizado por Preciado enfatiza as múltiplas dimensões constituintes dos sujeitos, mesmo que desenvolva muito rapidamente ou cite em curtas passagens em suas obras. Ocorre o mesmo com as suas considerações acerca da dimensão psicanalítica, da vida psíquica do poder, pois, mesmo que aborde em um ou outro momento em *Testo Junkie*, permaneceram implícitas. O que leva a comentarista Anabela da Rocha (2012, p. 3), em sua dissertação, a afirmar que o projeto geral de Preciado se afastaria radicalmente do conceito de desejo, das relações intrapsíquicas dos sujeitos, dos prazeres, aproximando-se do que denominou como “materialismo tecnológico fiscalista”, isto é, a centralidade e protagonismo total das tecnologias materiais e dos fazeres técnicos, o que, em outras palavras, pressupõe que Preciado assenta a sua produção teórico-prática em um fiscalismo no qual tudo o que há são processos físicos e não mentais.

Porém, Preciado constantemente faz menção a uma dimensão psíquica, mental da exploração farmacopornográfica: refere-se ao desejo e às pulsões; à excitação e frustração; ao consumo de “sonhos, identidades, relações e coisas da mente” (PRECIADO, 2018a, p. 54); à relação do sujeito consigo mesmo ao consumir signos e representações semiótico-técnicas, por meio das quais mantém seus múltiplos vícios, a máquina desejante por meio da qual dá a continuidade performativo-prostética em seu assujeitamento; à coerção da heterossexualidade compulsória; às psicologias do sujeito, “ciência do inconsciente” e ao inconsciente colonial-capitalístico (2018c) e, em trabalhos mais recentes, a partir da intervenção realizada na 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana, em que tece duras críticas – mas necessárias – à

psicanálise e às alianças remanescentes com a necropolítica do sistema cis-heteropatriarcal e farmacopornográfico<sup>39</sup>.

Portanto, não é possível afirmar que Preciado se desfaz da vida intrapsíquica e da sua incidência nas relações sociais, tampouco afirmar que o autor cai na própria armadilha contra-metafísica, apesar de haver ressalvas quanto a algumas de suas críticas e o que Rucovsky chamou de “efeito bumerangue” (2016). Compreende-se, conforme pontua Campagnoli (2018, p. 263), que o autor toma para si a perspectiva metafísica de Gilles Deleuze em sua interpretação de Spinoza, incluindo-se nos esforços teórico-práticos para identificar no presente uma biopolítica positiva, afirmativa da vida, conforme a filosofia da imanência, da diferença e multiplicidade, entretanto, perpassando por uma investigação do atual tecno-bio-capitalismo, uma dupla genealogia entre a biopoder e o gênero, para propor práticas de resistência, reapropriação e materialização de uma ontopolítica materialista-prostética para a emancipação política das sujeitidades e identificações dissidentes.

### 3.2 SUJEIÇÕES MICROPROSTÉTICAS E SEMIÓTICO-TÉCNICAS

Uma vez identificado o recorte têmporo-espacial do presente, no qual se instalam as mutações mais recentes do capitalismo e, conseqüentemente, ser a partir destas que podemos falar em um regime de dominação farmacopornográfico, podemos questionar: como se dá, na perspectiva de Preciado, o controle ou o assujeitamento microprostético e semiótico-técnico? Seguindo o conjunto de transformações das tecnologias de produção do corpo e da subjetividade, inspirando-se tanto em Deleuze e Guattari, como em Williams S. Burroughs e Charles Bukowski, Preciado (2018a, p. 84) chama de “sociedade farmacopornográfica” o novo monstro da organização social, que é subproduto do controle biopolítico, aquele em que o domínio se dá, por um lado, por meio da Pílula e, por outro, da pornografia.

De um lado, na sociedade farmacopornográfica, a *matriz contínua de hibridização* garante que as tecnologias de subjetivação prostéticas se tornem parte do corpo, controlando-o de dentro para fora. Com isso, uma vez mais Preciado se posiciona contrário à definição de sociedade disciplinar de Foucault, na qual os dispositivos disciplinares atuavam como uma órtese arquitetônica, por meio da qual regulavam os corpos a partir do exterior. “Pouco a pouco, os mecanismos ortopédicos-sexuais e arquitetônicos disciplinadores foram absorvidos por técnicas microinformáticas leves e de rápida transmissão, bem como por técnicas audiovisuais e farmacológicas” (2018a, pp. 85-86). Resultando da transição entre os dispositivos biopolíticos

---

<sup>39</sup> Cf. *Je suis un monstre qui vous parle: Rapport pour une académie de psychanalystes*, de Preciado (2020b).

disciplinares ortoarquitetônicos para as tecnologias prostéticas, a relação corpo-poder se torna microprostética, em que o poder, miniaturizado e molecularizado, é consumido pelo desejo do próprio indivíduo, ou, melhor dizendo, pelo desejo que lhe foi induzido como seu próprio. “Na era farmacopornográfica o corpo engole o poder”, de tal maneira que “não é o poder infiltrando a partir do exterior, é o corpo desejando poder, procurando engoli-lo, comê-lo, administrá-lo, devorá-lo, mais, sempre mais, através de cada cavidade”, diz Preciado (2018a, p. 223).

De outro lado, como esclarece o sociólogo brasileiro Jorge Leite Jr. (2012, p. 101), podemos compreender a pornografia como “uma maneira de organizar e selecionar produções culturais, no caso, relacionadas às representações da sexualidade”, tais como a escrita, musicais, a produção plástica e audiovisual com o intuito de “distinguir e legitimar expressões socioculturais em detrimento de outras, seguindo a lógica de hierarquização das diferenças dessas mesmas expressões, visando a conquista, manutenção ou perda de capital cultural e social”. Em *Museu, lixo urbano e pornografia* (2017a), Preciado afirma que há a necessidade de uma análise do que pode ser denominado como “biopolítica da representação pornográfica”, qual seja, como a pornografia enquanto um discurso ou enquanto códigos normativos incide sobre o corpo, o sujeito, as relações entre indivíduos e o sexo-gênero-desejo. Em *Testo Junkie*, a pornografia se trata de um complexo dispositivo masturbatório, que parte da virtualidade, dos estímulos audiovisuais como vetores culturais. O imperativo pornográfico é o “fode-te a ti mesmo” e o seu *slogan* é, tal como afirma Lydia Lunch, “vendo frustração, não alívio” (2006). O que significa que a dominação pornográfica, na sociedade farmacopornográfica, se baseia na satisfação imediata do consumidor, isto é, na autossatisfação por meio da indução de estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga de tensões, o que se organiza por meio dessa lógica masturbatória do consumo pornográfico. Considerando a performatividade butleriana, Preciado afirma também que a pornografia *diz a verdade performativa* dos sexos e gêneros, por revelar que a sexualidade *é sempre performance*, sempre pública, que coloca em marcha o circuito de excitação-frustração-excitação (2018a, p. 286). Já em *Pornotopia*, a sua terceira obra publicada, Preciado afirma que esta noção de pornografia busca “identificar novas práticas de consumo da imagem suscitadas por novas técnicas de produção e distribuição e, de passagem, codificar um conjunto de relações inéditas entre imagem, prazer, publicidade, privacidade e produção de subjetividade” (2010, p. 27, tradução nossa).

No contexto da sociedade farmacopornográfica, a aceleração dos mecanismos capitalísticos de controle converte o panóptico – aquele utilizado por Foucault, com base nos irmãos Bentham, para ilustrar um modelo industrial-carcerário – em um modelo de poder-saber

miniaturizado que compõe os processos de medicalização e regulação farmacológica da vida; promovendo uma disciplinarização ou docilização dos corpos ao nível do microprotético, de escala biomolecular. O objetivo do panóptico enquanto forma de arquitetura, seja industrial ou carcerária, não é fornecer um *habitat* ou representar os indivíduos, diz Preciado (2018a, p. 220), mas sim “a produzir o sujeito que ela afirma abrigar. O condenado, o estudante, o paciente, o soldado, e o trabalhador são a causa política dessas *tecnologias de subjetivação* arquitetônicas”. Desse modo, a pílula contraceptiva se torna um exemplo paradigmático de miniaturização das próteses, que é consumida voluntariamente, em uma temporalização precisa, como um elemento semiótico-técnico que está carregado para além da bioquímica, trazendo em suas moléculas uma gramática hegemônica da cultura e das regulações do sexo-gênero-desejo. A pílula, como um panóptico ingerível, é compreendida por Preciado como um dos artefatos microprotéticos e farmacopornográficos que criam o corpo e a mente *straight* da mulher heterossexual como modelo do sujeito reprodutivo e sexual na modernidade.

O mesmo ocorre com a excitação pornográfica que, segundo Preciado (2018a, pp. 285-286), se estrutura conforme o circuito de excitação-frustração-excitação: “prazer-na-dessubjetivação-do-outro/prazer-na-dessubjetivação-do-eu”, isto é, a exploração da produção sexual, da *potentia gaudendi*, como um estímulo masturbatório, em que o prazer emerge ao observar um sujeito que não pode controlar a sua própria *potentia gaudendi* e, simultaneamente, ser o próprio espectador dessubjetivado de sua *potentia gaudendi*, levando à consumação do imperativo “fode-te a ti mesmo”, em que o mais lucrativo é a *satisfação frustrante*.

No regime farmacopornográfico, o gênero se torna a instância subjetiva por meio da qual os sujeitos e os indivíduos são agenciados. Em ordem de adquirir inteligibilidade, assumem bioficções somatopolíticas que são produzidas por meio das tecnologias do corpo, aqui em específico as farmacológicas e as audiovisuais, de modo que não apenas simulam a certeza de “ser homem” ou “ser mulher”, como geram dependência destes biocódigos semióticos de gênero. Como subjetividades toxicológicas, tornam os indivíduos em adictos pelas subjetividades e identidades *prêt-à-porter*. Por isso, segundo Preciado (2018a, p. 127), “o gênero é um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob formas de afetos, desejos, ações, crenças e identidades” e, a premissa por meio da qual a programação dominante de gênero opera, na sociedade farmacopornográfica, é a seguinte: “um indivíduo = um corpo saudável = um sexo = um gênero = uma sexualidade = uma propriedade privada”. Como resultado dessa programação de gênero, o que aparece à consciência do indivíduo são formulações interiores que se pretendem substanciais, como

saberes de si ou um “eu sexual” fixo, já demarcado pelos discursos e práticas prótico-performativas segundo o modelo neoliberal psicopolítico:

No regime farmacopornográfico, o gênero se constrói nessas redes de materialização biopolítica; ele se reproduz e se consolida socialmente ao transformar-se em espetáculo, em imagem em movimento, em dados digitais, em moléculas farmacológicas, em cibercódigos. [...] O objetivo dessas tecnologias farmacopornográficas é a produção de uma prótese política viva: um corpo que seja compatível o suficiente para colocar sua *potentia gaudendi*, sua capacidade total e abstrata para criação de prazer, a serviço da produção de capital e da reprodução das espécies. Fora dessa ecologia somatopolítica do “portadores de esperma e de óvulos”, não há homem ou mulher, assim como não há heterossexualidade e homossexualidade, nem capacidade e deficiência (PRECIADO, 2018a, pp. 128-129).

Em outro desdobramento da aceleração capitalística-farmacopornográfica, inspirado por Maurizio Lazzarato em *La Máquina* (2010a), Preciado (2018a, p. 221) afirma que, de fato, é levado a cabo o colapso das instituições carcerárias, de modo que, hoje, não há mais necessidade de aprisionar indivíduos para submetê-los a provas ou sanções bioquímicas, pedagógicas ou penais, pois o corpo se tornou habitado pela disciplina, em que o autocontrole a autoadministração cumprem os papéis das instituições e, com a Pílula, do próprio panóptico. Segundo o autor, “a Pílula é um laboratório farmacopornográfico miniaturizado distribuído dentro do ambiente doméstico e destinado a ser colocado dentro do corpo de cada consumidora” (2018a, p. 221).

Para o nosso propósito, a consequência teórica gerada por Preciado ao coincidir com Lazzarato é que, de agora em diante, não mais podemos falar apenas em “sujeição” ao nos referirmos à sociedade farmacopornográfica. Diferente, mas complementar à sujeição segundo Judith Butler, a influência de Lazzarato (mas também do marco deleuze-guattariano) leva Preciado a afirmar que, na era farmacopornográfica, é preciso ajustar o conceito de sujeição conforme o avanço do tecno-bio-capitalismo, de modo a considerar as próteses semiótico-técnicas e materiais da sujeição social e psíquica, e, portanto, falaremos complementarmente em “servidão maquínica”. Para ilustrar o seu próprio argumento, Preciado (2018a, p. 221) cita um trecho de *La Máquina*, de Lazzarato, o qual reproduzimos integralmente:

A servidão maquínica consiste na mobilização e na modulação dos componentes pré-individuais, precognitivos e pré-verbais da subjetividade, causando afetos, as percepções, as sensações ainda não individuadas, ainda não atribuíveis a um sujeito, etc., como elementos de uma máquina. Enquanto a sujeição implica pessoas globais, representações subjetivas molares facilmente manipuláveis, “a servidão maquínica agencia elementos infrapessoais, infrassociais, em razão de uma economia molecular do desejo que é mais difícil de manter dentro das relações sociais estratificadas” que mobilizam os sujeitos individualizados. A servidão maquínica, portanto, não é o mesmo que sujeição social. Se a última se dirige à dimensão molar individuada, da

subjetividade, a primeira ativa sua dimensão molecular, pré-individual, pré-verbal e pré-social (LAZZARATO, 2010a, s.p., tradução nossa).

Em *Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo* (2010b), Lazzarato esclarece que, no capitalismo contemporâneo, há duas modalidades de produção e exploração da subjetividade, isto é, a sujeição social e a servidão maquínica. Como visto no capítulo anterior segundo Butler, a sujeição social inaugura o sujeito, o atribui um gênero, um sexo, uma identidade, bem como os papéis sociais em que irá agir conforme a sua inteligibilidade. A sujeição pode ser compreendida como a ocasião por meio da qual o indivíduo se constitui e se torna capaz de reproduzir a sua própria inteligibilidade, assim, mantendo-se em sua existência e ação. A instância intersubjetiva na qual o sujeito é inaugurado assemelha-se à *realidade pré-individual*, de Gilbert Simondon (2020), correlata ao princípio de individuação e referência que Lazzarato leva em conta. Desse modo, podemos considerar a sujeição como disparadora do processo de devir do indivíduo, conforme o princípio de individuação, os modos ou operações de individuação e de continuidade do indivíduo. “A sujeição social produz um ‘sujeito individuado’ cuja forma paradigmática, no capitalismo neoliberal, é a do ‘empresário de si’” (LAZZARATO, 2010b, p. 168). Devido a isso, a partir da sujeição e da individualização extrema do capitalismo tardio, as subjetividades identitárias, funcionais e os papéis atribuídos no processo de sujeição orientam a ação do indivíduo, como investimentos em sua própria existência e vida social.

Na servidão maquínica, o indivíduo que se constitui a partir da sujeição social e das operações de individuação é, em realidade, dessubjetivado. Deixa de ser instituído como sujeito, capital humano e empresário de si, tornando-se ainda mais dominado, como uma peça ou engrenagem capitalística. “Como um componente do agenciamento ‘empresa’, do agenciamento ‘sistema financeiro’, do agenciamento ‘mídia’, do agenciamento ‘Estado Providência’ e seus ‘equipamentos coletivos de subjetivação’ (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet, etc.)” (LAZZARATO, 2010b, 168). Em outras palavras, ao contrário de como ocorre na sujeição social, em que os sujeitos individuados conservam algumas distinções entre si mesmos, sujeitos, e os objetos, na servidão maquínica não há simbiose ou relação íntima entre sujeito-objeto, mas a completa assimilação. Conforme afirma Lazzarato (2010b, p. 169), o que é corroborado por Preciado em *Testo Junkie*, “o sujeito individuado não se opõe às máquinas, é adjacente a elas”. Nesse processo, o indivíduo é *feito em pedaços*, transformado em componentes de sua subjetividade, tais como a sua inteligência, seus afetos, sensações, prazeres, identidades, de tal maneira que não é mais unificado. Com a sua segmentaridade, tais elementos subjetivos que antes o constituíam como “indivíduo” ou, como diz Lazzarato, que

encontravam sua síntese na pessoa, convertem-se em fluxos de informação, agenciamentos e processos de modulação da atividade humana:

Na servidão maquínica reside a novidade, o segredo e a potência específica do capitalismo, enquanto a sujeição social é um modo de governo da subjetividade que ele herdou de outras formações sociais e adaptou por inteiro às suas finalidades. O capitalismo exerce um duplo cinismo: cinismo “humanista” de nos atribuir uma individualidade e papéis pré-estabelecidos (trabalhador, consumidor, desempregado, homem/mulher, artista, etc.) nos quais os indivíduos devem se alienar; e cinismo “desumanizante” de nos incluir em um agenciamento que não distingue mais humano e não humano, sujeito e objeto, as palavras e as coisas. Na servidão não agimos mais, nem mesmo *fazemos uso* de qualquer coisa, se por ação e uso entendemos funções do sujeito. Antes constituímos simples entradas e saídas, *inputs* ou *outputs* do funcionamento de processos econômicos, sociais, comunicacionais, governados ou pilotados pela servidão (LAZZARATO, 2010b, p. 170, itálicos do autor).

Devido a isso, quando combinadas as modalidades de produção do capitalismo contemporâneo ultrassubjetivante (e também dessubjetivante), sob o regime farmacopornográfico, a sujeição e a servidão maquínica são exata e precisamente os mecanismos necessários para produzir o que Preciado denomina como “prótese política viva”, em que a *potentia gaudendi*, a potência de existir e a capacidade de produção de capital são capturadas para servir como plataforma de expansão ilimitada do capitalismo. Com isso, juntas, asseguram a constante produtividade, independentemente de sua inteligibilidade, de suas faculdades, de sua educação ou profissão, idade ou corporalidade. Todos trabalham e são produtivos, pois estão a serviço da rede de agenciamentos individuais e coletivos, em modalidades diversas.

A partir do cenário apresentado até aqui, é importante complementar que Preciado busca identificar qual é o modelo predominantemente produzido pela combinação das modalidades de sujeição e servidão maquínica. Em *Pornotopía* (2010), sob o marco da sociedade farmacopornográfica e resultado da dominação microprostética e semiótico-técnica, Preciado fala em sujeito *Playboy*; modelo que se configura sobretudo a partir da década de 1970. Nesta obra, Preciado elege como objeto de análise a revista *Playboy* – criada por Hugh Hefner em plena Guerra Fria e mundialmente conhecida como orientada ao público masculino, mas que inicialmente veiculava assuntos relacionados à decoração de interiores e elementos arquitetônicos. Preciado disserta acerca da história da revista e da mansão *Playboy* e em como se tornaram suportes do pornopoder. Com isso, expande suas investigações, observando os modos de subjetivação da época, a produção de uma nova masculinidade, de práticas sexuais, da pornografia, drogas e informação, incluindo a própria arquitetura enquanto dispositivo e agenciamento político coletivo. Para o autor (2010, p. 113), após a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a mutação farmacopornográfica começaria nas salas de casa,

silenciosamente armando uma nova rede sensorial e emocional conforme os fluxos da economia de consumo, a cultura do ócio e entretenimento. Como uma incubadora biopolítica e excêntrico laboratório experimental, neste período se inventou novas técnicas do corpo, da alma, de um novo indivíduo e uma nova produção da verdade, “como um espaço de transição em que se modelizou *o novo sujeito próstético e ultraconectado* e os novos prazeres virtuais e midiáticos da hipermodernidade farmacopornográfica” (2010, p. 165, tradução nossa, itálico nosso).

Como uma “*Disneyland* para adultos”, Preciado afirma que a *Playboy* e a mansão *Playboy* cultivaram o habitat mais auspicioso para a transformação do homem heterossexual estadunidense que, ainda sob a moral vitoriana e sob o marco do retorno pós-guerra, encontrava-se ortoarquitectonicamente limitado, disfuncional, de acordo com as subjetividades inflexíveis e os próprios códigos de masculinidade. “O soldado heterossexual, pós-traumático desajustado à vida monogâmica do núcleo familiar, volta para casa para se tornar não tanto o parceiro complementar da mulher heterossexual, mas seu principal rival” (2010, p. 37, tradução nossa), de modo que, então, o campo de guerra tornava-se a heterossexualidade. Para Preciado, Hefner havia identificado os novos agenciamentos pós-guerra e como alternativa, inventa a *Playboy* com a pretensão de “atravessar os muros da casa suburbana, penetrar nos domicílios privados, inocular em cada casa americana, primeiro por meio da revista e logo através da televisão” (2010, p. 17, tradução nossa) e, não muito depois, estender-se por toda a América do Norte, para então expandir-se a todos os continentes. Com este movimento, Hefner mobiliza elementos semiótico-técnicos e farmacopornográficos capazes de dar forma a um novo sujeito consumidor, masculino, com novos afetos, desejos, com práticas sexuais distintas, deixando para trás a figura de homem modesto, decente e trabalhador, bom marido, cristão, branco e heterossexual.

Em primeiro lugar, a *Playboy* aspirava a uma redefinição da masculinidade heterossexual que viria a colocar em questão a moralidade sexual vitoriana e os códigos burgueses das instituições tradicionais de casamento e família. A masculinidade da *Playboy* não é simplesmente heterossexual, no sentido médico e cultural que este termo adquire a partir do final do século XVIII. A desconfiança do regime moral heterossexual monogâmico da casa suburbana levou Hefner a declarar em 1962: “Votamos pela sexualidade heterossexual até que algo melhor apareça”. Hefner, que era leitor assíduo de Alfred Kinsey, introduz um ideal de saúde psicossocial no discurso popular sobre sexualidade e opõe a “heterossexualidade saudável” ao que o discurso da *Playboy* chama de “pornografia piedosa”: o sexo “enfermo” e “perverso” das “esposas virgens”, das “ciumentas”, dos “ciúmes”, da “pedofilia” e da “homossexualidade”. A *Playboy* diferencia entre “heterossexualidade saudável” e a divisão rígida dos espaços sexuais promovida pela moral dos anos 1950 que, segundo a revista, incita à homossexualidade: “beber cerveja ou caçar com homens, deixando as mulheres em casa”, segundo a revista, “era, do ponto de vista freudiano, totalmente homossexual”. Essa psicologia-pop da *Playboy* desenhava um novo espectro de sexualidades normais e desviantes no que tanto o casamento heterossexual monogâmico quanto a homossexualidade ocupavam posições

perversas. Frente a ambas, a heterossexualidade libertina e poligâmica da *Playboy*, “limpa”, “saudável” e “racional”, se alçava como um novo modelo de saúde psicossocial: enquanto a repressão e a culpa estavam do lado do casamento monogâmico e da homossexualidade, liberdade e a diversão caracterizam a nova prática da heterossexualidade saudável (PRECIADO, 2010, pp. 51-52, tradução nossa, itálicos do autor).

As pornopolíticas de Hefner inauguram um novo sonho americano, em que o sujeito *Playboy* – este novo homem urbano, solteiro ou divorciado, que reafirma a sua heterossexualidade, mas com novos ornamentos – é produzido a partir da ocupação masculina do espaço doméstico, convertido em um apartamento hiper sofisticado, meticulosamente construído para aparentar um nível controlado de grosseria e indiferença, na mesma medida em que oculta a tendência metrossexual provocativa, predominante e predatória. Segundo Preciado (2010, pp. 44-45, com tradução nossa), a *Playboy* investe na reorganização dos códigos de gênero e da sexualidade como em uma guerra, na qual se travam inúmeras batalhas por diferentes territórios, de modo a assegurar a nova semiótica e estética, a soberania dos fluxos de informação – mas do que lhes convém –, da arquitetura da cobertura urbana, do apartamento de solteiro enquanto cela pós-doméstica e a introdução de novos objetos de consumo. “A masculinidade do sujeito *Playboy* se constrói mediante um cuidadoso exercício de teatralização no qual as técnicas de *colocar em cena* e os elementos decorativos são tão importantes quanto a psicologia interior”, afirma Preciado. Com isso, inaugura-se um novo modelo de sujeição social e a sua contraparte complementar, isto é, um novo modelo de exploração, de servidão maquínica.

Por meio dessa nova biopolítica da representação pornográfica, as premissas da performatividade de gênero e, mais especificamente, dos códigos de gênero que permeiam as relações sociais são reafirmadas a partir da ultrassubjetivação capitalista, com o intuito de construir novas imagens e representações. Os novos códigos performativos de gênero da masculinidade também criam o seu contraponto, isto é, os códigos performativos de gênero da feminilidade, tão artificiais quanto os masculinos, de modo a produzir uma representação dos corpos, uma nova interioridade a partir das representações, conjuntamente com novas práticas sexuais e a própria “verdade do sujeito”. Vejamos alguns dos códigos semiótico-técnicos de gênero que são disparados e promovidos pelas pornopolíticas na sociedade farmacopornográfica:

**Alguns códigos semiótico-técnicos da feminilidade heterossexual branca pertencentes à ecologia política farmacopornográfica do pós-guerra:** *Adoráveis mulheres*, a coragem das mães, a Pílula, o coquetel hipercarregado de estrogênios e progesterona, a honra das virgens, *A bela adormecida*, a bulimia, o desejo de um filho, a vergonha da defloração, *A pequena sereia*, o silêncio diante do estupro, *A gata*

*borralheira*, a imoralidade última do aborto, os biscoitos e bolos, saber fazer um belo boquete, o bromazepam, a vergonha de ainda não ter feito, *E o vento levou*, dizer não quando você quer dizer sim, ficar em casa, ter as mãos pequenas, as sapatilhas de Audrey Hepburn, a codeína, o cuidado com os cabelos, a moda, dizer sim quando você quer dizer não, a anorexia, saber em segredo que sua melhor amiga é quem realmente te atrai, o medo de envelhecer, a necessidade constante de estar de dieta, o imperativo da beleza, a cleptomania, a compaixão, cozinhar, a sensualidade desesperada de Marilyn Monroe, a manicure, não fazer barulho ao andar, não fazer barulho ao comer, não fazer barulho, o algodão imaculado e cancerígeno do Tampax, a certeza da maternidade como laço natural, não saber chorar, não saber lutar, não saber matar, não saber muito de quase nada ou saber muito de tudo mas não poder afirmá-lo, saber esperar, a elegância discreta de Lady Di, o Prozac, o medo de ser uma vadia safada, o Valium, a necessidade do biquini e da calcinha fio dental, saber se conter, deixar-se dar o cu quando preciso, resignar-se, a depilação precisa do púbis, a depressão, a sede, os sachês de lavanda que cheiram bem, o sorriso, a mumificação em vida do rosto liso da juventude, o amor antes do sexo, o câncer de mama, ser sustentada financeiramente, ser deixada pelo seu marido por uma mulher mais jovem... (PRECIADO, 2018a, pp. 129-130, negrito e itálicos do autor).

E:

**Alguns códigos semiótico-técnicos da masculinidade heterossexual branca pertencentes à ecologia política farmacopornográfica do pós-guerra:** James Bond, futebol, usar calças compridas, saber levantar a voz, *Platoon*, saber matar, saber sair na porrada, os meios de comunicação de massa, a úlcera estomacal, a precariedade da paternidade como laço natural, o jaleco, o suor, a guerra (incluindo a versão televisiva), Bruce Willis, a operação Tempestade no Deserto, a velocidade, o terrorismo, o sexo pelo sexo, ficar de pau duro como Ron Jeremy, saber beber, ganhar dinheiro, *Rocky*, Prilosec, a cidade, o bar, as putas, o boxe, a garagem, a vergonha de não ficar de pau duro como Ron Jeremy, Viagra, câncer de próstata, o nariz quebrado, a filosofia, a gastronomia, *Scarface*, ter as mãos sujas, Bruce Lee, pagar uma pensão para a ex-mulher, violência doméstica, filmes de terror, pornô, jogatina, apostas, o governo, o Estado, a corporação, alimentos embutidos, caça e pesca, botas, a gravata, a barba de três dias por fazer, álcool, infarto, calvície, a Fórmula 1, viagem à Lua, a bebedeira, enforçar-se, relógios grandes, calos nas mãos, manter o ânus bem fechado, camaradagem, gargalhadas, inteligência, saber enciclopédico, obsessões sexuais, ser um conquistador, misoginia, ser um skinhead, *serial killers*, heavy metal, deixar a esposa por uma mulher mais jovem, o medo de tomar no cu, não ver os filhos depois do divórcio, vontade de dar o cu... (PRECIADO, 2018a, pp. 130-131, negrito e itálicos do autor).

O sujeito *Playboy* é, para Preciado, obsessivo por controle e por ser controlado, tornando-o compulsivo pelo ambiente que ocupa e indissociável do seu próprio ecossistema (2010, p. 156). É como um “senhor feudal pop”, que representa a justaposição do velho sistema com a nova ordem, isto é, a soberania, a disciplina biopolítica e o tecno-bio-capitalismo farmacopornográfico. A partir da sua cobertura ultra tecnológica e dos seus móveis requintados, o sujeito *playboy* emerge como modelo de dever-ser da masculinidade. O que significa que os códigos semiótico-técnicos reproduzidos mundialmente pela *Playboy* promovem uma flexibilização do que é ser um homem, mas mantém um estrito controle de fronteiras entre matrizes de inteligibilidade. A cobertura ou o apartamento do sujeito *Playboy* é a sua própria prótese ortoarquitetônica, um panóptico de si para si, mas também é preenchido por outras

próteses que suplementam a representação de macho caçador, como armadilhas, para atrair e pegar suas presas, as *bunnies* (coelhinhas):

O sujeito *Playboy* é como um senhor feudal pop cujo mobiliário integra a função de móvel como signo portátil de status social e as funções modernas de conforto e da construção midiática do meio-ambiente. Como o senhor feudal, o playboy precisa se cercar de seus móveis, autênticos suportes semiótico-políticos sem os quais perde sua identidade; como o sujeito moderno, o *playboy* os faz se revestir das qualidades hedonísticas de conforto e bem-estar; Enfim, como autêntico sujeito farmacopornográfico, o *playboy* tecnifica seu mobiliário, ao qual se conecta prosteticamente, tornando-o um meio de comunicação que lhe permite alucinar a realidade ou, nas palavras de Gilles Deleuze, “viajar sem sair do lugar” (PRECIADO, 2010, p. 159, tradução nossa, itálicos do autor).

Enfim, frente à sujeição social e à servidão maquínica na sociedade farmacopornográfica, em *Testo Junkie* Preciado afirma que é preciso buscar implodir o sistema, de dentro para fora, tanto individual quanto coletivamente, desfazendo os nós e amarras intrapsíquicas, promovendo a tomada consciencial, da potência de agir e existir, a reapropriação dos mecanismos de subjetivação, das práticas de potencializem a potência – *potentia gaudendi* – ao invés de explorá-la capitalisticamente. É claro que, para tal será preciso inaugurar também uma nova gramática de si, novos modos de individuação e continuidade performativo-prostética, novos códigos de gênero e novas corporalidades; em resumo, um novo *modus operandi*, que seja capaz de contraproduzir a sujeição social e a servidão maquínica, de existir e habitar o mundo, de promover políticas afirmativas e políticas públicas, de resistir à dominação farmacopornográfica. “Antes, será preciso falar das noções de dominação, resistência e terrorismo farmacopornográfico: o que está acontecendo é um confronto entre subjetividades pan-ejaculantes e uma multidão de subjetividades que desempenham a função de próteses masturbatórias” (2018a, p. 319), para então ser possível cogitar um movimento de deslocamento, ressubjetivação e emancipação efetivo, mais do que político, ontológico.

Com a armação desse contexto de contraprodução e resistência, é possível falar em um processo que já tem como resultado um novo *sujeito político contemporâneo*. Não se trata de uma previsão do futuro, tampouco de uma projeção a se tornar tangível, mas de um fenômeno de contraprodução e resistência já identificado, que adquire delineados cada vez mais precisos. Diferente de falarmos em um sujeito obediente, dominado, hoje já é possível falar de um sujeito que, ao se reapropriar diretamente dos detritos dos movimentos sociais já esgotados, inclusive das diversas categorias de tecnologias de produção do “eu”, do “outro” e do “nós”, tem como orientação para a sua ação política as subjetividades multitudinárias. Isto pois, “em termos de agenciamento político, sujeição ou empoderamento não depende da rejeição de tecnologias em nome da natureza, e sim do uso diferenciado e da reapropriação das técnicas de produção da

subjetividade”, como afirma, pois “a emancipação farmacopornográfica dos corpos subalternos só pode ser medida segundo estes critérios essenciais: envolvimento e acesso à produção, circulação e interpretação dos biocódigos somatopolíticos” (PRECIADO, 2018a, p. 139).

### 3.3 *MODUS MOLECULARIS*

Em continuidade, se recapitularmos o *desvio necessário* pela teoria da performatividade de Judith Butler, é possível agora observar que a contribuição de Preciado é vital para ampliar a proposta de invocação performativa, a qual traz elementos como a matriz de inteligibilidade, a heterossexualidade compulsória e a própria performatividade, como um meio para delinear o enquadramento das restrições do sexo-gênero-desejo, as mesmas que produzem um “antes” ahistórico, uma representação pré-determinada. Este mecanismo ou operação de atribuição de sentido à realidade consiste unicamente em garantir a projeção de políticas regulatórias ao nível de uma ontologia pré-social, por meio da qual, em ordem de tornarem-se inteligíveis e legítimos, os indivíduos necessitam ceder ao poder, à obediência e consentir livremente com a sujeição social, a ponto de que, ao ameaçar romper com este contrato heterossocial normativo, encontram-se sob o risco de tornarem-se abjetos do reconhecimento social, ontopolítico e jurídico.

Para se produzir um sujeito, é necessário que haja, previamente, um conjunto de normas e sanções culturais, inteligíveis sob o qual este sujeito será inaugurado e assujeitado. O gênero é um destes conjuntos de atributos, mesmo não sendo substantivo. A sua performatividade, isto é, a constituição da identidade que supostamente se é, mediante a repetição de atos, gestos, *performances* e discursos fazem do gênero sempre uma ação. A expressão do gênero não é resultado, um *telos*, tampouco o desvelar de uma interioridade, mas sim efeito da própria ação. Consequentemente, ao atribuir gênero a um sujeito, este não preexiste ao gênero, mas gênero e sujeito produzem um ao outro simultaneamente. A partir disso, Butler funda a sua ontologia corporal, social e relacional, pois, se o gênero não tem um status ontológico que o preceda, este mesmo status também se produz performativamente em conjunto com o gênero e o sujeito, como um regulação pública da superfície dos corpos, de suas fronteiras entre-matrizes e da própria integridade do sujeito.

Como um dos primeiros resultados, que tanto auxilia a responder quanto excede o problema desta dissertação, o *desvio necessário* possibilita correlacionar a produção performativa dos sujeitos, a partir da sujeição social enquanto uma injunção normativa, com a vertiginosa exploração dos indivíduos conforme a servidão maquínico-prostético-semiótica.

Auxilia a responder, pois compreendemos que tal assemblagem tecnossemiótica opera inúmeras funções e todas asseguram a materialização do regime de poder farmacopornográfico. A dessubjetivação e a desposseção, como visto no capítulo anterior, são mecanismos de precarização dos indivíduos, que sustentam a distribuição de vulnerabilidade, que realizam o manutenção da obediência e, para os fins desta dissertação, também asseguram o retorno à salvaguarda do “Império Heterossexual” a partir do apego à subordinação à cis-heteronormatividade. Dessa forma, a teoria de Preciado contribui com importantes elementos que arrematam a sujeição segundo Butler, realizando consideráveis destaques acerca da incidência da técnica e da tecnologia como outra instância de dominação e exploração.

Como dito, também excede o nosso problema, pois compreendemos que, para analisar a sujeição na sociedade farmacopornográfica, se torna necessário acentuar a problemática do indivíduo, sua produção e exploração. Atualmente, buscamos nos concentrar na problemática em torno da categoria sujeito, sua produção e as suas subjetividades correlatas. No entanto, torna-se evidente que os resultados da presente pesquisa indicam, como um desdobramento, que faz-se necessário debruçar-se sobre a problemática do indivíduo, assim como do princípio de individuação<sup>40</sup>. Ao inspirar-nos no princípio de Simondon, torna-se possível elaborar ferramentas conceituais em sintonia com as teorias butleriana e preciadiana, para analisar os processos disparados imediata e simultaneamente à feitura do sujeito, cobrindo os mecanismos intra e interpessoais por meio dos quais o indivíduo devém e aparece como produto social.

Neste caso, compreendemos que é por meio das operações de individuação que o indivíduo atinge e reproduz a inteligibilidade necessária para existir e agir socialmente enquanto tal. Embora esta abertura constitutiva demande uma investigação própria, parece-nos possível afirmar que, no contexto atual, pode-se falar em uma *cuirização* da sucessão temporal descrita por Gilbert Simondon (2020, p. 15), que surge no interstício das teorias de Butler e Preciado: consequentemente, falemos da sujeição social como a ocasião linguística para a simultânea disparação do indivíduo, a partir da qual se inicia o processo de colonização psíquica que induz a uma obediência inconsciente<sup>41</sup>; isto é, que distribui e atribui aos sujeitos, quiasmaticamente, um gênero, sexo, uma identidade, entre outras formas de subjetividades, conjuntamente com as suas posições sociais e de enunciação, a partir das quais poderão agir, como sujeitos-

---

<sup>40</sup> Até onde é possível afirmar, a teoria de Preciado recebe influência indireta da teoria de Gilbert Simondon acerca do princípio de individuação, sendo mediada por meio das influências diretas de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Paolo Virno, Michael Hardt e Antonio Negri, entre outras (os). Segundo Simondon (2020, p. 27), “a individuação deve ser apreendida como devir do ser, e não como modelo do ser, o que esgotaria sua significação”, portanto, o princípio de individuação é o meio pelo qual se devém e aparece o indivíduo constituído.

<sup>41</sup> Cf. A entrevista *Ilusão neoliberal de independência contribui para servidão jamais vista*, com Nora Merlin (2021) e seu livro *Mentir y colonizar: obediencia inconsciente en la subjetividad neoliberal* (2019).

assujeitados. A sujeição social demanda a continuidade performativa do assujeitamento, que, sob o marco do performativo, opera através de repetições compulsórias e da coerção ao apego à subordinação, sobretudo à cis-heteronormatividade. Como disparadora do princípio da individuação, a sujeição social coloca em funcionamento as operações de individuação, por meio das quais se produz uma realidade pré-individual, em que se agenciam elementos infrapessoais e infrassociais que não apenas dessubjetivam e fragmentam os sujeitos, como os convertem em sujeitos-individuados, isto é, engrenagens da servidão maquínica para o capitalismo avançado. Tal e como a sujeição social, o princípio de individuação demanda o que compreende-se como uma sorte de continuidade individuante, isto é, o devir indivíduo, que é capturado pela servidão maquínico-prostético-semiótica enquanto agenciamento do potencial de agir e existir dos sujeitos-individuados em função da total exploração capitalística.

Como na epígrafe que abre este capítulo, ao afirmar que simultaneamente somos efeito do regime de poder farmacopornográfico e o potencial para o seu fracasso (2018a, p. 129), Preciado converge uma vez mais com a teoria butleriana, reiterando que apesar da subordinação do assujeitamento, da servidão maquínico-prostético-semiótica, o sujeito, o gênero e o indivíduo são resultados de processos, do conjunto de estratégias de naturalização, desnaturalização e renaturalização, assim como de identificação e desidentificação, o que representa a possibilidade mesma de desmantelá-los. Em outras palavras, a sujeição social e a servidão maquínica não deixam de ocorrer segundo a performatividade, de modo que precisam constantemente ocultar os indícios, as pontas soltas que escancaram a artificialidade e a necessidade de repetição para a sustentação do domínio, isto é, mascarar a possibilidade de subversão do regime de produção e exploração de *potentia gaudendi*. De modo que, a maneira mais efetiva que há para romper com a subordinação, o apego e a servidão maquínica é a partir do interior de suas próprias normativas, a partir de práticas de subversão e ressignificação, aproveitando as fissuras da matriz de inteligibilidade para virá-la contra si mesma. É a possibilidade de insurgirem metamorfoses inesperadas e alianças comunitárias de resistência.

Como efeitos do regime de poder farmacopornográfico, operamos sob o *modus operandi* da servidão maquínico-prostético-semiótica, de regulação e total exploração. No entanto, como insurgências inesperadas, sujeitos-individuados em metamorfose – o potencial de fracasso do regime de poder farmacopornográfico –, delineia-se um novo *modus operandi* como possibilidade de subversão; como uma ferramenta de *transformação potencial da ontologia endócrina*, como sugere Preciado (2018a, p. 151). Ao falar em ontologia endócrina, Preciado causa uma abertura conceitual que pode auxiliar a reconfigurar o que ainda compreendemos como ontologia e política, isto é, aqueles fantasmas dos quais ainda

trabalhamos para desmontar e decompor. Compreende-se que para Preciado, esta ontologia endócrina emerge de um campo molecular de possibilidades que se baseia no *Mit-sein*, em um ser-com, como uma ontopolítica tecnossemiótica que pode levar à reapropriação das tecnologias, técnicas e mecanismos que operam a sujeição social e a servidão maquínica. Com isso, portanto, promover uma inversão do funcionamento da servidão, em que ao invés de peças ou engrenagens do capital, os sujeitos-individuados são convertidos em singularidades, tão monstruosas quanto viáveis (2018a, p. 413), ou seja, que recusem a subordinação e ativamente atuem *contra* o regime farmacopornográfico, abrindo linhas de fuga de dentro para fora, ressoando assim a própria revolução molecular.

Para Preciado (2018a, p. 153), a revolução molecular é o meio pelo qual se é possível contaminar as bases moleculares de produção da diferença, inclusive da diferença sexual, de modo a criar novas ficções políticas e, com elas, novos efeitos somáticos por meio das técnicas e tecnologias de subjetivação, performatividade e produção da carne dos corpos. “Trata-se de uma intervenção intencional neste processo de produção a fim de acabar com as formas viáveis de incorporação de gênero, de produzir uma nova plataforma sexual e afetiva” a partir dos “devires entre multiplicidades”. No entanto, é preciso estar inserido na matriz de inteligibilidade da era farmacopornográfica para utilizar de suas próprias ferramentas em função da contaminação. É preciso utilizar todo o alcance de suas subjetividades politoxicomaniacas, de seu domínio maquínico, de sua autoridade material de miniaturização, conjuntamente com suas plataformas globalizantes para subvertê-las integralmente:

Hume e Spinoza compreenderam esse processo de produção do sujeito molecular antes que a neurociência o identificasse. A testosterona modifica meu corpo, mas sua capacidade de fazer de mim um homem, no sentido farmacopornográfico do termo, depende de um contexto social, de um contrato legal, de acordos médicos e da minha aceitação voluntária de todos estes marcos institucionais (PRECIADO, 2015a, p. 264, tradução nossa).

Podemos então questionar: como é possível contraproduzir a farmacopornografia? Como modificar a infraestrutura de *feitura* dos sujeitos? Como romper com a lógica capitalístico-neoliberal da servidão maquínica? Como atravessar por entre-matrizes para reconquistar os códigos tecnossemióticos de atribuição de inteligibilidade, privilégios e abjeções? Pode-se afirmar que, ao conjecturar a farmacopornografia, Preciado reservava, desde o início, linhas de fuga para a extrema dominação e exploração a qual estamos todas (os) submetidas (os). Nosso autor questiona-se: “e se o subalterno fosse também uma possibilidade sempre já contida em nosso próprio processo de subjetivação? [...] e se perder a própria voz, como índice ontoteológico da soberania do sujeito, fosse a primeira condição para deixar falar

o subalterno?” (PRECIADO, 2019a, p. 172). Ao se demandar refúgio político entre-matrizes, seja como dissidentes sexo-gênero, apátridas, migrantes, refugiados, corpos soropositivos, corpos com diversidade funcional e cognitiva, os sujeitos subalternizados são levados a assimilar-se às convenções administrativas dos Estados-nações para obterem reconhecimento. Citando Althusser, Preciado continua em sua reflexão, afirmando que estes sujeitos encontram-se em uma situação que é paradoxal, “de pedir para serem reconhecidos como sujeitos pelos mesmos aparatos ideológicos do Estado que os excluem”. Somente por meio destas convenções, isto é, da sujeição social e da servidão maquínica, ao aceitar a submissão em troca de reconhecimento, é que, a partir daí, hoje, é possível inventar novas formas livres de produção de “sujeitos não-assujeitados” (PRECIADO, 2019a, p. 220).

Os trens da história que se aproximam são as lutas dos diferentes sujeitos políticos subalternos que desorganizam a hegemonia branca masculina, que atacam a figura do livre-consumidor. A potência transformadora dessas lutas em cooperação não pode ser apreendida pela lógica dos partidos nem reduzida a alguns assentos. Eles não nos representam. Transfeminismos, políticas de descolonização, antiprodutivismos: a transformação política só pode vir de um duplo processo de insurreição e imaginação. De desobediência civil e de abalo da percepção. De destituição e de criação instituinte. De revolução e de tecnoxamanismo (PRECIADO, 2019a, p. 260).

Como veremos a seguir, em suas primeiras publicações, sobretudo em artigos e crônicas, mas também estando presente em seus livros, Preciado trama uma contraprodução que se propõe suficiente para implodir por completo a dominação do regime de poder farmacopornográfico. Com isso, afirma que as políticas de identidade são instrumentos hiperbólicos, que devem ser utilizados como um meio pelo qual os sujeitos que tiveram suas existências políticas negadas possam se afirmar, tornarem-se visíveis, inteligíveis. “Só entendo as políticas de identidade como antessala de um processo de desidentificação que questione o Estado-nação como único sujeito político” (PRECIADO, 2019a, p. 292), pois, “a subjetividade e a sociedade são constituídas de uma multiplicidade de forças heterogêneas, irreduzíveis a uma única identidade, a uma única língua, a uma única cultura, a um único nome” (PRECIADO, 2019a, p. 33).

### 3.4 MICROPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA

Em *Multidões Queer* (2011), Preciado afirma que é necessário se reapropriar das sexopolíticas como uma estratégia de resistência, para recapturar as formas de subjetivação. A partir disso, a sexopolítica se tornaria um lugar de poder e um espaço de subversão individual e coletiva. Um “monstro sexual”, micropolítico, constituído pelas dissidências não-

hegemônicas e *condição de possibilidade de formação do sujeito político contemporâneo*. “A força política de movimentos como *Act Up*<sup>42</sup>, *Lesbian Avengers* ou *Radical Fairies* vem de sua capacidade para investir nas posições de sujeitos ‘abjetos’”, diz Preciado (2011, p. 15), o que desestabiliza todo o sistema de produção de sentido e atribuição de inteligibilidade do regime farmacopornográfico, cis-heteropatriarcal, branco e colonialista do Império Sexual. Constatção que levou Preciado a afirmar que a história dos movimentos político-sexuais que insurgem do Império Sexual é a história mesma do que chama de “um exercício total de enunciação”, isto é, as condições de inversão total da força performativa regulatória e da exploração capitalística (2011, p. 17).

Em *Saberes\_Vampiros@War* e a partir das críticas às epistemologias tradicionais do Ocidente realizadas por Donna Haraway, Preciado afirma que estamos em um estado de *micro\_war\_total* pelo domínio da produção dos códigos tecnossemióticos de gênero, mas não apenas, pois considera também a extensão biopolítica de dominação e controle, tanto macro quanto micropolítico, da subjetividade humana e não-humana. Ao considerar os conhecimentos situados<sup>43</sup> como ferramentas de resistência, diz que “fazer um verdadeiro mapeamento do conhecimento situado, um mapa completo dos vetores críticos do conhecimento e das línguas dominantes, significaria poder sair do jogo, assistir à web como é observado um satélite” (PRECIADO, 2006, s.p., tradução nossa). Levando em consideração as teorias de Gayatri Spivak, Bruno Latour, Peter Sloterdijk, entre outras (os), Preciado aborda os saberes dissidentes e o conhecimento situado com o intuito de articular comentários críticos ao construtivismo e à subalternidade dos “anormais”, não apenas para investigar os modos de dominação ao qual somos submetidos, mas, principalmente, para viabilizar uma radical ruptura com a lógica capitalista e neoliberal de captura e produção de saberes. Com isso, postula quatro deslocamentos fundamentais:

No primeiro deslocamento, acerca “das teorias e movimentos anticoloniais rumo a uma crítica pós-colonial”, Preciado faz uso da esferologia de Peter Sloterdijk para reafirmar a transição entre as “filosofias do tempo” e as “filosofias do espaço”. Com isso, a carga metafísica e determinista da ontologia é esvaziada das qualidades essenciais ou substanciais, abrindo espaço para a pluralização e os descentramentos epístemo-políticos dos saberes dissidentes

---

<sup>42</sup> *ACT UP - AIDS Coalition to Unleash Power*, significa “Coalizão da AIDS para liberar o poder” e é um grupo internacional de mobilização da luta contra a AIDS. Cf. *Your HIV-positive sperm, my trans-dyke uterus: Anti/futurity and the politics of bareback sex between Guillaume Dustan and Beatriz Preciado*, de Elliot Evans (2015).

<sup>43</sup> Os conhecimentos situados são, considerando a obra de Donna Haraway e segundo Oliveira e Amâncio (2006, p. 601), “a proposta epistemológica de localização e consideração da contextualidade do conhecimento, no quadro de sua produção”.

produzirem enunciados científicos. Como visto no início do capítulo (nota de rodapé 32), o adjetivo *glo(c)al* é utilizado por Preciado neste artigo para indicar um descentramento geopolítico, que acompanha o onto-epístemo-político, e se refere aos fluxos globais e locais de produção das subjetividades. Do mesmo modo que o regime de dominação farmacopornográfica se pretende global e local, miniaturizado, deverão ser as práticas de resistência à dominação e subversão das normatividades. Como práticas cotidianas, locais, que se interconectam com as redes e múltiplas frentes ativas de resistência, materializando um novo conjunto de modos de subjetivação e ação política. Com isso, novos mundos e formas de vida, que não são completamente exteriores uns aos outros – “Leibniz se deixa morder o pescoço por Spinoza, o vampiro” (PRECIADO, 2006, s.p.) –, adquirem inteligibilidade e densidade ontológica, epistemológica e política a partir da produção de saberes decoloniais e não-hegemônicos, tornando-se uma alternativa viável às onto-epístemo-políticas que produzem a subalternidade. Este é um processo tectônico, por meio do qual surge uma nova topologia do sujeito, do indivíduo e da ação política: os “saberes\_vampiros” são insurgências, tecnologias de uma revolução onto-epístemo-política que já está em curso.

No segundo deslocamento, acerca “do feminismo hegemônico heterocolonial rumo a uma crítica da construção transversal da raça, do sexo, do gênero e da sexualidade”, Preciado destaca que este mesmo *tempo*, qual seja, o presente, está marcado também por uma crítica a algumas vertentes feministas como uma denúncia às suas margens e limitações, conjuntamente com o deslocamento que se registra sob o termo “pós-feminismo”. O que leva a uma variação do lugar de emancipação de um sujeito universal, a “Mulher”, rumo a uma multiplicidade de sujeitidades e identidades situadas. Para Preciado, “este sujeito excêntrico e desnaturalizado do feminismo é o ciborgue de Haraway”, de modo que a ciborgologia seria uma operação de deslocamento dos eixos “igualdade/diferença”, “justiça/reconhecimento”, “essencialismo/construtivismo”, rumo a uma produção que Preciado chamou de “transversal” das diferenças e antagonismos. Nesse contexto, categorias como raça, classe, sexo, gênero, nacionalidade, entre outras, são parte de uma complexa malha discursiva e os deslocamentos aos quais estas categorias são submetidas têm o intuito de inventar políticas relacionais, interseccionais, que desafiem e tensionem os espaços de opressão, as fronteiras, intelectos, de tal modo que “deslegitimem a pureza, a teleologia e a unidimensionalidade dos saberes produzidos pelas representações da modernidade sexo-colonial” (PRECIADO, 2006, s.p., tradução nossa).

No terceiro deslocamento, acerca “das políticas das identidades rumo às políticas pós-identitárias”, Preciado recorre à figura da testemunha modesta (*modest witness*), conceito

desenvolvido por Donna Haraway (2004, p. 13) e que é uma alusão ao “homem cujas narrativas puderam ser aceitas como espelhos da realidade”. Para Preciado (2006, s.p.), o conhecimento situado se opõe à figura da testemunha modesta (que é esta garantia, viril e colonial, da objetividade científica moderna) e produz arrançados (*scratchings*) ou ruídos destoantes, isto é, os saberes\_vampiros. Esta é uma crítica que surge de modo a alertar que os saberes subjugados podem, facilmente, ser convertidos ou agenciados como forças de normalização, como ferramentas de assujeitamento e servidão maquínica. Estas são forças que tendem a elaborar discursos e saberes baseados na lógica de “estudos-vítimas”, a produzir naturalizações de opressões, a fabricar um sujeito fundador ou ordenador e a inventar exteriores constitutivos “como condição para a ação política” (PRECIADO, 2006, s.p.).

Ainda fazendo uso da teoria de Sloterdijk, Preciado afirma que as epistemologias contra-hegemônicas se tensionam em torno de dois sujeitos impossíveis: de um lado, um “sujeito esférico” da história oposicional e, por outro, um sujeito explorado, que resulta de uma “acumulação estadística das diferenças multiculturais com seus saberes bem-informados” (2006, s.p., tradução nossa). Baseando-se nesses dois modelos, ao menos neste artigo, Preciado alerta para o agenciamento das subjetividades e identidades enquanto *commodities*, de modo que uma das linhas de fuga seria a desidentificação e as políticas não identitárias. Para o autor, há uma “impossibilidade constitutiva de totalizar a crítica” e é necessário manter a fragmentação da enunciação das posições de sujeitos não-hegemônicos, valorizando alianças locais como resposta à atual emergência onto-epístemo-política global, que exige um movimento de reapropriação ainda mais vertiginoso, capaz de elevar em potencialidade os deslocamentos gerados pelos saberes\_vampiros e as disputas de gênero, sexos e sexualidades.

Com isso, Preciado associa o sujeito do saber situado à figura do vampiro, mas não o sujeito em seu sentido metafísico ou político e sim no sentido da multiplicidade, como um constante processo de vir-à-ser, pois “é preciso morder ou ser mordido para saber. Experimentar é testemunhar sua própria mutação. Assumir o risco da alquimia” (PRECIADO, 2006, s.p., tradução nossa). Provavelmente sendo essa afirmação já resultado de sua autoaplicação de testosterona (que começou em 2005), mas também um dos indicativos de um conceito que é apresentado em *Testo Junkie*, o princípio do autocobaia e seus protocolos de intoxicação voluntária, como veremos a seguir. E esse também é o tratamento dado por Preciado à “testemunha modesta” de Haraway: com estes deslocamentos, com os saberes situados, saberes\_vampiros, testemunhar se torna o ato de “colocar-se publicamente responsável de, e fisicamente vulnerável a, suas próprias visões e representações” (PRECIADO, 2006, s.p., tradução nossa).

No quarto deslocamento, acerca “das políticas dos corpos rumo às ciborgologias desnaturalizadas”, Preciado esclarece que, enfim, o conhecimento situado é, no contexto aplicado por Donna Haraway, relativo à objetividade científica e ao corpo pós-orgânico<sup>44</sup>. Não a um corpo pré-determinado como na ciência clássica e sim um corpo tecnobiopolítico, atribuído de subjetividades prostéticas e que já incorporou a tecnologia. Para Preciado (2006, s.p.), “o sujeito do conhecimento situado é uma interface corpo-tecnologia”, pois vivemos hoje de acordo com um diferente exercício do biopoder, ampliado para incluir corpos tecno-vivos, crias de uma sociedade que deixou de ser industrial, fordista e taylorista, para ser uma sociedade ordenada por um sistema capitalista radical e polimorfo, tecnológico, que valoriza largamente a web 3.0 e o processamento de informações, em que a produção se dá em torno da miniaturização das subjetividades, dos objetos de consumo e da comunicação. Com isso, Preciado reafirma o uso da figura do ciborgue, de Haraway, para ilustrar a feitura material do corpo pós-orgânico, a incorporação prostética, “a automatização do trabalho, a sexualização da máquina, a computadorização da guerra e a digitalização da informação” (PRECIADO, 2006, s.p.).

Ainda em relação ao quarto deslocamento, Preciado aponta algumas de suas principais influências teórico-práticas ao formular as micropolíticas de resistência e subversão do regime de poder farmacopornográfico: “os movimentos pós-feministas, *Black*, gays, lésbicos, mas também grupos tais como *Act Up*, *PONY*, ou inclusive os movimentos dos *intermittents*, o pós-pornô, o movimento *cripple*, precários à deriva, *sexshocks*, etc.” (PRECIADO, 2006, s.p.). Entendidos pelo autor como multidões que insurgem contra os processos de capitalização da vida, de ação política orientada pela diferença, por alianças descontínuas e não consensuais, por meio das “redes de posicionamentos diferenciais” (de Chela Sandoval) e dos quiasmas em que

---

<sup>44</sup> Em *Saberes\_Vampiros@War* (2006, s.p.), Preciado afirma compreender o “pós-orgânico” como um conceito que surge dos interstícios entre as clássicas oposições da contemporaneidade, tais como como animal e humano, mecânico e orgânico, branco e negro, masculino e feminino, hétero e homo, bio e trans. Já para Paula Sibilia, ensaísta e pesquisadora argentina, autora de *El hombre postorgánico* (2005), o pós-orgânico se caracteriza por sua plasticidade, isto é, plástico, modelável, inacabado, versátil, e de que historicamente pôde se configurar e reconfigurar das mais criativas maneiras, em quase todos os âmbitos. O corpo pós-orgânico reafirma a hibridização entre matéria orgânica e tecnológica. Como resultado do avanço do capitalismo, Sibilia compreende que talvez tenhamos tropeçado em nossos próprios limites e, com o advento da tecnociência, como inovação da ciência clássica descritiva, finalmente tenhamos a instrumentalidade e o poder para construir vidas, corpos e mundos. Na nova era do capitalismo avançado, ocorre uma metabolização das forças vitais com uma voracidade inaudita, muito diferente das minuciosas técnicas modernas que construíram uma ortopedia social em vista de converter indivíduos em trabalhadores a serviço do capitalismo industrial. Na sociedade pós-industrial, então, “os *modos de ser* constituem mercadorias muito especiais, que são adquiridas e de imediato descartadas pelos diversos *targets* aos quais se dirigem, alimentando uma espiral de consumo em aceleração constante. Assim, a ilusão de uma identidade fixa e estável, tão relevante na sociedade moderna e industrial, vai cedendo terreno aos “kits de perfis padronizados” ou “identidades *prêt-à-porter*” (2005, p. 33, itálico da autora), conceitos que empresta de Suely Rolnik (1997). Portanto, ao falar de “corpo pós-orgânico”, “ciborgue”, “corpo farmacopornográfico”, fala-se de um mesmo fenômeno e de um mesmo campo fenomênico do presente.

se inter cruzam as teatralizações do espaço político (políticas performativas). “Se trata de um spinozismo de micro paixões políticas: um laboratório em que um novo tipo de especialistas *anormais* ensaia coletivamente outras formas de vida” (PRECIADO, 2006, s.p., tradução nossa). Este é um posicionamento que se mantém em *Testo Junkie*, sobretudo acerca das micropolíticas de gênero. Enquanto “ativistas antifarmacopornográficos”, diz Preciado, sobretudo acerca do *Act Up*, a luta contra a AIDS conciliou multidões contra o que chama de “dispositivos geopolíticos e culturais de produção da AIDS”. Pode-se afirmar que foram estes *corpos em aliança* e suas *políticas das ruas*<sup>45</sup> que deram início à resistência aos dispositivos de subjetivação que os produziam enquanto *abjetos, anormais e subalternos*. Segundo Preciado (2018a, pp. 355-356), enquanto as (os) teóricas (os) queer cogitavam a performatividade de gênero e, enquanto as (os) ativistas queer resistiam ao assimilacionismo com o Estado, aos efeitos colaterais das políticas identitárias gays e lésbicas, foi o *Act Up* enquanto multidão em aliança e movimento que inaugurou as primeiras estratégias de desestabilização do neoliberalismo. A luta contra a AIDS, então, se tornou também uma luta holística antifarmacopornográfica, incluindo os dispositivos e “modelos biomédicos, campanhas publicitárias, organizações governamentais e não governamentais de saúde, programas de sequência de genoma, indústrias farmacológicas, propriedade intelectual, biopatentes, marcas, definições de grupos de risco, ensaios e protocolos clínicos” que atribuem subalternidade.

Para Preciado (2009, p. 168, tradução nossa), o corpo queer “é aquele que se constitui como sujeito que resiste e contesta a esse processo de normalização”, mas não deve ser entendido como prática ou identidade sexual. No lugar, deve ser compreendido como “um espaço de empoderamento e mobilização revolucionária”. Caso contrário, alerta (2018a, pp. 359-360), “estamos correndo o risco de transformar o termo em uma descrição de uma identidade do mercado neoliberal”, mas, enquanto mobilização revolucionária, assim o é como reação ao processo de capitalização das identidades e dissidências, que nos “estão pedindo para prestarmos atenção à materialidade do corpo, à gestão de sua vulnerabilidade e à construção cultural de possibilidade de sobrevivência dentro dos processos de subjugação e organização política”. A partir da nova gramática de gênero e das novas organizações políticas que Preciado identifica nesta “multidão”, tanto em *Testo Junkie* (2018a, p. 246) quanto em *¿La muerte de la Clínica?* (2015b), o autor compreende que no presente já se desencadeou algo como uma revolução *contrafarmacopornográfica*:

---

<sup>45</sup> Cf. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*, de Judith Butler (2018).

Do meu ponto de vista, um dos exemplos mais paradigmáticos de um agenciamento *contrafarmacopornográfico* é o que vai acontecer nos grupos de supostos enfermos de AIDS que vão formar um conjunto de coalizões ativistas que no início dos anos 80 se chamarão *Act Up*, mas não apenas o *Act Up*, haverá muitos grupos ativistas diferentes. Vejam, irá iniciar o que poderíamos realmente chamar de uma virada epistemológica que irá marcar os modos de fazer micropolítica no século XXI. Porque o que irá ocorrer é que os enfermos de AIDS, no sentido clínico do termo, recusam a posição de enfermos e reclamam ser considerados como usuários do sistema de saúde, especialistas no processo de tomada de decisões, pedem para intervir na produção de conhecimento científico, e desafiam o funcionamento dos ensaios clínicos. E, do meu ponto de vista, os ativistas da AIDS são os primeiros que estão entendendo que o aparato de verificação que produz o normal e o patológico em relação à AIDS está se deslocando da clínica para o mercado farmacológico. Pois o primeiro lugar para onde vão realmente, ou para onde vão atacar de forma virulenta são precisamente as empresas farmacêuticas. Quer dizer, vão se concentrar em dois lugares: a crítica da representação da AIDS nos meios de comunicação. Um dos lugares em que se está produzindo a AIDS como aparato de verificação são os meios de comunicação, e o segundo lugar: a indústria farmacológica e o modo em que a indústria farmacológica, de maneira específica, está administrando as patentes. Do meu ponto de vista, essa é uma das linhas profundas de resistência contemporânea, todo um movimento que internacionalmente será conhecido como *treatment activism* – ativismo de tratamentos. Um movimento que demanda a produção de genéricos, um movimento que se descreve a si mesmo como *medication for all nations*, fármacos para todas as nações, que trafica, que propõe o tráfico de medicamentos, o tráfico de patentes, isto é: aí está, creio que podemos começar a identificar um conjunto de técnicas de resistência, de técnicas de subjetivação dissidentes que já não são mais exatamente as que tinham a ver com a crítica da clínica do século XIX (PRECIADO, 2015b, pp. 28-29, tradução e itálicos nossos).

Como visto no terceiro deslocamento proposto por Preciado em *Saberes\_Vampiros@War*, é a partir dos seus comentários sobre as práticas contrafarmacopornográficas, bem como a partir da influência de Sloterdijk, que Preciado propõe em *Testo Junkie* o “princípio da autocobaia” como uma alternativa prática de transformação dos conhecimentos dissidentes em uma experimentação coletiva, com efeitos significantes nos modos de vida e formas de convivência:

**seu corpo, o corpo da *multidão***, e as redes farmacopornográficas que o constituem são laboratórios políticos, ambos efeitos de processos de sujeição e controle de espaços possíveis de agenciamento político e de resistência crítica à normatização. Advogo aqui por um conjunto de políticas de experimentação corporal e de semiótico-tecnológicas que (frente ao princípio de representação política que domina nossa vida social e está na base dos movimentos políticos de massa tanto totalitários como democráticos) serão reguladas por um princípio ao qual chamarei – seguindo as intuições de Peter Sloterdijk – de “princípio da autocobaia” (PRECIADO, 2018a, p. 366, itálico do autor, negrito nosso).

Em outras palavras, Preciado está propondo a invenção de práticas de percepção e autoexperimentação de ficções onto-epístemo-políticas. O que significa converter-se em plataforma de si, de sua própria percepção e autoexperimentação, de modo a potencializar os fluxos de devir, constituindo-se enquanto sujeito político a partir do seu “laboratório” pessoal. Neste caso, como tecnologias de contraprodução, tal como a *contrassexualidade*, o princípio

da autocobaia convida a um colocar-se no mundo contra o conservadorismo e a doutrinação moral, contra o assimilacionismo e o apagamento glo(c)al de identidades ou a exploração das mesmas, o que incidiu e ainda incide sobre as políticas identitárias feministas e transfeministas, lésbicas, transgênero, travestis, transexuais, bissexuais e gays. A partir do princípio da autocobaia e das práticas de *autointoxicação voluntária*, Preciado afirma (2018a, p. 381) que é possível a cada uma (um) desenvolver intencionalmente as suas micropolíticas de subversão e resistência para, no âmbito coletivo, compor frentes de desmantelamento do antigo sistema e de invenção das novas subjetividades:

Para transformar as estruturas convencionais da “inteligibilidade cultural” dos corpos humanos, é necessário evoluir para práticas de autointoxicação voluntária. [...] Entretanto, a autoexperimentação romântica corre o risco de conceber este projeto como uma tarefa individual e despolitizada. Por outro lado, dois dos discursos em torno dos quais se desenvolverá a crítica da subjetividade moderna europeia – os de Sigmund Freud e os de Walter Benjamin – começam sob a forma da invenção de novas técnicas do eu e de registro de práticas de intoxicação voluntária. Mas o discurso dominante de institucionalização levados a cabo tanto pela psicanálise quanto pela Escola de Frankfurt serão acompanhados, lado a lado, pela patologização da intoxicação e pela industrialização química da experimentação (PRECIADO, 2018a, pp. 368-369).

Para efetivamente:

testar sobre nossos próprios corpos, como plataformas biopolíticas, os efeitos farmacopornopolíticos dos assim chamados hormônios sexuais sintéticos, com o objetivo de criar e demarcar novas estruturas de inteligibilidade cultural para os sujeitos sexuais e de gênero. [...] Parece anacrônico falar em práticas de representação política sem passar por experimentos performativos e biotecnológicos da subjetividade sexual e de gênero. Temos de recuperar o direito de participar na construção de ficções biopolíticas. [...] Temos de arrancar os biocódigos das mãos particulares, dos tecnocratas e do complexo farmacopornô. Esse processo de resistência e redistribuição poderia ser chamado de **comunismo tecnossomático** (PRECIADO, 2018a, p. 370, negrito nosso).

Aliada às práticas de autointoxicação voluntária, Preciado afirma em *Testo Junkie* que as práticas que provoquem suspeitas são estratégicas para expor a artificialidade de gênero, principalmente para atingir estados de desidentificação. Inspirado em Teresa de Lauretis e em José Muñoz, Preciado relata (2018a, p. 384) que, a partir de oficinas *drag king*, pode ter uma importante experiência de desidentificação e contraprodução da fixidez dos códigos de gênero. Com o que denominou *dispositivo drag king*, Preciado propõe que a experiência coletiva da performatividade, como ocorre em oficinas *drag queen* ou *drag king*, tem o potencial de expor a dimensão artificial, materializada e arbitrária dos gêneros. Neste caso, o princípio da autocobaia e o dispositivo *drag king* atuam como laboratórios onto-epístemo-políticos. De um lado, promovendo a experiencição da artificialidade do gênero em um âmbito individual, e, de

outro, promovendo a experiencição em um âmbito coletivo, ambos com o intuito de disrupção, reprogramação de gênero e invenção de novos códigos de gênero, que tenham a amplitude ontológica e possam atribuir inteligibilidade às sujeitidades dissidentes, caracterizando-se ao mesmo tempo como saberes situados com densidade científica e também como uma nova cultura de resistência à normatização. Efetivamente, como micropolíticas de insurgência contrafarmacopornográfica em espaço público:

Uma vez que o vírus *drag king* foi ativado em cada participante, a hermenêutica da suspeita de gênero vai além da oficina e se espalha pelo resto da vida diária causando modificações nas interações sociais. O saber *drag king* não é a consciência de estar imitando a masculinidade em meio a corpos anônimos de homens e mulheres, de pessoas, de negócios e carteiros, de mães que empurram carrinhos de bebê, de jovens que chutam latas de lixo; antes disso, ele reside no fato de perceber os outros – todos os outros, incluindo a si mesmo – pela primeira vez como bioficções mais ou menos realistas de gêneros performativos e normas sexuais decodificáveis como masculinas ou femininas (PRECIADO, 2018a, pp. 390-391, itálicos do autor).

Outro exemplo paradigmático da revolução molecular colocada em curso pela convergência entre o princípio da autocobaia e o dispositivo *drag king* é desenvolvido por Preciado em dois momentos. Primeiro, em *Biopolítica del género* (2008) e, depois, em *Testo Junkie* (2018a). No primeiro caso, um artigo, Preciado se dedica a analisar o caso de uma jovem, cujo nome fictício atribuído é Agnes, que em outubro de 1958 apresenta-se ao Departamento de Psiquiatria da Universidade de Califórnia, em Los Angeles, e é recebida por Robert Stoller, Harold Garfinkel e Alexander Rosen<sup>46</sup>. Um psiquiatra, um sociólogo e um psicólogo que à época estavam investigando “a intersexualidade” e a “disforia de gênero”. Após uma série de protocolos, que incluem exames, análises endocrinológicas, hormonais e entrevistas, Agnes é diagnosticada como um caso de “hermafroditismo verdadeiro”, ou, “síndrome da insensibilização androgênica” (PRECIADO, 2008, p. 2, tradução nossa). Com isso, seu corpo não responde a andrógenos e produz uma quantidade elevada de estrogênios.

Tanto em *Biopolítica del género* quanto em *Testo Junkie*, Preciado considera Agnes como uma proficiente bioterrorista contrafarmacopornográfica, pois, ao analisar os relatos médicos-legais, identifica que Agnes faz uso de uma estratégia precisa para infiltrar-se na ordem farmacopornográfica de atribuição de inteligibilidade ontopolítica. Ao apresentar-se voluntariamente e ser diagnosticada, automaticamente ganha acesso aos protocolos de tratamentos para pessoas intersexuais, que preveem a correção da coerência entre corpo, sexo, gênero, desejo e sexualidade. Em outras palavras, Agnes foi submetida a técnicas hormonais,

---

<sup>46</sup> Cf. *Passing and the Maintenance of Sexual Identification in an Intersexed Patient*, de Stoller, Garfinkel e Rosen (1960).

cirúrgicas e jurídicas para corrigir a coerência entre a sua “identidade hormonal” e a sua “identidade física”. Assim, pôde mudar de nome e obter legalmente novos documentos, fazendo com que “os mecanismos de controle do corpo e da sexualidade das instituições médico-legais disciplinadoras do regime farmacopornográfico” se desdobrassem sobre o seu corpo, inscrevendo novas ficções, com máxima eficácia (PRECIADO, 2018a, p. 399).

Para fazer valer a sua linha argumentativa, tanto em *Biopolítica del género*, quanto em *Testo Junkie*, Preciado faz uma comparação entre os relatórios “oficiais”, médico-legais-jurídicos, do caso de Herculine Barbin, largamente debatidos por Michel Foucault<sup>47</sup>, e o caso de Agnes, que nos chega a todas (os), primeiro, por meio de Stoller, Garfinkel e Rosen e, depois, pelo próprio Preciado:

Herculine existe em um vazio entre dois quadros de representação do sexo, como se seu corpo tivesse caído na brecha que separa duas ficções divergentes do eu. Herculine não é um homem preso no corpo de uma mulher, tampouco uma mulher presa no corpo de um homem, e, sim, muito mais um corpo preso entre discursos discordantes de sexualidade. Enquanto, segundo Foucault, os hermafroditas anteriores ao final do século XIX habitam em um mundo sem identidades sexuais, onde a ambiguidade dos órgãos permite uma pluralidade de identificações sociais (como no caso de Marie Madeleine Lefort, que viveu no século XIX e a que poderíamos tanto entender como uma mulher com barba e pênis quanto como um homem com seios), a nova episteme moderna da sexualidade obrigará Herculine Barbin a escolher uma única identidade sexual e, portanto, a restabelecer a coerência entre os órgãos, a expressão social do sexo (masculino ou feminino – o termo gênero ainda não existe) e uma identidade sexual (heterossexual ou pervertida). Em última instância, nesta cadeia causal da produção de sexo, Herculine Barbin se torna a fonte de uma série de descontinuidades intransponíveis que a/o levarão a se transformar não só em um espetáculo médico como também em uma monstruosidade moral (PRECIADO, 2018a, pp. 400-401).

Em sua comparação, Preciado afirma que o limbo em que se encontra Herculine é o responsável pela fatalidade de sua morte por suicídio. Em *Biopolítica del género*, chega a argumentar que a razão de seu ocaso foi a não-coletivização da enunciação do seu próprio discurso sobre a sexualidade. “Herculine fala uma língua menor [dissidente] que nesse momento não é compreendida” (PRECIADO, 2008, p. 10, tradução nossa).

O corpo de Agnes não é nem a matéria passiva sobre a qual age uma série de mecanismos biopolíticos de normatização, nem o efeito performativo de uma série de discursos sobre a identidade. O corpo de Agnes, verdadeiro colosso sexual de *autodesign*, é o resultado da reapropriação, do uso e do agenciamento coletivo de certas tecnologias de gênero com o objetivo de produzir novas formas de subjetivação (PRECIADO, 2018a, p. 405, itálicos do autor).

Como *tecnocordeiro*, Agnes coletiviza-se e com isso é eleita por Preciado como símbolo de revolução. “Enquanto eles dizem identidade, nós dizemos multidão, nós dizemos

---

<sup>47</sup> Cf. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*, de Foucault (1983).

revolução”<sup>48</sup>. Esta afirmação é facilmente correlacionada a Agnes tanto quanto a Preciado. De fato, a estratégia de autocoletivização proposta por Preciado como uma das ferramentas de deslocamento subversivo e emancipação retorna a si como um *efeito bumerangue*<sup>49</sup>, devido a suas afirmações acerca de Herculine e Agnes, principalmente por ser, por vezes, difícil distinguir quem fala por quem, Agnes por Preciado ou Preciado por Agnes<sup>50</sup>.

Em ambos os textos, *Biopolítica del género* e *Testo Junkie*, Preciado defende que, diferentemente de Herculine, Agnes sobrevive por coletivizar a sua própria narrativa, alternativa à médico-legal-jurídica, em que fala de si e do próprio processo de transformação do sexo-gênero, desafiando e ridicularizando as técnicas, protocolos e convenções médicas, psicológicas, psiquiátricas e sociais de sua época. Portanto, para Preciado, Agnes (de *agnus*, i.e., cordeiro, em latim)<sup>51</sup> é *biodrag* e torna-se *o tecnocordeiro que devora aos lobos farmacopornográficos* (PRECIADO, 2008, p. 4 e 2018a, pp. 401-405). Com esse cenário estabelecido, no capítulo a seguir retornaremos ao conceito de multidão, que tem permeado os escritos de Preciado e é mobilizado como uma nova abertura constitutiva, ontopolítica para a definição de sujeito, tanto de seus estratos ontológicos, epistemológicos, subjetivos e culturais, quanto de sua ação subversiva, revolucionária e política. Faz-se, com isso, necessário esclarecer também que a invocação performativa realizada por Preciado dos casos de Herculine e especialmente de Agnes como símbolo da multidão é amplamente criticada, pouco positivamente, o que será abordado em detalhes, incluindo a arguição crítica de comentaristas e a interpretação resultante da presente dissertação.

---

<sup>48</sup> Cf. *Nous disons révolution*, de Preciado (2013b).

<sup>49</sup> Cf. *Cuerpos en escena. Materialidad y cuerpo sexuado en Judith Butler y Paul B. Preciado*, de Martin de Mauro Rucovsky (2016, p. 160).

<sup>50</sup> Cf. *Desfundamentos e pós-fundações. Revoluções conservadoras, tecnologias de apropriação e apagamento de corpos e subjetividades trans na obra de Preciado*, de Blas Radi (2015).

<sup>51</sup> Cf. *Testo Junkie*, de Preciado (2018a, p. 398).

#### 4 A METAMORFOSE DOS SUJEITOS

Como corpo – e esse é o único ponto interessante sobre ser um sujeito-corpo, um sistema tecnovivo –, sou a plataforma que torna possível a materialização da imaginação política.

– Paul B. Preciado,  
*Testo Junkie* (2018a).

As figuras de linguagem acerca da metamorfose são muitas e ao longo dos séculos ilustraram mitologias e reflexões filosóficas, havendo expoentes da filosofia clássica grega à filosofia contemporânea como, por exemplo, a teoria de Nietzsche e as três metamorfoses do espírito contra a servidão (in)voluntária, isto é, os velhos valores, o niilismo e a interrupção do devir<sup>52</sup>. Mas também é referência para as artes, a poesia, a música e a literatura, como na obra de Kafka e o devir-monstruoso de Gregor com a sua súbita transformação<sup>53</sup>; a partir da qual, inclusive, Gilles Deleuze e Félix Guattari dedicaram reflexões contra a hermenêutica do imaginário e a favor da Diferença e da metamorfose enquanto produção de novos sentidos ordenadores<sup>54</sup>. Estas são referências compartilhadas entre as (os) autoras (es) que vimos até aqui, aparecendo nas obras de Butler, Preciado, Hardt e Negri. O devir-mulher, devir-animal, devir-leão e o devir-criança, entre tantos outros devires-revolucionários são representações da metamorfose dos sujeitos e de suas posições de enunciação, isto é, da desestabilização e da deformação de um sistema já estratificado historicamente, carregado de padrões molares. São linhas de fuga criadoras, que não querem outra coisa que não a si mesmas, como afirmam Deleuze e Guattari (2017, posição Kindle 1.362). São micropolíticas das travessias e o *continuum* transformador, em que os próprios conceitos de ontologia, ordem, princípio e poder, causa e hierarquia, como afirma Negri, são esvaziados de suas significações, mudando em forma e em conteúdo<sup>55</sup>.

Segundo Preciado (2019a, p. 19), talvez a maior operação do poder de acordo com o antigo regime, cis-heteropatriarcal e colonial, seja primeiro dividir e, em seguida, afirmar. “O universo inteiro cortado em dois e somente em dois”: se trata de um paradigma epistemológico, mas nem por isso deixa de ter densidade ontológica e política. “Somos o humano ou o animal.

<sup>52</sup> Cf. *Assim falou Zaratustra*, de Nietzsche (1986).

<sup>53</sup> Cf. *A metamorfose*, de Franz Kafka (1997).

<sup>54</sup> Cf. *Kafka: por uma literatura menor*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2017).

<sup>55</sup> Cf. *El monstruo político. Vida desnuda y potencia*, de Antonio Negri (2007).

O homem ou a mulher. O vivo ou o morto. Somos o colonizador e o colonizado. O organismo ou a máquina”. O poder divide o mundo em dois e em uma cesura, divide também o sujeito, forçando-o a escolher e a afirmar uma identidade fixa, a valer-se da unificação em ordem de tornar-se inteligível em detrimento da pluralidade, isto é, a esquecer-se “da cicatriz que deixa o corte na multiplicidade do que poderíamos ter sido”. Sem esta operação de divisão não haveria as categorias que só existem nela e por meio dela, que forjam a alma, o corpo e a mente, as afecções e a razão, os desejos, as frustrações e as satisfações. Bem como toda ficção somática que é basilar para a sujeição em sua dupla acepção, sua continuidade performativo-prostética e a servidão maquínica, isto é, basilar para o imbuir de fixação identitária com efeito e indexação de verdade.

Não se pode deixar de notar que desde o princípio do sujeito, da operação de poder que inaugura o sujeito, há múltiplas travessias por entre os limites fronteirizos entre-matrizes. Entre o eu e o outro, o eu e o nós, entre o amigo e o inimigo, certo e errado, reconhecido ou abjeto, masculino ou feminino, homem ou mulher, cisgênero ou transgênero etc. O poder que divide o mundo e o sujeito, como disse Preciado, impõe um processo de individuação ao sujeito de tal modo que a escolha deve ser feita, mesmo inconscientemente, para que possa existir, obter reconhecimento social e legal como cidadão. No entanto, mesmo que nos digam o contrário e que o antigo regime se esforce para naturalizar o uno, é preciso lembrar que ser, é ser-travessia, é ser singularidade-multiplicidade-travessia, isto é, ser “o monstro que aprendeu a linguagem dos homens” (PRECIADO, 2019a, p. 24). Portanto, nesse contexto, a metamorfose representa também o devir-monstruoso, pois tudo aquilo que não é reconhecido pelo contratualismo do cis-heteropatriarcado é um pesadelo, uma monstruosidade aberrante ameaçadora, que fabrica máquinas revolucionárias multitudinárias. Contra esse sujeito do cis-heteropatriarcado, neocolonial, que “não se reúne nem se coletiviza” e “é radicalmente indivíduo” (PRECIADO, 2020a), “somos, em escala global, a civilização Gregor Samsa”, isto é, agentes de deslocamentos e mutações rumo a uma metamorfose planetária (PRECIADO, 2019a, p. 208).

Para a melhor compreensão do uso preciadiano do conceito de “monstro” e das “monstruosidades”, primeiro, vejamos como o conceito é pensado por Antonio Negri:

O monstro vaga pelos sonhos e pelo imaginário da loucura: é um pesadelo do “belo e bom”; só pode se dar como um destino catastrófico, motivado por catarse, ou como um evento divino. Assim, a racionalidade clássica domina o monstro para excluí-lo, porque a genealogia do monstro é totalmente externa à ontologia eugênica. A metafísica grega poderia prever a corrupção do processo causal do devir, seja ele natural e/ou ético, mas não poderia compreender, ou mesmo antecipar, a explosão do monstro como “outro” do regime causal do devir do ser (NEGRI, 2007, p. 95, tradução nossa).

Exemplificado a partir do trecho acima, presente em *El monstruo político. Vida desnuda y potencia* (2007), no pensamento negriano encontra-se uma certa dedicação em realizar uma genealogia monstruosa, para afirmar que o monstro é como uma teia de existência, biopolítica positiva, revolucionária e metamórfica. Ao analisar a eugenia clássica, ou a ontologia eugênica, como diz no excerto acima, Negri fala em *arché* para explicar conceitos de “princípio” e “comando” e em como, ainda hoje, há uma relação entre “origem” e “ordem hierárquica do ser”. “Na tradição metafísica que se origina no mundo clássico, *universal* e *eugenia* estarão sempre entrelaçados” (NEGRI, 2007, p. 93, itálicos do autor, tradução nossa). Em outras palavras, compreende-se que, segundo Negri, a noção de *arché* está na fundação da autoridade soberana e, como veremos a seguir, da constituição de sujeitos unificados como uma tecnologia de dominação política. Afinal, como seria possível um sujeito descentrado, monstruoso? Como pensar, ontologicamente, afastando-se do cânon filosófico, a constituição de sujeitos a partir do múltiplo e não do uno, da multiplicidade e não da identidade?

A concepção eugênica do poder cria vida e, sobretudo, cria quem manda sobre a vida. Por outro lado, os que não devem mandar, são excluídos, os monstros. Mas o monstro, pouco a pouco, na história do mundo, passa de “fora” a “dentro”. Melhor dizendo: o monstro está desde sempre *dentro*, porque sua exclusão política não é consequência, senão *premissa* de sua inclusão produtiva. Está dentro da ambiguidade, com a que os instrumentos hierárquicos do biopoder se encarregaram de defini-lo e fixá-lo: a força de trabalho dentro do capital, a cidadania dentro do Estado, o escravo dentro da família... (NEGRI, 2007, p. 118, itálicos do autor, tradução nossa).

Para Negri (2007, p. 96), no início da modernidade ocorre uma inversão ao significado de monstro, como no caso do Leviatã, que devém metáfora ontológico-política de transcendência do poder para definir uma ordem interna ao mundo. Assim, categorizadas como monstruosidades bárbaras, góticas e “impuras”, a plebe, a multidão, a anarquia e a desordem se convertem em instrumento da soberania. Devido a isso, é preciso reconquistar o monstro:

Se na Antiguidade Clássica e na modernidade tudo parecia disposto a eliminar a possibilidade mesma do monstro (“aos olhos de Deus não há monstros”, diz, com efeito, aquele perfeito mediador da antiguidade à modernidade que é Montaigne), com o capitalismo o quadro se reverte, e esta reversão, com força monstruosa, representa uma novidade radical e irreversível (NEGRI, 2007, pp. 99-100, tradução nossa).

Este giro é importante, pois a monstruosidade será o símbolo da resistência frente do desenvolvimento da exploração capitalística, inclusive frente ao autoritarismo antidemocrático de nossos tempos. Ao ler a história a partir do ponto de vista do monstro, torna-se possível reconhecer as insurgências insubordinadas. É possível acompanhar as transformações ontopolíticas da revolta e da luta, para não apenas compreendermos as suas configurações atuais, mas também criarmos uma nova tessitura ontológica para o monstro, feita de novas

malhas discursivas e linhas de fuga. De um monstro ao outro, se produz uma resistência monstruosa (NEGRI, 2007, p. 105).

A antiga concepção de natureza, de propriedade e de poder, a eugenia como uma marca de autoridade, que se amplia ao direito, à política e aos âmbitos públicos se converteu, ao longo do tempo, em uma justificativa para aprisionar e controlar o monstro. Esta normalização é como um emblema do poder elitista e hegemônico, da soberania. Mesmo após as mutações capitalísticas, a multiplicidade continuou sendo uma ferramenta convertida à normalização, à unificação; assim, as diferentes pluralidades e modos de existência, tudo aquilo que poderíamos ter sido, é como o monstro: deve ser sempre assujeitado. Entretanto, com o giro de um monstro ao outro, da modernidade à contemporaneidade, o monstro se tornou uma vez mais a expressão de potência (NEGRI, 2007, p. 118), do comum, em força coletiva, multitudinária e em uma figura metamórfica de existência: um “ser” outro.

#### 4.1 A MULTIPLICIDADE E O COMUM DA MULTIDÃO

A monstruosidade da Multidão é, então, uma radical oposição ao conceito de princípio originário, *arché*, mas também à teleologia. Tais conceitos ontológicos, como vimos, adquirem alcance político e são configurados a formar parte da “ordem das coisas”. A Multidão é pensada, lembremos, a partir da tríade conceitual fundamental que, segundo Craia (2015, p. 81), é composta pela diferença, univocidade e pela imanência. Ontologicamente, a singularidade que integra a Multidão tem relação à univocidade do Ser, isto é, *diferença pura*. Novamente, “o unívoco, o comum de tudo é, é que tudo é diferença, afirma Craia<sup>56</sup>. Dessa forma, a contradição entre o uno e o múltiplo desdobra-se em uma resolução possível, que tem sido pensada desde Spinoza a Bergson e Deleuze, por exemplo. Longe de ser pensada como uma “entidade suprema”, como mônada ou causa primeira, a Multidão é conjecturada a partir da multiplicidade, ou seja, de um Ser que é em um só sentido de todos seus modos diferenciados. Portanto, somente aquilo que é primeiro diferença pode, em seu devir, diferir-se sem perder o seu sentido. O que possibilita, mais precisamente, a pensar o ser a partir da multiplicidade ao invés da unidade indiferenciada; a imanência ao invés da metafísica transcendente; e a singularidade ao invés do sujeito. Consequentemente, a ruptura com o uno e a sua ressignificação ontológica viabiliza a invenção de novas organizações políticas, tais como a própria Multidão.

---

<sup>56</sup> Cf. nota de rodapé 37.

O conceito contemporâneo de Multidão, tal como pensado por Hardt e Negri, é historicamente correlato ao anticontrualismo de Spinoza (1983) e a sua recusa em conceber a sociedade a partir da negação. O conceito de Multidão, nominado anteriormente por Thomas Hobbes com negatividade, devido a suposta inaptidão da Multidão para governar, encontra na filosofia spinozana a possibilidade de ser ressignificada. Sendo assim, é Spinoza um dos primeiros expoentes da Multidão e de sua multiplicidade monstruosa. Por vezes considerado um conceito maldito e antimoderno<sup>57</sup>, para Candioto, Peruzzo Júnior, Valverde, Espinosa Lolas e Craia (2020, pp. 330-331), a filosofia de Spinoza segue atual e potente, sendo hoje reconhecida como um dos marcos que representam o fim da concepção filosófica aristotélico-tomista do hilemorfismo, isto é, da própria arquitetura básica da *civitas* cristã europeia, mas também do delinear de uma “democracia” da realidade. São os conceitos de imanência, *conatus* (isto é, potência de ser, sua expressão e ressonância), de desejo e afecções enquanto produção, bem como as suas reverberações na modernidade que fizeram de Spinoza um filósofo execrado<sup>58</sup>.

Para Hardt e Negri (2014, p. 412), toda a tradição da teoria política parece concordar que, como um princípio fundamental para a sociedade, somente o uno pode governar. Thomas Hobbes (2002, p. 189), por exemplo, afirma categoricamente que a multidão “constitui um grande perigo para o governo civil, em especial o monárquico”, devido, sobretudo, a distinção entre “povo” e “multidão”, por considerar que somente “o povo é uno, tendo uma só vontade, e a ele pode atribuir-se uma ação, mas nada disso se pode dizer de uma multidão”. Segundo Paolo Virno (2003, pp. 23-24, tradução nossa), para Hobbes o conceito de “povo” é uma reverberação e também o reflexo do Estado, de modo que, sem Estado não há povo e sem povo não existe o Estado. Hobbes compreende a multidão, por sua vez, como inerente ao “estado de natureza”, isto é, “àquilo que precede a instituição do ‘corpo político’”, da ordem e do direito civil. Portanto, para Hobbes, há um problema ontopolítico em relação à multidão, pois esta, precisamente, não transfere os seus direitos ao soberano ou à soberania, de modo que o estatuto mesmo da pessoa jurídica da multidão é contestado. Em outras palavras, a multidão seria para Hobbes um conceito negativo: “aquilo que não devém povo, que contradiz virtualmente o monopólio estatal da decisão política”. Neste contexto, a multidão não passaria de uma reunião de indivíduos, desarticulada, desordenada, sem uma vontade orientada em um único sentido,

---

<sup>57</sup> Cf. *Spinoza e o conceito de Multidão: reflexões acerca do sujeito constituinte*, de Guimaraens (2006).

<sup>58</sup> Acusado de grave subversão, como um dissidente de seu tempo, Spinoza foi excomungado e expulso da comunidade judaica de Amsterdã em 1656: “maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja em seu deitar e maldito seja em seu levantar, maldito ele em seu sair e maldito ele em seu entrar” (SPINOZA, 1983).

sem voz e poder. Este é um problema filosófico que, portanto, trata-se das contradições entre “povo” e “multidão”, mas também “razão” e “desejo”. Seguindo tal tradição, a unidade, a identidade e a soberania são o “âmago primordial”, indispensáveis para a constituição de um Estado-nação. Por exemplo:

O conceito de soberania domina a tradição da filosofia política e serve de base a tudo que é político precisamente porque exige sempre que um apenas governe e decida. Somente o uno pode ser soberano, afirma a tradição, e não pode haver política sem soberania. Este princípio é abraçado pelas teorias da ditadura e do jacobinismo, e também por todas as versões do liberalismo, como uma forma de chantagem que não se pode evitar. A alternativa é absoluta: soberania ou anarquia! (HARDT; NEGRI, 2014, p. 412).

Diferentemente de Carl Schmitt, dizem Hardt e Negri (2014, p. 413) que a Multidão não é soberana e que tampouco está acima da sociedade, que não é transcendente ou pretende-se um poder teológico. Ao contrário, que recusa radicalmente o Uno enquanto origem e *télos*:

A criação da multidão, sua inovação em redes e sua capacidade de tomada de decisão em comum tornam hoje a democracia possível pela primeira vez. A soberania política e o governo do uno, que sempre solaparam qualquer verdadeira noção de democracia, tendem a parecer não só desnecessários como absolutamente impossíveis. Embora se baseasse no mito do uno, a soberania sempre foi uma relação assentada no consentimento e na obediência dos governados. Como a balança dessa relação passou a pesar mais para o lado dos governados, e como eles conquistaram a capacidade de produzir relações sociais de maneira autônoma e de surgir como uma multidão, o soberano unitário torna-se mais supérfluo que nunca. A autonomia da multidão e suas capacidades de auto-organização econômica, política e social privam a soberania de qualquer papel. Não só a soberania deixou de ser o terreno exclusivo do político, como a multidão exclui a soberania do político. Quando a multidão finalmente se torna capaz de governar a si mesma, a democracia é possível (HARDT; NEGRI, 2014, p. 426).

Muito se deve a Spinoza e a sua compreensão de “indivíduo” a partir do ponto de vista estrutural, como um “corpo” ou “indivíduo composto”, isto é, corpos como elos entre si, que juntos compõem um só corpo multitudinário (ALBA, 2017, pp. 151-152). Também a Deleuze e Guattari e como compreendem a multiplicidade, isto é, no sentido de que esta independe da unidade para ser concebida no real, como sensivelmente factível, tal como ilustram no primeiro volume de *Mil Platôs*:

É somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arbóreas. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para “voltar” no sujeito. Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que [15] mude de natureza (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 23).

Além de distinguir-se do povo, a multidão distingue-se também dos sujeitos sociais que compõem a “massa” e a “plebe”. Segundo Hardt e Negri (2014, pp. 12-13), as massas tampouco se reduzem à unidade ou compartilham entre si fortes vínculos identitários, pois, justamente, são compostas por todos os tipos de indivíduos. Embora haja tal variedade em sua composição, não se pode afirmar que são, de fato, diferentes sujeitos sociais. “A essência das massas é a indiferença: todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas. Todas as cores da população reduzem-se ao cinza”, dizem. Já Guimaraens (2006, p. 154) define a plebe a partir do ponto de vista de Spinoza, qual seja, “um conjunto de indivíduos que foram alijados do exercício do poder político no momento de fundação de uma aristocracia”. Em outras palavras, a plebe pode ser compreendida como composta por sujeitos sociais que outrora detiveram o poder e então foram destituídos de sua inteligibilidade dominante, possivelmente pela instauração da divisão social das classes.

Para Hardt e Negri, a multidão enquanto sujeito social ativo é baseada naquilo em que estes, enquanto singularidades, têm em comum (uma vez que não baseiam-se na unidade, identidade e indiferença como os demais sujeitos sociais). O corpo da multidão é político, *carne viva*<sup>59</sup>, capaz de manifestar-se sociopoliticamente como um governo de todos por todos. Os autores compreendem que a multidão é um conceito de classe, entretanto, bem diferente de como pensado inicialmente. Ao invés de ser compreendida de modo simplificado ou a partir de argumentos liberais que tendem a insistir na pluralidade de classes, entretanto, todas fundidas e sujeitas à categoria do proletariado, a classe em Hardt e Negri é a resistência coletiva, de luta em comum contra o poder dominante do capital, sem a diferenciação empírica entre quais classes são ou deixam de ser aptas a tal resistência. Desse modo, a classe é, de fato, a coletividade cooperativa de singularidades que lutam por algo em comum; que não se dividem ou diferenciam com base no trabalho (assalariado/não-assalariado); que valem-se de sua produção em comum, isto é, das capacidades humanas criativas em generalidade; o que concebe a multidão precisamente como “sendo formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e assim, potencialmente, como classe daqueles que recusam o domínio do capital” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 147).

---

<sup>59</sup> Em referência ao pensamento de Maurice Merleau-Ponty, Hardt e Negri (2014, p. 251) afirmam que a carne da multidão é o elemento de puro potencial, do ser social, que está constantemente voltado à plenitude da vida. Portanto, trata-se de uma perspectiva ontológica, na qual “a carne da multidão é uma força elementar que constantemente expande o ser social, produzindo além de qualquer medida de valor político-econômico tradicional”. O que a carne da multidão produz é o comum, “e o comum que compartilhamos serve de base para a produção futura, numa relação expansiva em espiral” (2014, p. 256).

Desse modo, afirmam que todas as formas de trabalho são válidas, socialmente produtivas, pois produzem em comum e compartilham do potencial de resistência ao capital. Atualmente, o trabalho (que é imaterial, sem deixar de ser também material, pois mobiliza os corpos e todos os seus órgãos) produz afetos, como o bem-estar, a tranquilidade, satisfação, excitação e frustração, mas também “ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens e outros produtos do gênero” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 149), considerando não apenas as emoções, mas igualmente o corpo e a mente.

É esta com efeito a principal característica do trabalho imaterial: produzir comunicação, relações sociais e cooperação. [...] O que se firma, isto sim, é que os muitos casos singulares de processos de trabalho, condições produtivas, situações locais e experiências vividas coexistem com um “devir comum”, num nível diferente de abstração, das formas de trabalho e das relações gerais de produção e troca – e que não existe contradição entre esta singularidade e a partilha. Este devir comum, que tende a reduzir as divisões qualitativas do trabalho, é a condição biopolítica da multidão (HARDT; NEGRI, 2014, pp. 156-157).

O “comum”, o devir-comum e as investigações da expropriação do comum pelo Capital são destaque nas críticas tecidas por Hardt e Negri em *Multidão* (2014). Os autores esclarecem que, no entanto, o comum do qual falam não diz respeito à “comunidade” ou ao “comunitário”, mas sim à comunicação entre singularidades, que se manifesta a partir de suas relações e processos sociais, de sua coletividade e cooperatividade produtiva. “Enquanto o individual se dissolve na unidade da comunidade, as singularidades não se veem tolhidas, expressando-se livremente no comum” (2014, p. 266). Desse modo, compreende-se que o interesse comum é aquele gerido democraticamente pela multidão, sem ser cooptado pelo Estado ou assemelhar-se ao “interesse público”, depositado e representado em um cidadão e sujeito unificado. E, precisamente, devido a isso, o devir-comum, revolucionário e multitudinário reconfigura as vidas e as singularidades em suas existências glo(c)ais em uma classe de sujeitos ativos na produção biopolítica (inclusive trabalhadores industriais, imateriais, agrícolas, pobres, migrantes, entre outros). Que convertem-se em “ameaça constante de desestabilização das hierarquias e divisões globais de que depende o poder capitalista global” (2014, pp. 185-186).

É evidente que, ao compreenderem o comum como constituinte, biopolítico e alicerce para a sociedade e suas políticas, Hardt e Negri mobilizam um movimento que tende a afirmar a vida como uma “máquina produtiva” (2014, p. 196) e a Multidão como uma categoria da “ontologia da prática social em comum” (2014, p. 258), que se desdobra no social e no político, sempre sem deixar de persistir enquanto “diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos, etc.”. (2014, p. 13).

## 4.2 A MULTIDÃO COMO NOVO PARADIGMA DE RESISTÊNCIA

Etimologicamente, a origem da palavra Multidão é latina, *multitudo* – um derivado de *multus*, isto é, “muitos” –, e designa um grande ajuntamento de pessoas, ou um grande corpo compactado e desordenado de pessoas que tendem a direcionar seus esforços a um alvo em comum. Considera-se que tais agrupamentos são efêmeros e unidos temporariamente, como resposta a algo. Entretanto, como temos visto, tal compreensão da multidão está muito relacionada a sua concepção moderna e à aversão, até a completa execração da multidão enquanto oposta à unidade e em nada compromissada com “ordens transcendentais”.

Por um lado, não deixa de estar correto associar a Multidão a grupos de indivíduos que expressam muitas vozes e uma só voz. A tese de Carvalho (2016, p. 27) é um exemplo de investigações científico-acadêmico-culturais da multidão expressa em movimentos sociais e políticos. A Multidão que vai às ruas é também a Multidão da qual fala o conceito, mas não se reduz a isso, o que convém esclarecer em contextos pandêmicos. Assim como Hardt e Negri enfatizam, é, em realidade, a partir das multidões que vão às ruas que começaram a conceituar a Multidão. Dizem: “não propomos o conceito como uma diretiva política – “Formem a multidão!” –, e sim como uma maneira de dar um nome ao que já está acontecendo e de entender a atual tendência social e política” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 285). Hardt, Negri e Carvalho cartografam as multidões e suas manifestações contra aquilo que chamam de “Império”, isto é, às lutas contra a dominação do Capital e das normativas hegemônicas, em diversas instâncias.

Como visto na seção 3.1 da presente dissertação, intitulada *Tecno-bio-capitalismo farmacopornográfico*, o Império, assim como posteriormente o Império Sexual farmacopornográfico é uma resposta às insurgências contra o capital sob o marco da década de 1960 e seguintes. O capitalismo já se remodelava de modo a tornar-se cada vez mais integrado e global, mas, frente aos movimentos onto-epístemo-políticos de emancipação, novas mutações ocorrem, desta vez assimilando segmentos da sociedade e da economia que antes não ocupavam espaços privilegiados no mercado neoliberal. A ideologia deste mercado integrado e mundial, paradoxalmente, não buscava comercializar e lucrar a partir de ideais como a unidade, sendo portanto antifundacional e antiessencialista em seu discurso. Moral a parte, quanto maior a circulação de diferenças e multiplicidades, com seus diferentes códigos identitários, maior é o lucro. “As diferenças (de mercadorias, de populações, de culturas e assim por diante) parecem multiplicar-se infinitamente no mercado mundial, que não ataca nada com tanta violência como as fronteiras fixas: ele esmaga qualquer divisão binária com suas infinitas multiplicidades” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 168).

Devido a isso, o poder Imperial é parasitário da multidão e constantemente busca a expropriação do comum; ao contrário do que se pode imaginar, tais mutações capitalísticas impulsionaram a produção comum de redes que são cada vez mais complexas e cooperativas. Entretanto, sob a lógica do capital, tais redes servem somente ao propósito de produzir capital, de produzir bens-comuns que lhe serão expropriados. Isso significa que, em tais condições, a multidão não é sua própria rede, mas *está cativa* dela, produzindo constantemente em regime de servidão maquínica. O capital é parasitário da multidão para extrair de sua produtividade a mais-valia do bem-comum. O assujeitamento da multidão, como visto nos capítulos anteriores, está, no entanto, dependente de um consentimento que os sujeitos sequer são cômicos. Assim como dos circuitos e redes da multidão que, para o Império, são como sangue em suas veias. A Multidão, tal como manifesta-se hoje em suas dimensões ontológica, social e política, se trata de uma contra-insurgência às mutações capitalísticas e, a cada vez mais, a revolta, desobediência e a ruptura causada pela Multidão são ameaças diretas ao Império, pois, ao se romper com os vínculos assujeitantes e exploradores, o Império “simplesmente desmoronaria sem vida” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 419).

Em *Multidão* (2014) os autores retornam à violência das guerras, perpassam pelo autoritarismo e antidemocracia dos exércitos militares, até chegarem às formações de guerrilha, para enfatizarem a profunda transformação das organizações contemporâneas de resistência ao capital. Estas são flexíveis e policêntricas ao invés do tradicional modelo hierárquico e centralizado, da guerra e dos militares. Cada vez mais urbanas e em rede, o foco deixou de ser *apenas* atacar os poderes dominantes para ser transformar as próprias cidades em ordem de resistir ao Império. A exemplo, entre outros, é possível citar movimentos como os de Maio de 1968; as Primaveras de Praga, Árabe e Russa; a Passeata dos Cem Mil e o DiretasJá! contra a Ditadura Cívico-Militar brasileira; a revolta de Stonewall e a Queda do Muro de Berlim; os movimentos brasileiros dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Passe Livre; dos povos originários contra o desmatamento e a grilagem de terras; movimentos feministas e LGBT's; as lutas na Espanha conhecidas como Okupa e 15M; as Jornadas de Junho ou o “movimento pelos 20 centavos” que ocorreram em todo o Brasil em 2013, bem como as inúmeras formas de manifestação contra o atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro e o bolsonarismo; o movimento *Black Lives Matter*; e as manifestações de fevereiro de 2021 contra o golpe de Estado em Mianmar<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> São muitos os conflitos internos em Mianmar; como a histórica luta entre as forças militares e a Liga Nacional pela Democracia, mas também a grave vulnerabilidade e perseguição sistemática ao grupo étnico Rohingya. Em 01 de fevereiro de 2021 foi noticiado o golpe de estado que depôs o presidente Win Myint e a Conselheira de

Como um “enxame”, isto é, inteligentes, online e comunicativas, coletivas e cooperativas, todas estas multidões podem agir de modo ordenado e criativo, a partir de todas as direções em um ponto específico, sendo também capazes de “desaparecer” rapidamente. Um dos principais desafios, esclarecem Hardt e Negri (2014, p. 14), é descobrir o comum, mesmo havendo multiplicidade e diferenças internas à Multidão, de modo a comunicar-se e agir em conjunto.

Hardt e Negri compreendem que o domínio do poder e suas mutações que levaram ao Império, otimizados para um controle tão intrincado das vidas, deve ser caracterizado como biopoder. Um tipo de poder que decide de maneira direta sobre a vida e a morte, sobre quem viverá e quem morrerá. Para adicionar complexidade, podemos fazer menção novamente às considerações de Butler em *Quadros de Guerra* (2015), *Vida Precária* (2019b) e *The Force of Nonviolence* (2020a), acerca das vidas que são passíveis de luto (tanto em relação a valer lutar-por, quanto consideradas como perdas significantes) e das que não são passíveis de luto (consideradas insignificantes, inelutáveis). Esta distinção é um dos pilares do biopoder (e também do necropoder, tal como Achille Mbembe<sup>61</sup> nos ensina). Significa distinguir entre as vidas que são dignas de ser sustentadas e as que são consideradas como “já perdidas e, portanto, fáceis de destruir ou expor a forças de destruição” (BUTLER, 2020a, p. 17).

Considerando este contexto, Hardt e Negri fazem uma distinção entre a concepção foucaultiana de “biopolítica” e a que os mesmos articulam (sobretudo influenciados pela filosofia de Deleuze). Por um lado, compreende-se que, na teoria foucaultiana, a biopolítica se trata de uma biorregulação da vida, que ocorre por meio de um conjunto de estratégias de gestão que são injetadas na sociedade, sendo voltadas sobretudo ao controle populacional, da saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças e etnias, educação e sexualidades etc. Por outro, compreende-se que, para Hardt e Negri (2014) e Negri (2003), a biopolítica se trata da potência comum de vida, do primado de resistência; é emancipatória e dessujeitante, pois, enquanto

---

Estado, a também ativista birmanesa e laureada com o Prêmio Nobel da Paz (1991) Aung San Suu Kyi. Como resposta ao golpe, à deposição e à prisão de políticos e ativistas, multidões foram às ruas em protesto, exigindo a libertação dos líderes democráticos. A resposta das forças armadas foi, em 06 de fevereiro de 2021, ordenar o bloqueio ao acesso de celulares e dispositivos eletrônicos à internet em quase todo o país, de modo a silenciar os protestos e a atingir diretamente o meio pelo qual estas multidões organizam-se. Por meio da internet, os manifestantes compartilham saberes, táticas e estratégias de organização, defesa e evasão para fugir à repressão policial-militar. Além de uma grave violação aos direitos humanos, públicos e democráticos, a decisão das forças militares impediu aos cidadãos birmaneses o acesso às informações acerca do golpe, assim como o contato com seus familiares e entes queridos. Como veremos a seguir, a organização em rede, online e colaborativa é muito citada para explicar a Multidão segundo Hardt e Negri, de modo que este fato histórico não poderia deixar de ser registrado como um direto golpe às manifestações multitudinárias. Cf. *El Tribunal de La Haya dicta medidas para proteger a los rohinyás de un posible genocidio en Myanmar*, de Ferrer (2020) e *Junta militar que governa Myanmar bloqueia acesso de celulares à Internet para silenciar protestos*, de Liy (2021).

<sup>61</sup> Cf. *Necropolítica*, de Mbembe (2018).

potência produtiva, expressa-se na própria vida e não apenas pelo/no trabalho ou pela/na linguagem. A biopolítica é potência de ser, dos corpos, das relações e afetos, sendo constituinte da sociedade:

denomina-se “biopoder” identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de “biopolítica” quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou de contexto biopolítico pensando no complexo de resistências e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder (NEGRI, 2003, pp. 107-108).

Sendo imanente à sociedade, a biopolítica difere-se radicalmente da transcendência do poder soberano do capital. Biopoliticamente se criam não apenas relações, mas também novas formas de vida baseadas na diferença e multiplicidade. Frente a isso, a Multidão é considerada pelos autores como movida por um profundo desejo de democracia e a possibilidade de um governo de todos para todos. Sem dúvida, as mais diferentes manifestações multitudinárias, que expressam o devir-revolucionário e o devir-comum, expandem o alcance biopolítico da Multidão a um devir-multitudinário metamorfoseante que é dessujeitante e transformador. A “redescoberta da insurreição” de Hardt e Negri (2014, p. 101-104) recompõe a níveis glo(c)ais e infraestruturais as condições de qualquer processo revolucionário. Pode-se acrescentar que, por “infraestrutural”, compreende-se a extensão ontológica, epistemológica, política, psíquica, social e pessoal do assujeitamento (seja ao capital, às matrizes de inteligibilidade cis-heteropatriarcais e neocoloniais ou ao domínio farmacopornográfico, por exemplo). Este processo de metamorfose, para os autores, é o princípio da formação do corpo da multidão, “um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático”, que “continuará sempre e necessariamente a ser uma composição plural, e nunca se tornará um todo” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 248).

Ao analisarem os modos de produção e exploração contemporâneos, Hardt e Negri (2014, p. 275) afirmam que sempre haverá um excedente do qual o capital (e aqui lê-se também os regimes cis-heteropatriarcal, neocolonial e farmacopornográfico) não poderá expropriar nem capturar. Este excedente, complementam, é a “base sobre a qual o antagonismo transforma-se em revolta”. De modo interessante, Hardt e Negri (2014, pp. 259-261) mencionam a teoria butleriana, relacionando-a em alguma medida com a feitura mesma da multidão, que, pode-se afirmar, é também performativa. Em outras palavras, não há uma multidão *a priori*, nem um referente puro, de modo que é materializada na medida em que há ressonância de seus atos multitudinários, a níveis micro e macropolíticos. A multidão é ação, é produção a partir de

*frames* ontológicos baseados na diferença e imanência, de modo a inventar novas subjetividades interseccionais.

Desse modo, caberia uma revisão do termo “antagonismo” no contexto da multidão, pois, como esclarece Luján Martínez (2014, p. 94) ao interpretar a teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe<sup>62</sup>, é preciso transformar o “antagonismo” em “agonismo”, isto é, superar a utopia liberal de um consenso universal. Longe de se propor uma “sociedade absolutamente pacificada e harmoniosa”, sem contradições ou conflitos, o agonismo reafirma a produção de subjetividades e relações baseadas na diferença e na multiplicidade; o que não é excluído do ontológico, do político e tampouco do social. Luján Martínez compreende que, enquanto o antagonismo constitui apenas relações de inimizade, o agonismo pensado por Laclau e Mouffe propõe a constituição de relações “nós/eles” em que o dissenso opera sob a lógica do adversário, e não a do inimigo. Desse modo, diz, ambas as partes em conflito reconhecem-se como copertinentes de uma mesma associação política. “É importante a necessidade de compreender o antagonismo/agonismo expressado na relação nós/eles como uma forma de luta frente aos diferentes processos de subordinação” (2014, p. 98, tradução nossa). Portanto, é possível sublinhar que a multidão propõe não uma “unanimidade feliz” entre as singularidades, mas relações e afetos que, embora difiram entre si e embora haja dissenso, a multidão mantenha-se legítima em suas multiplicidades de acordo com sua própria política relacional de diferenças. E a composição social biopolítica da multidão, como pensam Hardt e Negri, se dá por meio de dinâmicas que ainda estão sendo percebidas, o que, como esclarece Tarin (2017, p. 191), torna especialmente difícil, porém nevrálgica a possibilidade de acompanhar as políticas da diferença, uma vez que “os instrumentos tradicionais da sociologia parecem não dar conta de apreender a dinâmica multitudinária”, sobretudo a partir de parâmetros como “faixas de renda, faixa etária, regionalização, tipos de inserção nas relações de produção etc.”, que, “apesar de importantes indicadores sociais, não podem ser compreendidos isoladamente”.

No limite, *de um ponto de vista ontológico*, a Multidão é diferença, univocidade, imanência e biopolítica, e, a partir de relações biopolíticas, assim como da produção do comum, é que se constitui a Multidão. É metamorfose ontológica. É “o nome ontológico da produção contra a sobrevivência parasitária” (NEGRI, 2009, p. 26). Sendo assim, “a produção biopolítica é uma questão de ontologia na medida em que está constantemente criando um novo ser social, uma nova natureza humana” e na medida em que “não existe, portanto, uma singularidade que não seja ela própria estabelecida no comum”, dizem Hardt e Negri (2014, p. 436).

---

<sup>62</sup> Cf. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*, de Laclau e Mouffe (2015), assim como *Sobre o político*, de Mouffe (2015).

Destas infinitas interseções possíveis entre multidões e produções multitudinárias emerge, *de um ponto de vista sociológico*, o poder constituinte da multidão, isto é, que é capaz de inaugurar novas redes cooperativas, de partilha e trabalho social. Desse modo, em termos de trabalho social, o devir-comum da multidão produz, entre tantos outros efeitos, o de progressivamente alcançar mais e mais sujeitos, ou singularidades assujeitadas e exploradas pelo capital, de modo que, “o que se verifica, isto sim, é uma troca entre singularidades e a multidão como um todo, afetando a ambas e tendendo a formar uma espécie de motor constituinte” (2014, p. 437). É metamorfose social.

Consequentemente, a multidão enquanto poder constituinte, uma vez que atribuída de lógica institucional e social, torna-se capaz de sustentar uma nova sociedade e a própria democracia da multidão. E, *de um ponto de vista político*, a democracia da multidão difere-se do que tradicionalmente se compreende como “democracia direta”, isto é, na qual todas e cada uma das singularidades despenderiam tempo e trabalho para constantemente decidir os rumos da democracia. Quanto a isso, Hardt e Negri (2014, p. 438) fazem menção à ironia de Oscar Wild – “o problema do socialismo é que ocuparia noites demais” –, para esclarecer que a democracia da multidão, ou democracia absoluta, baseia-se na produção biopolítica comunicativa e colaborativa, de modo que o trabalho político se configuraria diretamente no social da multidão, valendo-se das redes já existentes. Assim, não se trata de “intermináveis reuniões noturnas”, mas de vínculos onto-socio-políticos ativos, enquanto um projeto plural de organização política, que demanda responsabilidade, novas ciências e saberes, bem como novos paradigmas teóricos, compromissados com “a destruição da soberania em favor da democracia” (2014, p. 441). É metamorfose política.

Como em todo processo ativo de metamorfose, é preciso atravessar fases de liberação e libertação rumo à emancipação possível. Este devir e a criação de um futuro não ocorre *ex nihilo*, lembram Hardt e Negri, mas “dentro da antiga casca” (2016, posição Kindle 328). Este processo é vivido e experienciado por diversos conjuntos de singularidades e requer autodeterminação, pois, embora Hardt e Negri digam que “identidades podem ser emancipadas, mas só singularidades podem se libertar” (2016, posição Kindle 6.114), convém um ajuste: a liberação é dessujeitante, na medida em que a libertação diz respeito à tornar-se ativamente resistente ao poder do capital (ou, neste caso, também da cis-heterossexualidade compulsória e da farmacopornografia), mas só enquanto singularidades é que se torna possível a emancipação, isto é, a transformação dos vínculos exploratórios em biopolítica produtiva, comum e constituinte da democracia multitudinária.

### 4.3 AS MULTIDÕES CONTRAFARMACOPORNOGRÁFICAS

Este é, então, o contexto necessário para compreender a Multidão como é postulada por Preciado em *Multidões queer* (2011). Este artigo foi publicado em 2003, quando Preciado estava vinculado à Paris VIII como professor e ensinava História e Filosofia Política dos Corpos, bem como as teorias transfeministas de gênero. Tendo em vista o percurso teórico, interseccional e transversal realizado até esta seção, torna-se possível articular uma resposta ao problema da presente dissertação. Para lembrar, a proposta de investigação se trata de compreender como Preciado mobilizou em sua teoria o conceito de Multidão, isto é, um projeto plural de organização onto-epístemo-política. A justificativa do autor encontra-se tanto em *Multidões queer* quanto em *Testo Junkie*, obras nas quais demonstra que ao Império de Hardt e Negri, do mesmo modo que à história da sexualidade de Foucault, devem-se adicionar vários capítulos. E, de um modo geral, critica os teóricos do pós-fordismo, tais como Virno, Corsani, Marazzi, Moulrier-Boutang etc., pois considera que a maioria das investigações acerca das novas formas de produção e controle são “biopoliticamente interrompidas quando chegam à cintura” (PRECIADO, 2018a, pp. 39-40).

Em outras palavras, ainda que seja possível distinguir as sociedades soberana, disciplinar e de controle; ainda que tenham surgido conceitos-ferramentas como biopoder e micropoder, biopolítica e capitalismo cognitivo; e ainda que tenha-se compreendido em alguma medida as relações de produção-exploração capitalísticas e o trabalho biopolítico enquanto primado de resistência tenham sido teorizados a partir de fatos históricos, há imensas lacunas onto-epístemo-políticas no que se refere ao controle e exploração capitalística das subjetividades sexo-generizadas. Como evidência disso, ainda que Hardt e Negri mencionem a multidão também como um conceito de raça, gênero e sexualidade (2014, p. 141), pouco discorrem sobre.

Era fundamental compreender o recorte têmporo-espaial do presente, iniciado por Preciado em *Multidões queer*, de modo a esclarecer que o Império de Hardt e Negri sempre foi, em realidade, também sexual. Que na mesma medida em que abordavam os fluxos de globalização e as redes comunicativas, inteligentes e cada vez mais integradas, abordavam também os grandes fluxos clandestinos de sexualização. Fluxos estes que carregavam normas, regulações, silicones, hormônios, textos, discursos, representações, técnicas cirúrgicas, próteses vivas e dispositivos multiprostéticos, corpos híbridos e todas as demais matérias-primas dos sexos e gêneros abordadas até então. Tais elementos performativos e prostéticos, de diferenciação, incorporação, administração e exploração agem diretamente sobre a *potentia*

*gaudendi* das singularidades da Multidão, isto é, sobre a própria potência de viver, agir e trabalhar biopoliticamente (tal como entendido por Hardt e Negri).

Desse modo, é precisamente sobre o Império Sexual, parasita das multidões, e da exploração capitalística, que induz ao consumo compulsório, de que falava Preciado em *Testo Junkie* (2018a, p. 47) ao afirmar que, hoje, ao invés das tecnologias e próteses-performativas serem extensões dos corpos, são os corpos as extensões de tais tecnologias. O autor refere-se ao corpo da multidão, que torna-se submisso o suficiente para colocar a sua própria *potentia gaudendi* e potência biopolítica de produção a serviço do capital. Como sujeito-assujeitado, prostético e ultraconectado, ele mesmo é plataforma de servidão maquínica, favorecendo a expansão ilimitada do capitalismo. Entretanto, é a partir desta mesma plataforma, isto é, de dentro do Império Sexual e das mesmas redes ultraconectadas que é possível causar a ruptura dessujeitante capaz de constituir uma nova sociedade, da qual abordam tanto Hardt e Negri quanto Preciado.

Inspirado em Hardt, Negri e Lazzarato, Preciado compreende o corpo da multidão, isto é, os corpos monstruosos e anormais, como potências políticas. Resultado da captura e exploração capitalística do Império-farmacopornográfico, um corpo oposto ao corpo biopolítico da multidão é produzido: o corpo *straight*, hétero, organizado como uma massa de singularidades que são assujeitados e individuados por e para a servidão ao capital.

O corpo *straight* é produto de uma divisão de trabalho da carne, segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Uma sexualidade qualquer implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. É assim que o pensamento *straight* assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores (PRECIADO, 2011, p. 12, itálicos do autor).

Conforme visto na seção anterior, Hardt e Negri esclarecem que este corpo – como em “corpo da multidão” ou em “corpo *straight*” – é produzido com dimensões ontológicas, sociais e políticas, com epistemologias e saberes próprios das suas matrizes de inteligibilidade e de contínua hibridização. Dessa forma, os dispositivos e tecnologias produzidas no cerne do Império-farmacopornográfico colocam para trabalhar os corpos em suas determinadas funções “*straight*”, operando uma regulação normativa que funda a diferença sexual. Com isso, a massa *straight* difere-se da multidão; os corpos normais dos anormais; os corpos *straight* dos corpos monstruosos da não-heterossexualidade; as identidades das multiplicidades e, de algum modo, até mesmo os corpos normalizados, amplamente aceitos e protegidos pelo sistema do Império-farmacopornográfico, ainda que não tenham consciência disso, colocam à disposição do capital suas potências com a promessa de que continuarão inteligíveis e com suas vidas valorizadas.

Assim, os grupos sexo-gênero dissidentes, como tantos outros, são contra-insurgências à insurgência do Império dos Normais. Tal como a Multidão o é em relação ao Império. Ou mesmo Agnes contra a farmacopornografia. E suas monstrosidades se aglutinam sob um nome: multidões *queer*. Ao menos é o que postula Preciado neste artigo, isto é, um novo sujeito político que organiza-se tal como a multidão de Hardt e Negri, que se vale da sexopolítica como um lugar de poder, enunciação e criação biopolítica que interseccionalmente é composto por singularidades feministas, lésbicas, gays, trans e travestis, intersexuais, negras, chicanas, pobres, migrantes, pós-coloniais e decoloniais, dentre outras identificações que estão diretamente correlatas à Multidão.

O corpo da multidão *queer* aparece no centro disso que chamei, para retomar uma expressão de Deleuze, de um trabalho de “desterritorialização” da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (é preciso, então, falar de desterritorialização do espaço majoritário, e não do gueto) quanto o espaço corporal. Esse processo de “desterritorialização” do corpo obriga a resistir aos processos do tornar-se “normal”. Que existam tecnologias precisas de produção dos corpos “normais” ou de normalização dos gêneros não resulta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário, porque porta em si mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, a multidão *queer* tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual (PRECIADO, 2011, p. 14, *itálicos do autor*).

Entretanto, ao utilizarmos “ao menos”, denota-se aí um problema que só é reconhecido por Preciado posteriormente. Em *Saberes\_Vampiros@War* (2006, s.p.), o autor afirma que a sua própria formulação, isto é, “multidões queer”, é hoje um pensamento politicamente obsoleto, pois o queer não deveria tornar-se uma identidade, tampouco seria capaz de totalizar em si as infinitas multiplicidades que são produzidas pelas singularidades da Multidão. O “queer”, nesse caso, é utilizado por Preciado como um jogo de linguagem, em que pode atuar como uma possível designação, atributo ou ação para as práticas de resistência. Seria limitar a Multidão a um processo de identificação que hoje já se cristaliza na sociedade, então, seria também definir a Multidão por sua dureza molar e interromper o seu devir-revolucionário. Devido a essa incapacidade do “queer” em “constituir um terreno liso para sustentar o conjunto dos saberes menores dos gêneros, dos sexos e das sexualidades” (2006, s.p.), Preciado retorna à Multidão sem defini-la ou limitá-la, insistindo que, o que realmente importa são as alianças entre-singularidades e a multiplicidade de enunciação da diferença. Portanto, para evitar armadilhas conceituais, cabe esclarecer que o postulado original de um sujeito queer é abandonado, de modo a não retornar a problemas correlatos a um agente político específico (que seja carregado de marcadores identitários e prescrito como o único agente digno de tais posições de enunciação) e para ser repensado posteriormente em *Saberes\_Vampiros@War* e

em *Testo Junkie* como a Multidão *per se*. Dessa forma, também evita-se compreender que a Multidão seja interpretada como uma “acumulação de indivíduos”, que são proprietários de seus corpos e reivindicam seus direitos de prazer inalienável, como o próprio autor pontua (2006, s.p.).

A multidão preciadiana é, também, comprometida com a desidentificação e com as políticas não-identitárias, o que não condiz com a negação das identidades, mas com o seu uso estratégico. Não como estratos molares e imutáveis, mas como identificações micropolíticas, molares e metamorfoseáveis.

Sob o impacto da crítica pós-colonial, as teorias *queer* dos anos 1990 contaram com enormes recursos políticos da identificação “gueto”; identificações que tomariam um novo valor político, já que, pela primeira vez, os sujeitos de enunciação eram as “sapatas”, as “bichas”, os negros e as próprias pessoas transgêneros. Aos que se agitam sob a ameaça de guetização, os movimentos e as teorias *queer* respondem por meio de estratégias ao mesmo tempo hiperidentitárias e pós-identitárias. Fazem uma utilização máxima dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviantes. A força política de movimentos como *Act Up*, *Lesbian Avengers* ou *Radical Fairies* vem de sua capacidade para investir nas posições de sujeitos “abjetos” (esses “maus sujeitos” que são os soropositivos, as “sapatas”, os “viados”) para fazer disso lugares de resistência ao ponto de vista “universal”, à história branca, colonial e straight do “humano” (PRECIADO, 2011, p. 15, itálicos do autor).

Aqui, a ideia de estratégias que são ao mesmo tempo hiperidentitárias e pós-identitárias ganha ainda mais importância, pois remete à diferença que está nas raízes rizomáticas da multidão. São estratégias sexopolíticas de reapropriação das ontologias, epistemologias e políticas a favor da produção biopolítica da multidão e, ainda mais especificamente, das multidões sexo-gênero dissidentes. A política da multidão e a sua multiplicidade de corpos, diz Preciado (2006, s.p.), não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”, mas sim com a reapropriação “das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos ‘normais’ e ‘desviantes’”. Tem relação intrínseca à reviravolta epistemológica e à materialização de uma nova gramática de gênero baseada em ontologias, epistemologias e políticas da diferença. Que valorizem e não desfundamentem a multiplicidade em prol de uma fantasmagórica “unidade”, e que tampouco reduzem a multidão em um povo ou mesmo a uma massa indistinta.

A tomada das palavras pelas minorias *queer* é um advento não tanto pós-moderno como pós-humano: uma transformação na produção, na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos (PRECIADO, 2011, p. 17, itálico do autor).

O trecho acima relaciona-se diretamente à epígrafe que abre a presente dissertação, na qual Preciado afirma que pertence à filosofia e à poesia a tarefa de recolocar as palavras em

praça pública, de modo que possam ser objeto de ressignificação coletiva. Este exercício de enunciação, assim como outras práticas micropolíticas de resistência, constituem a multidão como insurgência contrafarmacopornográfica, pois a multidão se faz, performativamente, na medida em que coloca-se aberta à ressignificação coletiva. Neste âmbito, até mesmo o processo de dessujeição torna-se coletivo e organizado, “dessacralizando” a unidade e o sujeito unificado; desmistificando a cis-heteronormatividade compulsória; desmontando o patriarcado; radicalmente negando o colonialismo e seus tentáculos; rompendo com os circuitos do inconsciente colonial-capitalista de exploração, etc.

A partir de Agnes, como visto na seção 3.4, intitulada *Micropolíticas de resistência*, Preciado exemplifica o devir-revolucionário, molecular e micropolítico, da multidão enquanto insurgência contrafarmacopornográfica. No entanto, é importante salientar novamente que para Preciado (2018c, p. 18), assim como para Hardt e Negri, “não devemos esperar a chegada messiânica da revolução, mas implicar-nos constantemente numa multiplicidade heterogênea de processos micropolíticos revolucionários”. Qualquer revolução é performativa, micropolítica e, portanto, por meio de práticas de desestabilização das formas dominantes de subjetividade, se dá no agora e fundamenta-se no devir-revolucionário. Tais práticas serão catalisadoras dos processos de metamorfose, isto é, de transformação de sujeitos-assujeitados e sujeitos-individuados, plataformas da servidão maquínica, em singularidades multitudinárias. Para tal, é preciso reconhecer-se enquanto um corpo, “o corpo da multidão, e as redes farmacopornográficas” que nos constituem a todos, pois “são como laboratórios políticos, ambos efeitos de processos de sujeição e controle de espaços possíveis de agenciamento político e de resistência crítica à normatização” (PRECIADO, 2018a, p. 366).

Agnes permite imaginar uma forma barata e autoexperimental de um bioterrorismo de gênero faça-você-mesmo que poderíamos denominar – em referência às políticas de gestão do *software livre* – política *gendercopyleft*, uma micropolítica de células que, para além das políticas de representação, busca pontos de fuga frente ao controle estatal de fluxos (hormônios, esperma, sangue, órgãos etc.), códigos e instituições (imagens, nomes, protocolos, inscrições legais, arquitetura, serviços sociais etc.) e à privatização e à mercantilização destas tecnologias de produção e modificação do gênero e do sexo pelas corporações farmacopornográficas. O axioma do cordeiro: lutar contra a privatização do corpo e a redução da *potentia gaudendi* à força de trabalho, a uma marca registrada, a um *copyright* e a um biocódigo fechado. O modo de funcionamento do cordeiro: pirataria de hormônios, textos, técnicas corporais, práticas, códigos, prazeres, fluxos, substâncias químicas e cartografias... A transformação do corpo da multidão em arquivo político aberto: a *somathèque* comum (PRECIADO, 2018a, pp. 405-406, itálicos do autor).

O trecho acima demonstra como Preciado agencia Agnes como alguém que compreendeu os fluxos comuns da Multidão e converteu seu próprio corpo em uma plataforma

multitudinária de resistência, e, neste caso, em insurgência contrafarmacopornográfica. Há também alguns elementos interessantes que são utilizados como exemplos práticos da agência sociopolítica da Multidão. Como a noção de bioterrorismo de gênero enquanto política *gendercopyleft*, que se opõe à privatização *copyright* dos biocódigos de gênero. Para Preciado, transmutar-se em singularidade multitudinária significaria, na prática, “lutar contra a privatização do corpo e a redução da *potentia gaudendi* à força de trabalho”, de modo que o comum, assim como visto anteriormente e conforme a teoria de Hardt e Negri, torne-se virtual e sensivelmente o âmbito público, ultraconectado e colaborativo por meio do qual toda singularidade poderá ter acesso livre às diferentes matrizes de inteligibilidade e contínua hibridização de gênero.

Os *hackers* e bioterroristas de gênero, desse modo, são compreendidos por Preciado como aquelas singularidades que reconhecem seus devires dessujeitantes, que resistem contra a servidão maquínica ao capital, e, que são traficantes e contrabandistas entre-matrizes de fluxos semiótico-técnicos, produtoras de multiplicidades monstruosas viáveis e reparadoras de biocódigos *copyleft* (2018a, p. 412). Ser hacker e bioterrorista de gênero é, mais precisamente, reconquistar a produção de subjetividades, as matrizes de feitura de sujeitos, as normativas do princípio de individuação, por meio do qual o sujeito devém indivíduo e imbuir-se de inteligibilidade. Trata-se de um complexo processo de resistência à dominação Império-farmacopornográfica, que tem como intuito a criação de uma plataforma de redistribuição de códigos de inteligibilidade, – o que é inspirado e desdobra-se a partir do conceito hardt-negriano de “comum” –, que inaugura o que Preciado chama de *comunismo tecnossomático* (2018a, p. 370).

Jack Halberstam, em prefácio à edição norte-americana de *Manifesto Contrassexual* (2018b, posição Kindle 369, tradução nossa), afirma que o “nós” – como em “nós somos multidão” ou ainda “nós somos revolução” – ao qual Preciado frequentemente alude não é casual, mas parte de uma nova gramática cuja denominação é “comunismo tecnossomático”. Em continuidade, pensar a multidão e o comum conduz a pensar a sua capacidade performativo-prostética e corporal de fazer-se tangível. E devido a isso, o comunismo tecnossomático se trataria de “uma maneira de ser, se mover e mudar que reside na capacidade de ‘cuidar e proliferar, conectar e multiplicar’”. Quanto a isso, também na nova introdução à edição norte-americana de *Manifesto*, Preciado afirma (2018b, posição Kindle 369) que, hoje, talvez o único caminho possível para uma mutação global seja a construção multitudinária de uma forma de vida, conjuntamente com todos os corpos vivos na Terra e pela Terra. Este caminho não só é possível, como já é percorrido. O autor complementa afirmando que, com a distinção entre

produção e reprodução baseada na diferença sexual (isto é, anatômica e sexista), instalando-se no cerne da divisão do trabalho dentro do capitalismo, cis-heteropatriarcal e neocolonial, esta nova forma de vida só poderia ser alcançada se fosse construída, também, uma nova organização política do sexo e da sexualidade.

Em outras palavras, o comunismo tecnossomático é uma denominação que está entre a teoria, a poesia e os *cartoons*, como diz Preciado, de modo a tornar possível “desenhar uma porta na parede da opressão sexual e de gênero para escapar dela” (2018b, posição Kindle 427, tradução nossa). E a sua fala deve-se acrescentar: há a necessidade de insistir na criação de práticas que tornem possível romper com os laços discursivos, psíquicos e performativos da sujeição e de sua continuidade, de modo a viabilizar a completa interrupção do circuito que se constitui psiquicamente entre a interpelação subversiva e a sua recepção enquanto ameaça; dissolvendo assim quaisquer nós do apego apaixonado que possam prender as singularidades à cis-heteronormatividade compulsória.

A partir do conceito de comunismo tecnossomático, é possível perceber uma interessante – e também importante – convergência entre as três principais teorias investigadas na presente dissertação. O comum e o bem-estar comum têm sido pensados por Butler, Hardt&Negri e Preciado, e, embora as suas teorizações tenham percursos diferentes entre si, é possível afirmar que ao menos atualmente convergem para o mesmo objetivo: a possibilidade de uma nova sociedade, que tenha em suas infraestruturas onto-epístemo-políticas o poder constituinte da diferença, imanência, da relacionalidade, comunicatividade e do comum. Na última obra da trilogia de Hardt e Negri, *Bem-estar comum* (2016, posição Kindle 214), os autores afirmam que esperam contribuir com a resistência à “fenomenologia do niilismo”, de modo a desobstruir os processos de produtividade e criatividade da multidão, mas também contribuir com o entendimento do devir-revolucionário do presente, a partir do qual é possível instituir um bem-estar comum. Os autores inspiram-se novamente em Spinoza e afirmam que insistir na criação e defesa do bem-estar comum é, para Spinoza, “a força primordial que sustenta a possibilidade de democracia” (2016, posição Kindle 1.165). As condições para a sua criação já existem e a convergência entre-singularidades em prol de sua estruturação é constituinte dessa mesma sociedade a que se busca materializar. O bem-estar comum busca:

Garantir que todos tenham os meios básicos de vida e saúde; criar condições para que nos encontremos numa relação de igualdade, com o conhecimento e as capacidades necessários para interagir socialmente; e proporcionar a todos livre acesso ao bem-estar comum acumulado que serve de base para nossos encontros e é por eles enriquecido. Cabe lembrar, igualmente, que já vimos que grandes parcelas da população global já possuem muitas dessas capacidades, nas redes de produção biopolítica, na vida das metrópoles e na trama da vida social cotidiana. Podemos exigir

dos poderes dominantes que elas sejam asseguradas e tornadas universais (HARDT; NEGRI, 2016, posição Kindle 6.903).

Ao bem-estar comum de Hardt&Negri e ao comunismo tecnossomático de Preciado soma-se o vínculo ético-político baseado na força da não violência, pensado por Judith Butler em *The Force of Nonviolence* (2020a). Em sua mais recente publicação, Butler dedica-se a diferenciar a violência da não-violência, bem como investigar a partir do presente a possibilidade mesma do uso da não-violência como um recurso para a constituição e o manutenção da democracia tal como é pensada hoje. Ademais, busca pensar, a partir de manifestações não-violentas, como acampamentos, assembleias, boicotes, greves etc. podem servir à organização democrática em sua própria defesa. Sobre isso, por exemplo, Hardt e Negri (2014, pp. 428-432) defendem que o uso democrático da violência deverá ser sempre subordinado ao processo político e a suas decisões, pois, “se este processo político é democrático, organizado na forma horizontal e comum da multidão, o emprego da violência também deve ser organizado democraticamente”. Para os autores, também, a violência não possui nenhum poder criativo, sendo somente capaz de defender a sociedade. Já para Butler, é muito complexo *defender* a violência, mesmo como Hardt e Negri o fazem, pois esta deveria ser sempre uma ferramenta, como meio e jamais um fim. Além disso, atualmente tornou-se um problema definir o que é “violência” e o que não é, pois a violência é sempre descrita estrategicamente, tornando-se sempre aberta a interpretações que frequentemente diferem entre si (BUTLER, 2020a, p. 14). No entanto, o que nos chama a atenção é como Butler teoriza a não-violência como uma forma de resistência ao individualismo e uma forma ético-política de conceber a relacionalidade – e aqui voltamos a correlacionar as teorias de Preciado, Hardt&Negri e Butler – entre-singularidades.

Como resultado, uma ética da não-violência não pode ser baseada no individualismo e deve assumir a liderança em fazer uma crítica ao individualismo como base da ética e da política. Uma ética e uma política de não-violência teriam que considerar como nós estamos implicados nas vidas uns dos outros, vinculados por um conjunto de relações que podem ser tão destrutivas quanto podem ser sustentadoras. As relações que vinculam e definem estendem-se para além do encontro humano diádico, razão pela qual a não-violência pertence não apenas às relações humanas, mas a todas as relações vivas e inter-constitutivas (BUTLER, 2020a, p. 9, tradução nossa).

Pode-se compreender, então, que a hipótese butleriana da não-violência é pensada a partir de uma ontologia corporal e relacional, que é complementar à ontologia endócrina de Preciado e à ontologia da diferença de Hardt e Negri. O que inclui a necessidade de promover uma ética-política em âmbito público, não-individualista, que vai diretamente de encontro com a multidão, mas que, alerta Butler (2020a, p. 10), também requer uma crítica teórica e prática

da ética egológica. Por ética e crítica egológica, pode-se entender um extenso aprendizado intersubjetivo que capacite a reeducação do “eu”, sem negar os processos de identificação, para que em contextos não-identitários, de multiplicidade, não haja confusões com o “nós”. O que implica entender as dinâmicas psíquicas e intersubjetivas das singularidades, na mesma medida em que se produzem as dinâmicas sociais multitudinárias.

Como resultado, a relacionalidade não é por si só uma coisa boa, um sinal de *conectude*, uma norma ética a ser postulada sobre e contra a destruição: ao contrário, a relacionalidade é um campo vexado e ambivalente no qual a questão da obrigação ética deve ser trabalhada à luz de um persistente e constituinte potencial destrutivo. [...] Se um *si-mesmo* está vitalmente conectado a um conjunto de outros e não pode ser concebido sem eles, então quando e onde esse *si-mesmo* singular começa e termina? O argumento contra a violência, então, não implica apenas uma crítica ao individualismo, mas uma elaboração dos laços ou relações sociais que exigem a não-violência (BUTLER, 2020a, pp. 10-15, tradução nossa)<sup>63</sup>.

Por conseguinte, à luz do bem-estar comum e do comunismo tecnossomático, a força da não-violência contribui afirmando que, ao invés de uma “posição moral adotada por indivíduos em relação a um campo de ação possível”, deve-se entender tais conceitos como práticas sociais e políticas que são empreendidas colaborativamente para culminar em formas de resistência ao capital (e aqui inclui-se os conceitos de capitalismo mundial-integrado, Império e farmacopornografia), mas também às “formas sistêmicas de destruição”, de modo a associarem-se como um exercício de “construção mundial que honre a interdependência global do tipo que incorpora ideais de liberdade e equidade econômica, social e política” (BUTLER, 2020a, p. 20). Uma vez compreendida que a violência contra o outro é, no limite, violência contra si-mesmo, complementa Butler (2020a, p. 26, tradução nossa), é possível reconhecer que a violência não ataca “apenas” a alguém, grupos sociais (sejam considerados dissidentes ou “minoritários” ou não) ou ainda vínculos comuns que podemos chamar de “entre-singularidades”, mas ataca diretamente “a interdependência viva que é, ou deveria ser, nosso mundo social”.

Sem esgotar o problema da presente dissertação, é certo afirmar que se verifica a hipótese de que Paul B. Preciado recorre a distintos elementos da filosofia contemporânea, a multidão inclusa, para abordar as dimensões infrassociais, infrapessoais e prótico-performativas do assujeitamento à cis-heteronormatividade compulsória, bem como as suas mutações capitalísticas que levam à servidão maquínica a partir da intensificação do controle e

---

<sup>63</sup> (N.T.) A expressão original *connectedness* foi traduzida aqui como *conectude* (tal como em *multitud* ou *multitude*) de modo a enfatizar que a “conectividade”, como seria a tradução mais correta, não expressa toda a complexidade e intensidade das conexões glo(c)ais multitudinárias, tal como são pensadas por Negri&Hardt, Preciado e tal como interpretamos a fala de Butler nesse excerto. Adicionalmente, o tradutor de *A vida psíquica do poder* (2017a, p. 17) Rogério Bettoni esclarece que, para haver maior precisão e linearidade terminológica com as obras de Butler, ao diferenciar *I*, de *ego* e *self*, o termo *self* traduz-se por *si-mesmo*.

da exploração da *potentia gaudendi*. Sua contribuição destaca o devir-revolucionário que é fundamento para o devir-multitudinário e, é seguro afirmar que, mesmo que a multidão seja intimamente ligada ao devir-revolucionário, este não se reduz à multidão, de modo que, se a organização plural multitudinária vier a falhar, ainda persistirá o devir-revolucionário, a partir do qual outro paradigma de resistência poderá surgir. Dessa maneira, mesmo que revoluções encontrem suas derrocadas, a revolta e a insubordinação do devir-revolucionário são elixires que continuarão a nutrir a agência onto-epístemo-política das singularidades<sup>64</sup>. Outra importante contribuição diz respeito às micropolíticas dessujeitantes, que são afirmativas do regime farmacopornográfico enquanto o conjunto biotecnológico, prostético e semiótico-técnico que é passível de subversão e ressignificação multitudinária e, portanto, a possibilidade mesma de transformar sujeitos-assujeitados e sujeitos-individuados em singularidades multitudinárias: dessujeitantes e subjetivantes, constituintes, biopolíticas e produtivas, múltiplas, monstruosas, sempre diferentes e diferindo-se. Em todo caso, ainda que as multidões não se limitem ao *queer*, ainda serão contrafarmacopornográficas e, ainda que haja singularidades inconscientes de sua subordinação, sempre haverá a possibilidade de metamorfosear-se. Convém dizer que, então, ao modo negriano (2007, p. 116, tradução nossa), “de fato, o monstro venceu”.

#### 4.4 LO QUE ABYA YALA LE HIZO A PRECIADO<sup>65</sup>

Já na reta final das problematizações propostas na presente dissertação, a seguir se acompanhará algumas notas acerca da recepção crítica dos postulados acerca da multidão, de modo a observar aspectos de sua aplicação na prática. Dito isso, a recepção crítica das teorias de Preciado em *Abya Yala*<sup>66</sup> – isto é, na América Latina ou, como diz Duen Sacchi (2019, p. 17, tradução nossa), em “Nossa América, assim juntinho, pois não poderia ser de outra maneira” – materializou um campo fértil no qual os seus escritos não só são lidos e veiculados, mas interpretados, fagocitados e a partir disso, transcriados.

Com as críticas rastreadas por Campagnoli (2016, p. 97, tradução nossa), pode-se destacar a que afirma que Preciado “impõe uma visão centralista que universalizaria

<sup>64</sup> Cf. Devir revolucionário e revolução, em *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*, de Maurizio Lazzarato (2019).

<sup>65</sup> O título de seção faz referência ao artigo *Biopolítica del género* (PRECIADO, 2008) e aos seus subtítulos *Lo que el cordero le hizo a Foucault* e *Lo que el cordero le hizo a Butler*.

<sup>66</sup> Termo originário da cultura e língua do povo originário da Serra Nevada, na Colômbia, os Kuna. Significa “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”. Este é um sinônimo de América Latina e, dentre outros vocábulos, é utilizado como forma de resistência às narrativas e semânticas coloniais. Cf. *Abya Yala*, de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2016).

implicitamente como válida para toda geopolítica”. Em 2015, a visita de Preciado a Buenos Aires, na Argentina, causou controversas e de certa forma intensificou o debate acerca dos agenciamentos colonizadores das teorias nortenhas e eurocentradas. Mesmo que Preciado reconheça em suas obras que fala de uma posição de enunciação privilegiada, há comentaristas como Diego Falconi e Valeria Flores, segundo Campagnoli (2016, pp. 100-101, tradução nossa), que ainda mantêm suspeitas, identificando alguns elementos que são lidos como “apropriação dos conceitos contextualizados na geopolítica do Sul e suas militâncias vernáculas”, o que caracterizaria uma falta de “perspectiva em relação à outridade ‘sudaca’”.

Sobre a visita, as perspectivas foram controversas: foram desde a satisfação de ter o intelectual que admiram no país ao questionamento de que considera a sua atitude colonial, pois como ilustre filósofo, Preciado viria a iluminar uma massa desinformada para apoiá-lo. O peso das críticas, então, concentra-se no fato de que, apesar de ter declarado compromisso com a geopolítica do Sul, as ações de Preciado resultariam em operações colonizadoras que coisificam identidades, apropriando-se de sua voz e que situam assim estas identidades na condição de “portadoras da dissidência”, da mesma forma que subalternizam as perspectivas de contextos diferentes dos europeus ou estadunidenses (CAMPAGNOLI, 2016, pp. 101-102, tradução nossa).

Os deslocamentos da teoria preciadiana operados na Argentina e no Brasil estabeleceram coordenadas a partir das quais é possível desafiar e confrontar a teoria a partir de si mesma. Por exemplo, como ler a teoria preciadiana e conceitos como farmacopornografia e multidão a partir das culturas, experiências e vivências latino-americanas? Qual seria o *cuir* dos trópicos? Ainda seria possível falar de farmacopornografia e multidão ao beber Ayahuasca com um xamã ou *gírar* incorporado em um terreiro?<sup>67</sup> Para as sapatas, bixas e transvestigêneres haveria sentido coletivizar-se de acordo com as premissas da multidão?<sup>68</sup> O movimento latino-americano de recepção crítica e transcrição do pensamento preciadiano – ou *Lo que Abya Yala le hizo a Preciado* – se trata de causar rupturas com o eixo Sul-Norte, assim descentralizando-nos do norte global, mas também com o eixo Sul-Sul e toda a gama de tensões que existem aqui. Nas palavras de Cabral (2008, p. 128, tradução nossa), trata-se também de investigar até que ponto o seu pensamento é subversivo e libertador e até que ponto pode ser considerado

<sup>67</sup> Cf. *Queer nos Trópicos*, de Pedro Paulo Gomes Pereira (2012) e *O cu (de) Preciado: Néstor Perlongher e o Santo Daime*, de Cleiton Zóia Münchow (2018).

<sup>68</sup> Em tempo, destacamos uma importante reflexão de Jota Mombaça, identificada como Monstra Errátika (2016, s.p.), acerca do texto *Queer nos trópicos*, de Pedro Paulo Gomes Pereira (2012), na qual afirma: “falta à elite teórica do queer nos trópicos reconhecer de que modos a colonialidade do queer não se dá somente de fora para dentro — isto é, do mundo euroestadunidense para os contextos periféricos —, mas também de dentro para dentro, por efeito de um “colonialismo interno” levado a cabo pelos mesmos teóricos de gênero que ora questionam a supremacia do queer do Norte sobre os queer do Sul. Nesse sentido, a oposição macro-estrutural Norte e Sul produz contraditoriamente um apagamento das tensões Sul-Sul e contribui para a perpetuação de modos de dominação epistemológica, ética e política não previstos por autores como Pedro Paulo Gomes Pereira”.

como “outro texto acadêmico queer que recorre, como tantos outros, a experiências trans e intersexo como dispositivo crítico, como exemplo privilegiado e como promessa emancipatória”.

Destaca-se também a crítica sociopolítica realizada por Mauro Cabral e Blas Radi, frente ao artigo *Biopolíticas del Género* de Preciado (2008), que é complementada por Rucovsky (2016), Cano (2014 e 2015) e Campagnoli (2018). Esta crítica é voltada ao que é possível chamar de “pulsão de coletivizar”, a autocoletivização e a “hipótese programática” da Multidão, que é depositada na figura de Agnes, como visto anteriormente na seção 3.4, intitulada *Micropolíticas de resistência*. Se recordarmos, Preciado agencia a vida e experiência de Agnes de modo a representar a sua *dinamite* contrafarmacopornográfica. Afirma, inclusive, que Agnes é resultado de um processo de autointoxicação experimental e autocoletivização, o que faz de Agnes e seu corpo a *somathèque* comum – ou a comunista tecnossomática por excelência. O agenciamento coletivo, “coletivização” ou “devir-multitudinário” de Agnes se converte em uma preocupação acentuada para Mauro Cabral (2008) e Blas Radi (2015), sobretudo no que se refere ao recair na molaridade de suas teorias revolucionárias e contrafarmacopornográficas. Preocupam-se com o modo em que Agnes é mobilizada por Preciado em sua teoria, isto é, como uma representação que já nos chega a todas (os) coletivizada, de modo descritivo, em que sua vida e experiências se tornam apagadas. Assim, questionam a premissa global da farmacopornografia e sua resistência, sublinhando a pluralidade de elementos locais e situados que em resultado são apagados.

Mauro Cabral e Blas Radi produzem comentários que, embora acenem para um potencial heurístico presente em *Biopolíticas del Género* e a incontestável riqueza em suas contribuições, ao mesmo tempo colocam o texto sob uma série de crivos próprios dos estudos de gênero, afirmando que este artigo de Preciado deve ser lido com e contra o mesmo. “Quem coletiviza a história de quem, por quais condições de possibilidade, sob quais pressupostos, com quais consequências?” (CABRAL, 2008, p. 128). De modo complementar, criticam o fato de que, uma vez mais, trata-se dos termos advindos de um norte global, que se pressupõem de alcance universal, enquanto são descritivos da agência sociopolítica dos que estão em suas margens. Para Cabral (2008, p. 133), o modo como Preciado mobiliza a vida e experiência de Agnes não se diferencia (tal como Preciado gostaria) de como Butler realiza com Venus Xtravaganza e Foucault com Herculine. Com isso, o problema está em disparar um “devir história exemplar”, sem que se tenha o cuidado ético e político ao se valer de experiências trans e intersexuais em contextos da teoria queer como representação.

O artigo de Blas Radi (2015) se interessa precisamente em investigar a definição de comunidade, isto é, o comum e o comunismo tecnossomático, que emerge da teoria preciadiana, pontuando o “nós multitudinário” e “monstruoso” que, inicialmente, como visto, Preciado define como o sujeito político queer da contemporaneidade. Radi (2015, p. 03) posiciona sua interpretação como na contramão às de Preciado em *Testo Junkie*, afastando-se do que compreende ter sido o objetivo de Preciado: fazer das multidões queer uma comunidade trans\* que, no entanto, é “um espaço livre de pessoas trans”. Em outras palavras, o comentarista critica veementemente o cruzamento entre duas afirmações realizadas por Preciado, quais sejam, as multidões queer e a distinção entre *bio*, *tecno* e *trans*, da primeira edição de *Testo Junkie*.

Surge assim, em meio à Guerra Fria, uma nova distinção ontológico-sexual entre os homens e mulheres “bio”, isto é, que conservam o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, e os homens e mulheres “trans” ou “tecno”, isto é, que apelarão [*sic*] às tecnologias hormonais, cirúrgicas e/ou legais para modificar esta atribuição. [...] Utilizarei a partir daqui esta nomenclatura, sabendo que ambos estatuto de gênero (bio e trans) são tecnicamente produzidos. Ambos dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológicos comuns (PRECIADO, 2015a, p. 87, tradução nossa).

A afirmação de Blas Radi, isto é, de que Preciado busca criar uma comunidade trans\*, mas livre de pessoas trans\*, encontra sua origem na distinção acima, realizada por Preciado, na qual o autor compreende que a diferença entre bio e tecno reside na intensidade de resistência e em quão consciente está o indivíduo, ou seja, do quão é capaz de reconhecer a si mesmo enquanto assujeitado pelas normas cis-heteronormativas e farmacopornográficas. Enquanto o “bio” diz respeito àqueles que conservam o sexo-gênero que lhes foram atribuídos ao nascimento, “trans” diz respeito àqueles indivíduos que “apelarão” às modificações corporais, cirúrgicas ou não, para corrigir a coerência entre sexo-gênero. Consequentemente, “tecno”, diz Radi (2015, p. 06), diz respeito a uma “promessa subversiva” e a um desafio: deixar-se consumir por completo pelo regime de dominação farmacopornográfico, de modo que, a partir do seu interior, torne a emergir como insurgência contrafarmacopornográfica. Portanto, Radi busca ler as entrelinhas dos escritos de Preciado e, ao pensar a sua aplicação prática, sociopolítica (mas por isso não menos ontológica e epistemológica), interpreta que o risco da estratégia de autocoletivização multitudinária seja, se e quando recair à molaridade, tenha simplesmente produzido um sujeito tecno que será, eventualmente, “colocado para trabalhar em uma empresa teórica e política cissexual”, que a partir da cisão entre quem é *bio*, *trans* e *tecno* apenas acentue ainda mais a diferença sexual, e, também, que as manifestações revolucionárias e voluntárias percam de vista a sua luta contra o cis-heteropatriarcado, deixando

assim de serem contrafarmacopornográficas para tornarem-se assimiladas uma vez mais pelo capitalismo cis-heteronormativo.

Fato é que, por mais que seja impreciso afirmar as razões pelas quais Preciado edita a sua obra e modifica os trechos em que originalmente defendeu a distinção *bio*, *trans* e *tecno*, pois as obras traduzidas e revisadas, embora acompanhem novos prefácios e novas introduções, não indicam nem justificam tais modificações, é impossível deixar de notar que, seja devido às críticas das comunidades trans\* aqui representadas por Cabral e Radi, ou seja devido ao reconhecimento do problema que emerge de tal distinção, Preciado a modifica definitivamente:

Daqui em diante, utilizarei a nomenclatura *cis* e *trans*, sabendo que esses dois *status* de gênero biopolíticos são tecnicamente produzidos. Ambos dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico comuns. A diferença entre “cis” e “trans” depende da resistência à norma, da consciência desses processos técnicos (farmacopornográficos) que produzem ficções somáticas de masculinidade e feminilidade e das técnicas científicas e do reconhecimento social no espaço público. **Isso significa não haver juízo de valor implícito: o gênero “trans” não é melhor nem mais político que o gênero “cis”.** **Em termos ontopolíticos, isso se resume a dizer que há apenas tecnôgêneros.** Técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas ou cibernéticas constroem a materialidade dos sexos *performativamente* (PRECIADO, 2018a, p. 137, itálicos do autor, negrito nosso).

Em continuidade, no artigo *¿Cómo hacer(se) un corpus teórico?: Consideraciones tecno-bio-grafo-políticas de las tecnologías del nosotrxs* de Virginia Cano, que aborda as críticas de Mauro Cabral e Blas Radi, a comentarista afirma que, em definitiva, o transcorrido teórico-prático realizado por Preciado, sobretudo ao incorporar a multidão hardt-negrina, se trata de tensionar os limites entre “nossos-corpos”, isto é, o que ela chama de *utopias de nós mesmos*, quais sejam, as que estão “localizadas no sempre diferido (e “sinedótico”) a-topos no qual a primeira pessoa do singular se des-faz iterativamente no horizonte comunitário da primeira pessoa do plural” (2014, p. 164, tradução nossa). A estratégia narrativa da qual se vale Preciado para inscrever-se em contextos multitudinários e a própria multidão em contextos contrafarmacopornográficos é, diz Virginia Cano (2014, pp. 179-180, tradução nossa), “um marco comunitário de uma história e luta compartilhada, a dos movimentos feministas e da diversidade sexual, isto é, a de um coletivo (fantasmático) no qual se disputa o “nós” que coletiviza a escritura”. Esta disputa é tanto política, quanto ética e também se caracteriza como um risco, uma interpelação da qual “não deveríamos evitar”. E o risco do qual fala, é o “perigo que corre todo texto que busca enunciar e coletivizar a experiência, o nome, o texto, o sexo, o corpo ou o verbo do outro”.

Como se performa o corpo-escritural no qual se disputa um nós que (não) somos, (não) podemos, (não) devemos ou (não) queremos ser? Como escrever, inscrever ou corporificar a (des)construção do “nós” que (nos) expõe uns aos outros, submetendo-nos à (in)justiça do ser-em-comum? [...] A possibilidade de inscrever-nos a nós mesmos em uma genealogia comum, a partir da qual desenvolver uma “ontologia de nós mesmos”, de produzir uma “autoteoria” em que “o que interessa” não é o que há de individual, a possibilidade de dar conta da experiência da comunidade, atualidade, ou coletivo do qual formamos parte supõe afrontar-se com o risco de (des)fazer um fio, um modo, uma língua ou um sentido para esse (nosso) ser-com. Este é o fardo, a tarefa, mas também o dom e a ingratidão a que nos chama a (des)construção de um nós (CANO, 2014, pp. 180-182, tradução nossa).

Em *Subversión narcótica y disidencia sexual: una lectura desde el sur de las tesis farmacopornográficas de Paul B. Preciado*, também de Virginia Cano (2015), torna-se evidente uma série de problemas subsequentes ao postulado da multidão como sujeito político contemporâneo e insurgência contrafarmacopornográfica. Na prática, ao levarmos em consideração os elementos infrapessoais e infrassociais de assujeitamento, tendo a matriz de inteligibilidade cis-heterossexual como apenas uma das matrizes de sujeição e não a única a se preocupar, torna-se evidente que a materialização da multidão hardt-negriana e preciadiana encontra obstáculos a níveis infraestruturais da sociedade. A partir do que diz Virginia Cano, compreende-se que é fundamental considerar os modos não-voluntários e não-conscientes da produção do assujeitamento e da servidão maquínica. O que inclui de certa forma a empatia e a compreensão de que, possivelmente, para a grande maioria de indivíduos, não há um plano de intenções, em que as vontades individuais de ordem subversiva que sejam voluntárias. Então, o que fazer quando a interpelação subversiva, multitudinária e contrafarmacopornográfica é não desejada ou não planejada? “Como seria uma prática de si, de cuidado e gestão do próprio corpo, que se apoie não em um protocolo *selfdesigned*, mas em um protocolo produto da ‘educação entre pares’”? (CANO, 2015, p. 96, tradução nossa). Para a autora, esta é a tarefa a se seguir, isto é, compreender efetivamente como se dão a níveis infraestruturais as relações do “eu” ao “nós”, mas também do “nós” ao “eu”, uma vez que o Império mesmo disputa tais circuitos em sua fome por *potentia gaudendi* multitudinária. No entanto, são investigações e compreensões que deverão ser buscadas sem cair em vetores hegemônicos, normalizantes e que ocasionem mais apagamentos em favor do “bio-hétero-tecno-poder” (CANO, 2015, p. 99, tradução nossa).

Além do desafio apresentado por Virginia Cano, isto é, no qual o projeto multitudinário depara-se com o problema da resistência voluntária, a partir do qual há e/ou pode haver a ausência de vontades individuais ou planos de intenção subversivos, compreende-se que surge outro grande e urgente desafio. Como o projeto plural de organização democrática e multitudinária se posiciona em relação àquelas (es) que se eximem do compromisso e da

responsabilidade para com o bem-estar comum? Além disso e com mais especificidade, como a Multidão se posiciona em relação àquelas (es) que ativamente produzem discursos contrários aos da Multidão, agindo com base em afecções, desejos e políticas de extermínio? Como a Multidão enfrentará discursos e pulsões de ódio como os de trumpistas, bolsonaristas e demais formas de extremismos ao redor do mundo?

Que respostas – ou melhor – quais soluções a Multidão têm a oferecer em relação à grave pandemia de violência, na qual o maquinário produtor de desejos e mobilizador da cooperação masturbatória associa e coletiviza o ódio e a extrema violência no formato de políticas *snuff*? As políticas *snuff*, segundo Preciado (2018a, pp. 362-365), são precisamente aquelas que convertem o desejo pelo prazer em desejo pela morte, isto é, em “extermínio por e para a representação”, de modo a, parafraseando Preciado, arrancar o máximo possível da vida até o momento em que houver somente morte, permanentemente representada, coletivizada e transmitida em tempo real. Com as políticas *snuff* em andamento, a autossatisfação se torna alimentada pelo circuito “prazer-na-dessubjetivação-do-outro/prazer-na-dessubjetivação-do-eu”. Nesse circuito, àquelas (es) que desejam e excitam-se com o ódio e com o extermínio buscam constantemente assistir o Outro subjugado, sem poder controlar a própria força de sua existência e produção (*potentia gaudendi*) para, enfim, serem os mesmos a se reduzir a uma reposta masturbatória, satisfazendo-se em sua dessubjetivação como expectador *snuff* que se crê involuntário.

E, por fim, como a Multidão materializa o comum, o produz e reproduz, o desloca e reconfigura os espaços públicos em espaços também comuns, como espaços de resistência e contraprodução, de formações continuadas e ações integradas? Por hora, nossas notas e questionamentos servem aqui como caminhos de continuidade e não pretendem-se conclusivas. São coordenadas para pensar-com e pensar-além, fagocitando e transcriando todo este entramado mais-teórico-que-prático em possibilidades mais-que-práticas, de fato revolucionárias, coletivas, em âmbitos nos quais se fala-com ao invés de falar-se por. Nestes âmbitos, cabe a todos nós a tarefa profana da transcriativa continuidade, a partir da qual ao invés de tomar as palavras de Preciado como a pretensão de instruções terminantes, as ressignificar em conjunto e democraticamente como estratégias válidas de resistência e agência política, conforme os contextos em que nos encontramos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No princípio do fim e de volta ao início, o objeto de problematização que foi articulado ao longo da presente dissertação interrogou, sobretudo a partir do postulado multitudinário de Paul B. Preciado, como que o filósofo espanhol mobilizou em suas produções teórico-práticas o conceito de Multidão. Sem dúvida, o autor bebeu de muitas fontes e inspirou-se nos mais variados escritos, realizando pontuais deslocamentos e propondo ressignificações de conceitos tradicionais, do cânon filosófico, de modo a contribuir ativamente com os círculos ativistas e acadêmicos queer. No início, questionamos: como Preciado, em sua tese, mobilizou a categoria Multidão como sujeito queer e, a partir disso, como foi possível ter subsumido a Multidão como o novo sujeito político contemporâneo? Como hipótese levantada, afirmamos que, em ordem de responder de modo satisfatório a este problema, seria necessário recorrer a *desvios* e a caminhos oblíquos, rizomáticos, justificando-se a fim de cartografar topologias e topografias próprias do campo fenomênico a partir do qual o problema emerge. Isto pois, ao transcorrer com certo nomadismo teórico, ainda que sem esgotar esse problema, nosso questionamento se desdobraria em problemas menores, encontrando conceitos e distintos elementos sem os quais os resultados seriam inconclusivos.

À vista disso, o objetivo central e norteador da presente investigação foi verificar, a partir do *corpus* teórico de Paul B. Preciado e conforme a hipótese expressa, que *sim* é possível afirmar que há uma mobilização coesa e coerente entre os conceitos de farmacopornografia e multidão. Em outras palavras, de fato foi possível verificar que o conceito de multidão pode ser caracterizado como uma insurgência contrafarmacopornográfica, respondendo também a como o conceito é mobilizado pelo autor.

Para tal e em primeiro lugar, a teoria butleriana foi anteposta por ser aporte da teoria preciadiana, obviamente, mas também por oferecer uma constelação conceitual e vocabulários necessários para a investigação acerca da feitura e exploração dos sujeitos na contemporaneidade. Como ênfase em sua vasta contribuição aos estudos de gênero, é também uma das principais referências sobre o assujeitamento à cis-heteronormatividade. A partir da interseção entre ambas as teorias, o seu potencial transcriativo é tensionado e com isso obtemos ferramentas para compreender como aparece socialmente o eu “sempre-já” cis-heteronormativo, bem como suas manifestações de repulsa a quaisquer sujeitidades e identidades múltiplas. Frente ao diferente, a ameaça se torna em reações de execração e violência contra, por exemplo, quaisquer sujeitidades, identidades ou práticas trans\* e não-heterossexuais. Com isso, sem dúvida cabe ressaltar o importante processo escritural de Butler

que, entre outros conceitos igualmente importantes, compõe a partir da performatividade o cenário filosófico no qual se dão grande parte das reflexões precidianas e hardt-negrianas. À luz das obras mais recentes de Butler, a performatividade é lapidada e, a partir do diálogo com diversos grupos e espaços sociais, o conceito adquire novas perspectivas, desdobrando-se em meios para se reconhecer, rastrear e cartografar tais fenômenos onto-epístemo-políticos de dominação cis-heteronormativa.

O afortunado desvio pela teoria butleriana é, então, como um reflexo voluntário e de vital importância para a solução do problema proposto conforme os caminhos seguidos na presente dissertação. De modo que, ao retornar à feitura dos sujeitos, torna-se possível compreender o quão intrincada é a dominação acumulada pelos dispositivos de assujeitamento e distribuição de reconhecimento. O reconhecimento e a inteligibilidade são, portanto, nevrálgicos para a continuidade investigativa rumo às manifestações de resistência. É por meio destes que se estruturam as instâncias subjetivas, linguísticas, psíquicas e materiais a partir das quais podemos falar em apego apaixonado e em primado de resistência. Em outras palavras, parece haver consenso entre as fontes analisadas, de que para emancipar-se a níveis onto-epístemo-políticos é necessário, primeiro, submeter-se ao sistema de dominação, para então traçar linhas de fuga a partir do seu interior. É necessário assujeitar-se em ordem de tornar-se inteligível para, então, reconquistar os próprios meios pelos quais será possível iniciar múltiplos processos de redistribuição de reconhecimento. Aos poucos, conceito a conceito, observa-se como se dá a captura da força produtiva por meio do capital e em como o poder do capital articula a precariedade dos sujeitos, expondo-nos a todos sistematicamente a situações de vulnerabilização como estratégias de controle. O que, em outras palavras, significa que, na ordem micropolítica dos devires, a feitura do sujeito e o seu devir individuado são simultâneos, mas a submissão não termina aí, pois, sendo sempre um sujeito-em-processo e estando sempre assimetricamente exposto às contingências e vulnerabilidades, o sujeito-individuado torna-se já-precarizado frente às violências e explorações capitalísticas. A precariedade e a precaridade, aqui, também devem ser compreendidas como as ferramentas por meio das quais a matriz de inteligibilidade em vigência explora a condição relacional do sujeito-assujeitado e do sujeito-individuado, transacionando submissão em troca de reconhecimento e regulando as suas densidades onto-epístemo-políticas.

Diretamente correlato a isso, o conceito butleriano de *apego apaixonado* à subordinação é otimizado a partir da distinção entre sujeito e indivíduo, algo que posteriormente foi percebido também conforme a distinção entre sujeição e servidão maquínica. Ao menos no que se compreende a partir da feitura dos sujeitos em matrizes de inteligibilidade e assujeitamento

coercitivas, tais como a da cis-heterossexualidade compulsória, a subordinação ao poder constituinte é fundamental para o vir a ser sujeito e a sua continuidade performativa enquanto indivíduo. Tal subordinação, tão intrínseca a ponto de ser representada a partir da fórmula “eu prefiro existir na subordinação a não existir”, identificou-se como o meio pelo qual a sujeição e a servidão maquínica se mantêm enquanto modalidades de produção hegemônica de sujeitos do (e para o) capitalismo contemporâneo. Não obstante, a subordinação ou o “apego apaixonado” garante que, para o sujeito-assujeitado ou para o sujeito-individuado, qualquer tentativa de escape da dominação que originalmente o fundou será percebida como uma ameaça à própria vida. Dessa maneira, cala o devir-revolucionário e o primado da resistência: a revolta e a insubordinação. O que está em disputa, então, são os dispositivos de atribuição de reconhecimento, que produzem os sujeitos e indivíduos considerados inteligíveis e aqueles que são abjetos; os que estão entorpecidos o suficiente para voluntariamente ceder suas *potentia gaudendi* sem resistir e aqueles que continuamente causam disrupções subversivas; os corpos normais e aqueles *taxonomizados* como anormais; as vidas que são atribuídas de valor e as que são descartáveis.

Em segundo lugar, com este vocabulário e a partir de tal constelação conceitual, foi possível contextualizar o recorte têmporo-espacial do presente, isto é, os aportes teóricos e o campo fenomênico por meio dos quais Preciado identifica mutações diversas causadas pelas reinvenções do capital em ordem de se perpetuar na sociedade. Tais mutações, sobretudo centradas em um estruturalismo científico e na sua sofisticação tecnocientífica, são reunidas sob um conceito: a farmacopornografia. A partir da delimitação conceitual do que é a farmacopornografia, isto é, este regime capitalístico, pós-industrial, global, midiático e de controle tecnossemiótico, foi possível sublinhar as considerações de Preciado acerca da sujeição social e de como a farmacopornografia produz sujeitos-sexuais-prostéticos-ultraconectados.

A principal característica da dominação farmacopornográfica – e também o maior êxito, como diria Preciado – está na miniaturização hiperidentitária, isto é, na capacidade tecnocientífica em reduzir a moléculas as identidades que outrora já eram performativas e *prêt-à-porter*. Aliás, no contexto da era farmacopornográfica, em que o capital agencia até mesmo a diferença e as multiplicidades, a naturalização das identidades é importante, mas secundária, pois embora a moral cis-heteronormativa seja dominante, a diversidade é lucrativa. Devido a isso, o êxito tecnocientífico e farmacopornográfico está na incomum coalizão entre as tecnologias farmacêuticas e as tecnologias midiáticas, que, em conjunto, não apenas produzem um sujeito que é voluntariamente politoxicomaníaco (pela subordinação, entorpecimento,

identidades, substâncias, discursos etc.), como também reproduzem este sujeito como um modelo global. A soberania do capital passou a ser tragada por corpos que passaram a atuar como receptáculos e extensões do poder farmacopornográfico. Como nunca antes, a dominação tornou-se ainda mais infraestrutural; mais ainda do que descreveu Butler em *A vida psíquica do poder*. A ponto de ser dessubjetivante, coisificante, convertendo a instância intersubjetiva da qual emergem sujeitos e indivíduos em uma fábrica de engrenagens, isto é, que produz sujeitos-individuados enquanto meros componentes subjetivos do capitalismo, invertendo completamente a ordem entre causa-efeito. Assim, por exemplo, o capitalismo deixa de ser efeito de uma causa econômica (e política) construída historicamente, para tornar-se a causa mesma da servidão ao capital, a partir do qual, como efeito, cria sujeitos-engrenagens que atuarão em seus maquinários capitalísticos, que só existem em ordem de sua própria perpetuação. Portanto, longe da representação caricatural em que se via Charlie Chaplin exaurindo-se para apertar e torcer parafusos e porcas em uma fábrica, o sujeito e o indivíduo convertem-se nas próprias porcas e parafusos que alinham e movem o capitalismo mundial, integrado, imperial e farmacopornográfico.

Em terceiro lugar, e como resposta à contrarreforma cis-heteropatriarcal e neocolonial, Preciado afirma que a Multidão, tal como pensada por Michael Hardt e Antonio Negri, se trata do novo paradigma onto-epístemo-político a ser adotado pelas frentes de resistência, como um projeto plural de organização democrática baseado na diferença e na multiplicidade. Diferentemente das táticas de dominação do Império-farmacopornográfico, ao invés de mercantilizar a diferença e as multiplicidades em ordem de produzir em larga escala subjetividades e identidades, neste caso, o da Multidão, está em sua própria concepção. Ao desafiar os princípios mais fundamentais da ontologia e filosofia política, pilares das sociedades ocidentais, a Multidão rompe radicalmente com noções como *arché* ou boa-origem, *télos* e qualquer forma de determinismo, inclusive anátomo-biológico, bem como a noção de *unidade*, *identidade*, *povo*, *Estado* e *soberania*. No lugar, fundamenta-se a partir da diferença, univocidade, imanência, multiplicidade, cooperatividade e do *commonism* – ou do comum. Conseqüentemente, a afirmação preciadiana pressupõe processos de travessia, de uma matriz ordenadora de sentidos a outra, assim como micropolíticas cotidianas de metamorfose para que esta transformação se efetive. Desse modo, a Multidão em seu devir-revolucionário torna-se cada vez menos sujeita às explorações capitalísticas, produzindo-se onto-epístemo-politicamente a partir da biopolítica afirmativa da vida enquanto singularidades em processo de emancipação. Portanto, compreende-se que ao subsumir a Multidão como “sujeito político

contemporâneo”, Preciado considera em seu postulado a metamorfose dos sujeitos em singularidades multitudinárias e insurgências contrafarmacopornográficas.

Como desafio, certamente, encontra a dificuldade em demonstrar estratos históricos e desenvolver genealogias que evidenciem a performatividade-prostética dos conceitos que foram cristalizados em nossas vidas, psiquês, saberes, culturas e formas de ser-com uns com os outros. Ao identificar a sujeição social e a servidão maquínica em contextos farmacopornográficos, Preciado afirma que é necessária uma transformação interseccional que se materialize pelas mesmas redes, subvertendo e tornando as infraestruturas de controle em redes comunitárias de emancipação. O que significa que há a necessidade urgente de reconquistar os meios de produção de inteligibilidade e atribuição de densidade, de modo a produzir singularidades multitudinárias ao invés de sujeitos-assujeitados ou sujeitos-individuados. Além disso, requer assumir com responsabilidade a tarefa agonista de habitar o mundo, coexistindo e tornando a relacionalidade em biopolítica produtiva, afirmativa da vida. Em outras palavras, se trata de reconhecer a si e às outras singularidades enquanto tal, de modo a modificar o modo de ser e se relacionar, a partir de premissas de não-violência que façam ressoar o bem-estar comum.

Do mesmo modo que a Multidão é articulada por Hardt e Negri a partir de campos fenomênicos e de insurgências sociopolíticas que já ocorrem, a contrafarmacopornografia é articulada por Preciado a partir de movimentos político-sexuais que já ocorrem. A importância em pensar o conceito de contrafarmacopornografia, ou mesmo o da multidão enquanto insurgência contra o Império, está em pensar-com tais movimentos, reduzindo assim os abismos possíveis entre campos de ação distintos. Esta convergência é fundamental para que a agência política ocorra comunitariamente, com um ou mais objetivos em comum, mesmo sem perder em multiplicidade ou que as vozes e seus timbres sejam confundidos. Desse modo, efetiva-se a capacidade (ou a autoridade material) de produção biopolítica, a partir da qual os movimentos são capazes de desestabilizar os sistemas de produção baseados no capital e investir na metamorfose de posições de sujeito e suas enunciações. Em outras palavras, trata-se de investir-se de poder constituinte, multitudinário, para ativamente fundar uma nova sociedade sobre as ruínas da anterior.

É importante compreender que, apesar das premissas multitudinárias investigadas, há também um problema próprio àquilo que afirma-se como revolucionário, pois, uma vez que se estratifique, que sedimente-se em discursos e práticas, o devir é interrompido. O desafio está em movimentos que persistam moleculares tal como o devir, sem perder sentido ou densidade onto-epístemo-política. O que é possível conforme esse novo regime ordenador de sentido que

foi pensado a partir da Multidão, que se manifesta de modo imanente, potencializando uma ontologia das diferenças e das multiplicidades, em que há subjetividade que são subjetivantes, que *potencializam a potência*, bem como há identificações que não se cristalizam, pois são em um só tempo hiperidentitárias e pós-identitárias, expressando-se performativamente.

A partir disso, a resistência torna-se um primado, a partir do qual não há distinções de quem ou quais grupos são aptos a lutar contra o capitalismo, enfatizando que todas as lutas e classes sociais são válidas e contribuintes; convertendo-se portanto em próteses vivas, pensantes, ultraconectadas em redes constituintes de produção biopolítica da realidade social. E este é o compromisso a se assumir: o de produzir e ser-em-comum rumo à destruição da soberania e em favor da democracia. Além de um compromisso, constitui-se como um novo problema, diretamente correlato à ética-política. Torna-se urgente investigar a extensão dos conceitos de “bem-estar comum” e “força da não-violência”, de modo a analisar suas contribuições objetivas na desarticulação das redes remanescentes de controle (sujeição e servidão, de exclusão e violências), com o intuito de produzir metamorfoses dessujeitantes, engendrar emancipações coletivas e, claro, reconhecer as próximas mutações capitalísticas.

## REFERÊNCIAS

### 6.1 REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS

#### 6.1.1 Judith Butler

BUTLER, Judith. **Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France**. New York: Columbia University Press, 1987.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto. Los usos de la igualdad. *In: Revista TRANS*, vol. 1, núm. 1, nov. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2Ye8hWy>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death**. New York: Columbia University Press, 2000.

BUTLER, Judith. Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. *In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucila (coord.). Feminismo como Crítica da Modernidade*. Releituras dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, pp. 139-154, 1991.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Tradução e prólogo por Javier Sáez e Paul B. Preciado. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Tradução de Patrícia Soley-Beltran. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. *In: AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*, vol. 4, núm. 3, 2009, pp. 321-336. Disponível em: <https://bit.ly/388fRq6>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BUTLER, Judith. What does it mean that gender is performative? Entrevista de Max Miller. *In: Big Think*, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2NTJHbf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução por Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.

BUTLER, Judith. ATHANASIOU, Athena. **Desposesión: lo performativo en lo político**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2017b.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. *Ebook Kindle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber; revisão técnica de Carla Rodrigues. *Edição Kindle*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam. Os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: coedição de n-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019c.

BUTLER, Judith. **The Force of Nonviolence: an ethico-political bind**. *Edição Kindle*. Brooklyn: Verso Books, 2020a.

BUTLER, Judith. A força da não-violência: Judith Butler quer que reformulemos a nossa raiva. Tradução de Sara Wagner York. *In*: **Medium**, 2020b. Disponível em: <http://bit.ly/2MRFnrM>. Acesso em: 03 fev. 2021.

### 6.1.2 Paul B. Preciado

PRECIADO, Paul B. Género y performance: 3 episodios de un cyberganga feminista queer trans... *In*: **Zehar: revista de Arteleku-ko aldizkaria**, n. 54, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2F5fyRS>. Acesso em: 09 set. 2020.

PRECIADO, Paul B. Saberes\_Vampiros@War. *In*: **Revista Vozal**, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/32uDhBY>. Acesso em: 06 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. Biopolítica del género. *In*: **Biopolítica**, série “Conversaciones Feministas”, Ají de Pollo, Buenos Aires, 2008.

PRECIADO, Paul B. Terror anal (posfácio). *In*: HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. Espanha: Melusina, 2009.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopía: arquitectura y sexualidad en “Playboy” durante la guerra fría**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Tradução por Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *In*: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 19, n. 1, jan-abr, 2011, pp. 11-20. Disponível em: <https://goo.gl/iGF9Ce>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Gender, Sexuality, and the Biopolitics of Architecture: From the Secret Museum to Playboy**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia da Universidade de Princeton. New Jersey, Princeton University, 2013a. Disponível em: <https://bit.ly/32rhNGK>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PRECIADO, Paul B. Nous disons révolution. *In: Libération*, 2013b. Disponível em: <https://bit.ly/2HFQyBj>. Acesso em: 30 set. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução por Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014a.

PRECIADO, Paul B. O feminismo não é um humanismo. *In: O povo online*. Traduzido do francês por Charles Feitosa. Revisão Técnica: Alessandro Sales e Paulo Oneto, 2014b. Disponível em: <http://bit.ly/2TlMnPn>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. Féminisme amnésique. *In: Libération*. 2014c. Disponível em: <https://bit.ly/3jmX0el>. Acesso em 10 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Testo Yonqui**. 3ª Ed. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2015a.

PRECIADO, Paul B. **¿La muerte de la Clínica?** Córdoba: Bocavulvaria Ediciones, 2015b.

PRECIADO, Paul B. Museu, lixo urbano e pornografia. Tradução de Bryan Axt. *In: Revista Periódicus*, n. 8, v. 1, 2017a. Disponível em: <http://bit.ly/2Zrya7g>. Acesso em: 15 set. 2020.

PRECIADO, Paul B. Cartografias *queer*: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a puta multcartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle. Tradução de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. *In: Revista Inhumas*, ano 5, v. 17, 2017b.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**. Traduzido por Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

PRECIADO, Paul B. **Countersexual manifesto: subverting gender identities**. Edição *Kindle*. New York: Columbia University Press, 2018b.

PRECIADO, Paul B. La izquierda bajo la piel (Prólogo). Trad. Josy Panão. 2018c. *In: ROLNIK, S. Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Edição *Kindle*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019a.

PRECIADO, Paul B. Ser ‘trans’ é cruzar uma fronteira política. *In: El País*. 2019b. Disponível em: <http://bit.ly/2P3kTcF>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PRECIADO, Paul B. El cuerpo de la democracia. *In: Ara.cat*, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3llHmBK>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. Paul B. Preciado contro le identità imposte dal potere. *In: Youtube*, 2019d. Disponível em: <https://bit.ly/3oG0n2d>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PRECIADO, Paul B. Aprendendo com o vírus. *In: AGB Campinas*, 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3aYHKkB>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Je suis un monstre qui vous parle: Rapport pour une académie de psychanalystes**. Paris: Éditions Grasset, 2020b.

PRECIADO, Paul B. We don't have bodies yet. *In: Mike Hoolboom*, 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/36Dy0v7>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PRECIADO, Paul B. Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com revolução em curso, diz Paul Preciado. Entrevista concedida a Naná DeLuca e Úrsula Passos. *In: Folha de São Paulo*, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3rckCGI>. Acesso em: 01 fev. 2021.

## 6.2 REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

ARROYO, Pau Conde. El género narrativo de Testo Yonqui. Aproximación a la deriva ensayística de Paul B. Preciado. *In: Artes del ensayo - Revista Internacional sobre el ensayo hispánico*, n. 3, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2YB4odp>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CABRAL, Mauro. Hibridaciones. De la diferencia sexual a las prótesis sexuadas. *In: BRUNSTEINS, P; TESTA, A (Orgs). Conocimiento, normatividad y acción*. Córdoba: FFyH-UNC, 2007.

CABRAL, Mauro. Salvar las distancias – Apuntes acerca de “Biopolítica del género”. *In: Biopolítica*, Ají de Pollo, Buenos Aires, 2008.

CAMPAGNOLI, Mabel Alicia. La noción de quiasmo en Judith Butler: para una biopolítica positiva. *In: Revista Nómadas*, n. 39, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2QI3R5v>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAMPAGNOLI, Mabel Alicia. Feminismos descentrados: Paul B. Preciado leído desde América Latina. *In: Revista Nueva Sociedad*, n. 265, pp. 89-102, 2016.

CAMPAGNOLI, Mabel Alicia. **Preciados Feminismos: una lectura de Preciado para la antropología filosófica**. Málaga: Universidad de Málaga, 2018.

CANO, Virginia. ¿Cómo hacer(se) un corpus teórico?: Consideraciones tecno-bio-grafopolíticas de las tecnologías del nosotrxs. *In: CRAGNOLINI, Mónica (Comp.). Extraños modos de vida*. Presencia nietzscheana en el debate en torno a la biopolítica. Adrogué: Ediciones La Cebra, 2014.

CANO, Virginia. Subversión narcótica y dissidência sexual: una lectura desde el sur de las tesis farmacopornográficas de Paul B. Preciado. *In: Revista Mora*, n. 21, 2015.

CANSECO, Alberto; DAHBAR, María; SONG, Emma (Eds.). **¿Qué hacemos con las normas que nos hacen?** Usos de Judith Butler. Córdoba: Sexualidades Doctas, 2017.

CORUJA, Paula. Uma cartografia do conceito butleriano de Performatividade. *In: Anais... 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. XIX Encontro dos Grupos de

Pesquisas em Comunicação – Belém/PA, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jsWICw>. Acesso em: 03 jun. 2020.

DEMETRI, Felipe; TONELI, Maria. Performatividade Contra a Precariedade: Modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. *In: Revista Psicologia Política*, v. 17, n. 39, pp. 318-326, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3gOBOvU>. Acesso em: 24 out. 2019.

FEMENÍAS, María Luisa. **Judith Butler: introducción a su lectura**. Buenos Aires, Catálogos, 2003.

GIORGI, Gabriel. Las vueltas de lo precario. Prefácio. *In: CANSECO, Alberto; DAHBAR, María; SONG, Emma (Eds.). ¿Qué hacemos con las normas que nos hacen?: usos de Judith Butler*. Córdoba: Sexualidades Doctas, 2017.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALBERSTAM, Jack. We Are the Revolution! Or, the Power of the Prosthesis. *In: PRECIADO, Paul B. Countersexual manifesto: subverting gender identities*. New York: Columbia University Press, 2018b.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. O que é a Multidão? Questões para Michal Hardt e Antonio Negri. Entrevista concedida a Nicholas Brown e Imre Szeman. Tradução do inglês de Milton Ohata. *In: Novos Estudos*, n. 75, vol. 2, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. “La Maquina”. Tradução de Marcelo Expósito, revisada por Joaquín Barriandos *In: Transversal*, 2010a. Disponível em: <https://bit.ly/3casnX0>. Acesso em: 17 set. 2020.

LAZZARATO, Maurizio. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. *In: Cadernos de Subjetividade*, n. 12, 2010b. Disponível em: <https://bit.ly/33ycIwM>. Acesso em: 17 set. 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MEZZADRA, Sandro. Operaísmo e pós-operaísmo. *In: Lugar Comum*, n. 42, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3gwMX4j>. Acesso em: 26 ago. 2020.

NAHUEL MARTÍN, Facundo. Leer a Marx después de Preciado. Pensar el “fragmento de las máquinas” en clave transhumanista. *In: Praxis filosófica*, n. 47, pp. 169-194, jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jIBrFh>. Acesso em: 27 mar. 2019.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. El monstruo político. Vida desnuda y potencia. Trad. de Javier Ferreira e Gabriel Giorgi. *In: GIORGI, G; RODRÍGUES, F (Comps). Ensayos sobre biopolítica*. Excesos de vida. Buenos Aires: Paidós, 2007.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. *In: Lugar Comum*, n. 19-20, 2009.

RADI, Blas. Desfundamentos e pós-fundações. Revoluções conservadoras, tecnologias de apropriação e apagamento de corpos e subjetividades trans na obra de Preciado. *In: Sexualidades – Série monográfica sobre sexualidades latino-americanas e caribenhas*, vol. 12, 2015, pp. 1-27.

RUCOVSKY, Martín A. de Mauro. **Cuerpos en escena. Materialidad y cuerpo sexuado en Judith Butler y Paul B. Preciado**. Barcelona: Editorial Egales, 2016.

RUCOVSKY, Martín A. de Mauro. **Bios precario: biopolítica y precariedad en Latinoamérica**. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

RUCOVSKY, Martín de Mauro. Como produzir sentido a partir da precariedade? *Bios-precário e vida sensível*. Tradução por Bryan Axt. *In: Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/32QAPaY>. Acesso em: 21 set. 2020.

TURRIÓN, Pablo Iglesias. Pornopolítica y Capitalismo cognitivo. Las identidades transgénero como clave de lucha antisistémica (comentarios a Testo Yonqui de Paul Beatriz Preciado). *In: Anais... IX Congreso de la AECPA*, Universidad de Málaga, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2U9a9gC>. Acesso em: 03 jun. 2020.

VIRNO, Paolo. **Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

WITTIG, Monique. The Mark of Gender. *In: Feminist Issues*, v.3, n. 2, 1985.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006.

### 6.3 REFERÊNCIAS TERCIÁRIAS

ALBA, Joseba Pascual. La ontología política de Espinosa. Um homenaje a dos grandes materialistas: Baruch Espinosa (1632) y Gustavo Bueno (1924-2016). *In: Scientia Helmantica*, v. iv, n. 7, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida (vol. II)**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRUM, Eliane. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. *In: El País*, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/2YCazOv>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CAMPAGNOLI, Mabel Alicia. Sintonías entre Butler y Preciado hacia una biopolítica positiva. *In: MARTÍNEZ, A; FEMENÍAS, M; CASALE, R. (Comps.). Judith Butler fuera de sí: espectros, diálogos y referentes polémicos*. Rosário: Prohistoria Ediciones, 2017.

CANDIOTTO, Cesar et al. Editorial - Atualidade da Filosofia de Espinosa: Matéria e potência. *In: Revista de Filosofia Aurora*, v. 32, n. 56, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3a3g0fM>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CARVALHO, Diego. **Devir revolucionário da multidão: cartografia dos movimentos Okupa e 15M**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2016.

CRAIA, Eladio C. P. A técnica reconsiderada: do meta-discurso epistemológico à questão ontológica. *In: Revista de Filosofia Aurora*, v. 18, n. 22, p. 11-36, maio 2006. ISSN 1980-5934. Disponível em: <https://bit.ly/32IqQ61>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CRAIA, Eladio C. P. A técnica como fenômeno ontológico e político: uma articulação entre Heidegger, Feenberg e Deleuze. *In: Revista de Filosofia Aurora*, v. 27, n. 40, p. 59-83, abr. 2015. ISSN 1980-5934. Disponível em: <https://bit.ly/2EQgFEs>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In: Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Edição Kindle. Tradução de Cíntia Vieira da Silva e revisão de Luiz B. L. Orlandi. 1ª ed., 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia (vol. 1)**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011

EVANS, Elliot. Your HIV-positive sperm, my trans-dyke uterus: Anti/futurity and the politics of bareback sex between Guillaume Dustan and Beatriz Preciado. *In: Sexualities*, v. 18, n. 1, pp. 127-140, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.

flores, val. **Interruqiones**. Córdoba: Editorial Asentamiento Fernseh, 2017.

FERRER, Isabel. El Tribunal de La Haya dicta medidas para proteger a los rohinyás de un posible genocidio en Myanmar. *In: El País*, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3dl9u6i>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FREIRE, Raúl Rodríguez. **La forma como ensayo**. Adrogué: Ediciones La Cebra, 2020.

GUIMARAENS, Francisco de. Spinoza e o conceito de multidão: reflexões acerca do sujeito constituinte. *In: Direito, Estado e Sociedade*, v. 9, n. 29, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/3aLUXNX>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GREEN, J; QUINALHA, R; CAETANO, M; FERNANDES, M. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HARAWAY, Donna J.; PITARCH, Pau. Testigo\_modesto@ segundo\_milenio. *In: Lectora: revista de dones i textualitat*, n. 10, p. 13-36, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HEGEL, G. W. F. **Aesthetics. Lectures on Fine Art (vol. I)**. Oxford: Clarendon, 1975.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOQUET, Thierry. **Filosofia ciborgue: pensar contra os dualismos**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. *Edição Kindle*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAUREANO, Pedro S.; PEIXOTO JUNIOR, Carlos A. (Orientador). **Capitalismo e produção de subjetividade no mundo contemporâneo: uma leitura crítica**. 140p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/37uqtPK>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LEITE JR., Jorge. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. *In: Cadernos Pagu*, n. 38, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3hCUwqO>. Acesso em: 16 set. 2020.

LIY, Macarena Vidal. Junta militar que governa Mianmar bloqueia acesso de celulares à Internet para silenciar protestos. *In: El País*, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/2NfSIe5>. Acesso em: 16 fev. 2021.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma política pós-identitária para a educação. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3lgiABZ>. Acesso em: 05 out. 2020.

LUJÁN MARTÍNEZ, Horacio; SILVA, Rita de Cássica Lins e. De enemigos a adversarios: la transformación del concepto de “lo político” de Carl Schmitt por Chantal Mouffe. *In: Andamios*, v. 11, n. 24, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3pwI2ot>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LUNCH, Lydia. Real Pornography. *In: Youtube*, Paris, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2ZLNxfz>. Acesso em: 16 set. 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTÍNEZ, Ariel. Emergencia del sujeto en Judith Butler: entre Foucault y Freud. *In: Revista Stoa*, v. 5, n. 2, pp. 57-75, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/31JOjVi>. Acesso em: 24 out. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MERLIN, Nora. **Mentir y colonizar: obediencia inconsciente en la subjetividad neoliberal**. Buenos Aires: Letra Viva, 2019.

MERLIN, Nora. Ilusão neoliberal de independência contribui para servidão jamais vista, diz psicanalista. Entrevista concedida a Rosângela Ribeiro Gil e Manuella Soares. *In: Diálogos do Sul*, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3dSif80>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. *In: COLLING, Leandro (Org.). Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Editora EDUFBA, 2011.

MOMBAÇA, Jota (Monstra Errátika). Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. *In: Medium*, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2O8Mw84>. Acesso em: 26 fev. 2021.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Edição Kindle. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MÜNCHOW, Cleiton Zóia. O cu (de) Preciado: Néstor Perlongher e o Santo Daime. *In: GOMES, Ana Maria; REIS, Aparecido Francisco dos; SILVA, Vivian da Veiga. (Org.). Diálogos sobre Gênero e Sexualidade*. Campo Grande: Life Editora, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

OLIVEIRA, Jelson. Bolsonaro e a pandemia: a indiferença como forma de governo. *In: Le Monde Diplomatique Brasil*, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3u6QvSK>. Acesso em: 16 fev. 2021.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMANCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *In: Rev. Estud. Fem.*, v. 14, n. 3, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3itId0m>. Acesso em: 02 out. 2020.

PELLEJERO, Eduardo Aníbal. Entre dispositivos e agenciamentos: o duplo deleuziano de Foucault. *In: Revista Margens Interdisciplinar*, v. 6, n. 7, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3hCPISk>. Acesso em: 18 set. 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. *In: Contemporânea*, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3bMlnjr>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PINTO, Joana Plaza. O percurso da performatividade. *In: Colunas Tortas*, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3jvtMtz>. Acesso em: 23 fev. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. *In: Enciclopédia Latinoamericana*, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2G5jRfR>. Acesso em: 26 ago. 2020.

REVEL, Judith. Ne pas faire vivre et laisser mourir. *In: Revue Esprit*, juil./août., 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *In: Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3lwCcTo>. Acesso em: 24 out. 2019.

ROCHA, Anabela Ribeiro Pinto da. **Outro Género de Corpos: O Materialismo Tecnológico Fisicalista de Beatriz Preciado**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2012.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *In: Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 10, abr. 2012, pp. 140-164.

RODRIGUES, Carla. Três tempos da performatividade em Butler. *In: CATONI, Marcelo; VIANNA, Igor (Org.). Série Políticas da Performatividade - Conferências. Ebook Kindle*. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. *In: LINS, Daniel. Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Editora Papirus, 1997.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª ed., 4ª reimp. Tradução e notas por Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

SACCHI, Duen. **Ficciones patógenas**. Buenos Aires: Rara Avis, 2019.

SIBILIA, Paula. **El hombre postorgánico: Cuerpo, subjetividad y tecnologías digitales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e informação**. São Paulo: Editora 34, 2020.

SINGER, André et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira? *In: Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/2Yzif42>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas I: bolhas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SPINOZA, Benedictus de. **Os Pensadores: Espinosa**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STOLLER, R; GARFINKEL, H; ROSEN, A. Passing and the Maintenance of Sexual Identification in an Intersexed Patient. *In: Archives of General Psychiatry*, n. 02, 1960.

TARIN, Bruno. Fazer-se multidão: multiplicidade, classe e comum. *In: Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 2, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3qB5GSI>. Acesso em: 19 fev. 2021.

VACAREZZA, Nayla Luz. Figuraciones del cuerpo con género. Paralelismo y quiasmo. *In: Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, n. 6, año 3, pp. 33-43, 2011.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75614, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pHgcqt>. Acesso em: 02 fev. 2021.